



**SÓNIA DUARTE**  
**ROGELIO PONCE DE LEÓN**  
ORGS.

# ESTUDOS DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA PORTUGUESA

## ESTUDOS DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA PORTUGUESA

Desde o impulso dos trabalhos pioneiros sobre a historiografia linguística portuguesa de, entre outros autores, Maria Leonor Carvalhão Buescu, Amadeu Torres ou Telmo Verdelho, nos últimos 30 anos tem-se assistido, em Portugal, a um inegável desenvolvimento desta área da linguística no que se refere aos estudos publicados, às edições dos textos metalinguísticos e à consolidação desta disciplina nas unidades de investigação. O presente volume considera-se que é mais uma manifestação desta progressão. Nele, analisam-se, de diferentes vertentes, objetos, ideias e formas linguísticas numa perspetiva histórica. Ana Paula Banza, tendo como base a história das ideias ortográficas, analisa a tensão entre a variação e a ortografia da língua portuguesa, caracterizando esta como língua pluricêntrica; Maria do Céu Fonseca, Ana Alexandra Silva e Fernando Gomes estudam as ideias sintáticas em gramáticas de português como língua estrangeira, publicadas no século XIX e destinadas a um público francófono; Maria Helena Pessoa Santos analisa a descrição sintática do verbo ser em gramáticas da língua portuguesa do século XIX; Rogelio Ponce de León aborda de forma sumária as ideias linguísticas nas gramáticas latinas de António Pereira de Figueiredo e Luís António Verney; Sónia Duarte, por fim, estuda, nos textos metaortográficos e metagramaticais até à primeira metade do século XIX, o papel da língua castelhana na descrição da formação, em português, do plural dos substantivos e adjetivos terminados em ditongo nasal.



# **Estudos de historiografia linguística portuguesa**

Sónia Duarte  
Rogelio Ponce de León  
ORGS.

Porto, FLUP, 2019

## FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Estudos de historiografia linguística portuguesa

ORGANIZAÇÃO: Sónia Duarte, Rogelio Ponce de León

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: Impresso em maio de 2019

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 100 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 455686/19

ISBN: 978-989-54291-8-9

ISSN: 1646-1525

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/LIN/00022/2019».

# Sumário

Introdução .....	5
Varição linguística e ortografia: das regras renascentistas ao AO90 <b>Ana Paula Banza</b> .....	9
A sintaxe em gramáticas de português do século XIX <i>à l'usage des français</i> <b>Maria do Céu Fonseca, Ana Alexandra Silva e Fernando Gomes</b> .....	23
Do tratamento do verbo <i>ser</i> em instrumentos metalinguísticos do português publicados no século XIX <b>Maria Helena Pessoa Santos</b> .....	43
Considerações sobre a teoria linguística nas gramáticas latinas de António Pereira de Figueiredo (1752-1753) e Luís António Verney (1758) <b>Rogelio Ponce de León</b> .....	63
A mediação do castelhano na tradição de descrição do plural em português <b>Sónia Duarte</b> .....	81

# Introdução

Ainda em 2007, na tradução espanhola de um bem conhecido trabalho seu, o Prof. E. F. K. Koerner (2007: 45) realçava, ao tratar dos desafios da historiografia linguística, a importância de o investigador nesta área ser um linguista (Koerner 2007: 45). Para apoiar tal afirmação, Koerner apresentava uma extensa citação, correspondente a um fragmento da introdução de *Generative Linguistics. A Historical Perspective*, de Frederick J. Newmeyer, da qual nos interessa reproduzir uma passagem sobre a *consideração* dos historiadores da linguística pelos gramáticos generativistas com quem o autor tinha falado:

The reaction of generative grammarians to my decision to chronicle and analyse the history of the field was more complex. On the one hand, they feared that I would become tarred with the brush of being an ‘historian of linguistics’, who, to many generativists, occupy a status level even lower than that of ‘semiotician’ [...]. Some well-meaning friends warned me that to join their ranks would be to commit professional suicide. They were wrong, I think<sup>1</sup> (Newmeyer 1996: 2).

Não pensamos que se possa transferir esta representação para o panorama atual da linguística em Portugal, se bem que *sentimos* que a historiografia linguística – e nela incluímos, entre outras, áreas como a historiografia gramatical, a história das ideias linguísticas, a tradição dos textos metaortográficos, a tradição dicionarística, a história do ensino de línguas, a tradição “manualística”, questões de metodologia numa perspetiva diacrónica... – tem sido, se comparada com outros domínios da linguística, relativamente minorizada pelos estudiosos portugueses. Para esta – eventual – consideração

---

<sup>1</sup> A informação registada no último enunciado do trecho citado não aparece na versão espanhola do trabalho de Koerner.

é possível que tenham contribuído os próprios investigadores – entre os quais, obviamente, nos incluímos – na historiografia linguística em Portugal<sup>2</sup>.

Seja qual for a representação (e a nossa potencial *culpa*), será sempre melhor pensarmos, como refere Newmeyer, que *estão enganados*. Porque, desde o impulso dos trabalhos pioneiros de, entre outros autores, Maria Leonor Carvalhão Buescu, Amadeu Torres ou Telmo Verdelho, nos últimos 30 anos assistimos a um inegável desenvolvimento da historiografia linguística no que se refere aos estudos publicados, às edições dos textos metalinguísticos e à consolidação desta disciplina nas unidades de investigação. O volume que estamos a apresentar considera-se que é mais uma manifestação desta progressão. Nele, analisam-se, de diferentes vertentes, objetos, ideias e formas linguísticas. Ana Paula Banza, tendo como base a história das ideias ortográficas, analisa a tensão entre a variação e a ortografia da língua portuguesa, caracterizando esta como língua pluricêntrica; Maria do Céu Fonseca, Ana Alexandra Silva e Fernando Gomes estudam as ideias sintáticas em gramáticas de português como língua estrangeira, publicadas no século XIX e destinadas a um público francófono; Maria Helena Pessoa Santos analisa a descrição sintática do verbo *ser* em gramáticas da língua portuguesa do século XIX; Rogelio Ponce de León aborda de forma sumária as ideias linguísticas nas gramáticas latinas de António Pereira de Figueiredo e Luís António Verney; Sónia Duarte, por fim, estuda, nos textos metaortográficos e metagramaticais até à primeira metade do século XIX, o papel da língua castelhana na descrição da formação, em português, do plural dos substantivos e adjetivos terminados em ditongo nasal.

Os organizadores querem, finalmente, expressar o seu sincero agradecimento ao Coordenador do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Prof. Doutor João Veloso e à Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro, sem cujo apoio não teria sido possível a publicação da presente obra.

Sónia Duarte  
Rogelio Ponce de León

## REFERÊNCIAS

Koerner, E. F. K. 2007. *Historiografía de la Lingüística. Pasado, presente, futuro*. In: Dorta, Josefa; Zumbado, Cristóbal; Corbella, Dolores (Eds.). *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos*. Madrid: Arco Libros, 15-56.

Newmeyer, F. J. 1996. *Generative Linguistics. A historical perspective*. London / New York: Routledge.

---

<sup>2</sup> Não fazemos aqui referência ao panorama historiográfico brasileiro, ao qual não prestamos muitas vezes a atenção que merece.

**Estudos  
de historiografia  
linguística  
portuguesa**

# VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ORTOGRAFIA: DAS REGRAS RENASCENTISTAS AO AO90\*

## RESUMO

As relações entre norma e variação colocam, na sua complexidade, diversos problemas, que a linguística tem debatido (Bagno 2002, Castro, 2001, 2003, Mateus e Cardeira 2008, Mateus e Nascimento 2005, Silva 1996, Cunha 1985, *etc.*).

Na perspectiva da gramática prescritiva, em particular da ortografia, a variação constituiu sempre um problema a superar na fixação da norma. A história das ideias ortográficas em Portugal até 1911 (Gonçalves 1992, 1996, 2003) mostra como, na base da reflexão e do debate sobre os princípios orientadores da ortografia — etimologia, pronúncia e uso, (completados pela analogia) — a variação ocupou sempre lugar de destaque, enquanto factor de diversidade, contrário por natureza ao espírito fortemente normalizador da ortografia, e que, como tal, importava contornar através de uma gestão sábia dos diferentes princípios orientadores considerados na definição de um sistema ortográfico e em função das características da língua em apreço.

---

\* Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) / Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

No presente texto, aborda-se, numa perspectiva comparativa e crítica, o tratamento dado a estes princípios orientadores nos sistemas gráficos propostos pelos principais ortografistas até ao *Formulário Ortográfico de 1911* e no *Acordo Ortográfico de 1990 (AO90)*, procurando demonstrar a necessidade, que permanece actual, de uma reflexão de base em torno das relações entre variação e ortografia, tendo em conta a especificidade linguística e cultural do português enquanto língua pluricêntrica, para uma adequada definição dos princípios orientadores a seguir no estabelecimento da norma ortográfica do português no séc. XXI.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Variação; Historiografia; Gramática; Ortografia; Acordo Ortográfico de 1990.

### **ABSTRACT**

The relationship between norm and variation, in its complexity, poses several problems that linguistics has debated (Bago 2002, Castro 2001, 2003, Mateus e Cardeira 2008, Mateus e Nascimento 2005, Castro 2001, Silva 1996, Cunha 1985, etc.).

From the perspective of prescriptive grammar, in particular orthography, change has always been a problem while setting the norm. The history of orthographic ideas in Portugal until 1911 (Gonçalves 1992, 1996, 2003) shows how, based on the reflexion and on the debate on the guiding principles of orthography – etymology, pronunciation and use (complemented by the analogy) – the variation has always taken a leading place has a factor of diversity, opposite by nature to the strongly normalizing spirit of orthography, which had to be overcome by a wise management of the different guiding principles considered in the definition of an orthographic system and according to the characteristics of the language in question.

In the present text, we approach, in a comparative and critical way, the treatment of the main principles in the graphic systems proposed by the main orthographers until the *Formulário Ortográfico de 1911* and the *Acordo Ortográfico de 1990 (AO90)*, seeking to show the need, which remains current, of a reflexion on the relationship between variation and orthography, taking into account the linguistic and cultural specificity of Portuguese as a pluricentric language, for an adequate definition of the guiding principles to be followed in the establishment of the orthographic norm of Portuguese in the 21st century.

### **KEY WORDS**

Variation; Historiography; Grammar; Orthography; Orthographic Agreement of 1990.

“Uma das mais velhas ilusões do homem é a de que uma língua deve ser exactamente igual para todos os que a falam” (Castro 2001: 23).

## **1 – VARIAÇÃO, NORMA E ORTOGRAFIA**

Variação e Norma são factos por natureza contraditórios, cuja convivência, no entanto, é obrigatória, pelo menos nas línguas nacionais, onde os processos de codificação, implementados pelos Estados, conduzem ao desenvolvimento de normas, servidas por instrumentos como as gramáticas, os dicionários e as ortografias, que visam promover, essencialmente através do ensino, uma variedade padronizada, tendencialmente igual para todos, sobrepondo-se, de alguma forma, à variação.

A variação é um fenómeno inerente às línguas, que, por natureza, são sistemas dinâmicos: variam no tempo (variação diacrónica) e sincronicamente, no espaço (variação diatópica), na sociedade (variação diastrática) e ainda em função das diferentes modalidades expressivas (variação diafásica). Além disso, as diferentes variedades são linguisticamente equivalentes, não existindo variedades intrinsecamente melhores ou piores do que outras. No entanto, o próprio processo de codificação que conduz ao estabelecimento de uma norma implica dois exercícios de base que contrariam estes factos linguísticos: nomeadamente, a abstracção da variação e a escolha de uma das variedades, em detrimento das demais. Invariavelmente, a escolha da variedade que funciona como padrão em cada língua é determinada, não por aspectos linguísticos, mas por aspectos sócio-políticos, sócio-económicos e sócio-históricos, estabelecendo-se entre a norma e as demais variedades uma relação de diglossia.

Enquanto parte da Gramática normativa que define a grafia oficial na escrita de uma língua, a Ortografia é, naturalmente, parte integrante da norma e, como tal, lida necessariamente com o paradoxo variação/norma. As soluções encontradas ao longo dos séculos – desde as primeiras tentativas de codificação à actualidade – para lidar com este paradoxo têm, porém, sido diferentes.

## **2 – A ORTOGRAFIA PORTUGUESA: DAS REGRAS RENASCENTISTAS AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990**

Historicamente, foram considerados como estruturadores da ortografia três princípios – etimologia (e analogia), pronúncia e uso – cuja tradição remonta à Antiguidade, ainda que nem sempre tenham sido entendidos exactamente nos mesmos sentidos. Em todo o caso, porém, dos três, apenas a etimologia é imune à variação, enquanto a pronúncia e o uso são particularmente sujeitos a ela.

Talvez por esse motivo – e apesar da querela ortografia fonética *versus* ortografia etimológica, que, ao longo dos séculos, se foi perpetuando –

sempre foram, de alguma forma, evidentes as debilidades da pronúncia e do uso enquanto critérios para o estabelecimento de uma norma ortográfica.

Efectivamente, o período em que a escrita mais se colou à pronúncia foi precisamente, e não por acaso, o período anterior à codificação dos vernáculos (sécs. XIII-XVI), em que a escrita em português, na ausência de uma norma, se caracterizava fundamentalmente pela irregularidade. Tal irregularidade reflectia indecisão quanto à representação das unidades lexicais como palavras gráficas e quanto à fonetização das representações escritas, resultando, com frequência, desta indecisão, além da flutuação nas representações, outras características da escrita desta época, como o amálgama de várias unidades lexicais numa única palavra gráfica.

Esta situação começaria a tornar-se intolerável à medida que, em grande parte devido aos efeitos do Renascimento, os vernáculos começam a impor-se como instrumentos do poder político e a imprensa vem revolucionar o panorama da escrita e da leitura.

## 2.1 – Os sécs. XVI - XVIII

A partir de meados do séc. XVI, com o início do processo de codificação que teve os seus primeiros frutos nas obras metalingüísticas renascentistas, a etimologia impôs-se geralmente como critério seguro para o estabelecimento da norma gráfica, porque acima da variação. Efectivamente, se tivermos em conta que a própria criação de uma ortografia, isto é, de uma norma, neste caso gráfica, resultou da necessidade de uniformização dos usos, compreende-se facilmente que esta só poderia conseguir-se através de estratégias que permitissem contornar, de alguma forma, a instabilidade gerada pela variação. Daí a preponderância da etimologia em relação à pronúncia e ao uso.

No entanto, mesmo no chamado “período etimológico”, a pronúncia e o uso nunca deixaram de ser ponderados no estabelecimento da ortografia, como garantos do necessário equilíbrio entre fala e escrita. Isto, porque a etimologia, sem a ponderação da pronúncia e do uso, geraria um fosso excessivamente marcado entre oralidade e escrita, desvirtuando a relação que, nos sistemas de escrita alfabéticos, se estabelece entre ambas, em que a escrita se assume como uma representação, ainda que imperfeita, da oralidade.

Porém, a pronúncia e o uso em causa na tríade dos princípios estruturadores da ortografia não devem ser entendidos em absoluto, pois correspondiam a pronúncias e usos muito específicos, isto é, a escolhas que constituem, em si, uma abstracção da variação a que estas instâncias estão naturalmente sujeitas.

Assim, por um lado, a pronúncia e o uso são os correspondentes a um determinado momento da evolução lingüística, o que implica abstracção da mudança.

Por outro lado, a pronúncia e o uso não são nunca os do “vulgo”, mas antes os dos letrados, o que implica abstracção da variação diastrática e também da variação diafásica, na medida em que a escrita se relaciona, em princípio, com o registo formal.

As classes cultas conheciam a etimologia das palavras e, por isso, pronunciavam-nas bem e, conseqüentemente, escreviam-nas bem. Assim, na verdade, a máxima de Quintiliano “sic scribendum quomodo sonat” (Colson 1924: 102) não pode ser entendida à luz da Linguística moderna, mas antes num contexto em que oralidade e escrita mantinham uma relação muito diferente, com predomínio evidente da escrita. A máxima “Deve-se escrever como se pronuncia, mas deve-se pronunciar como se escreve” (Banza 2016:193) descreve adequadamente esta situação, em que o bem falar e o bem escrever estavam intimamente ligados e correspondiam ao uso de uma elite cultural restrita.

Finalmente, a variação diatópica é, também ela, anulada pela identificação da norma com a pronúncia e o uso da região geográfica da capital e sede da corte.

A corrente etimologista iniciou-se com Pêro de Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua Portuguesa, com diálogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574) — obra de objectivos essencialmente pragmáticos, de curta extensão e escassa problematização — e Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da Lingoa Portuguesa. Obra útil, & necessária, assi pera bem screver a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem. Item hum tratado dos pontos das clausulas* (1576).

Em matéria de princípios ortográficos, Gândavo invoca a “ethymologia”, seguida da “pronunçiação”, que estão na base do sistema ortográfico proposto e das soluções apontadas (cf. Gonçalves 2003: 811).

Leão partilha dos mesmos princípios, mas, pela dimensão de maior problematização da sua obra,

...lança entre nós as bases teóricas de uma corrente ortográfica de recorte essencialmente diacrónico, perspectiva que é consolidada na *Origem da Lingoa Portueguez* (1606), contrastando com a perspectiva sincrónica privilegiada por Oliveira e Barros, que haviam sobretudo ensaiado a descrição da fonética vernácula como condição prévia para a definição das bases do sistema gráfico (Gonçalves 2003: 842-843).

Assim, encontramos já em Gândavo e em Leão uma organização dos princípios estruturadores da ortografia que dá lugar de destaque à etimologia e considera de forma muito condicionada a pronúncia e o uso.

## 2.2 – De Madureira Feijó à Reforma

O período etimologista, que, no entanto, sempre teve os seus opositores<sup>1</sup>, culmina no século XVIII, sobretudo com a obra de João de Moraes Madureira Feijó, *Orthographia, ou Arte de Escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*, de 1734, que é considerada o apogeu da defesa da etimologia na ortografia portuguesa, ainda que não deixe, também ele, de considerar a importância da pronúncia e do uso, como princípios secundários que devem contrabalançar o primeiro na constituição do cânon ortográfico.

Ao contrário da generalidade dos seus contemporâneos,

pode dizer-se que Madureira, como era comumente designado [...] problematiza e justifica, de alguma forma, todos os princípios que segue na sua *Orthographia*, trazendo à colação questões que são modernas, como as problemáticas da relação entre oralidade e escrita, da sincronia e da diacronia, da mudança e da variação (Banza 2016: 192).

Assim, logo no início da obra, Feijó coloca a tónica na necessidade de privilegiar a analogia e a etimologia, princípio, como vimos, também defendido, explícita ou implicitamente, por outros autores que, no entanto, segundo Feijó,

logo se desviam destas regras em muitas palavras, que não escrevem, nem por analogia, nem por etimologia; dizendo que assim escrevem os doutos na nossa língua. Já nos dizem, que a melhor *Orthographia* he aquella, que mais se acomoda com a recta pronunçiação das palavras (Feijó 1734: 1-2).

Com vista a ultrapassar estas dificuldades e a basear a sua obra em princípios sólidos e bem estabelecidos, procura responder a questões como: “Se devemos imitar na Orthografia das letras a pronunçiação das palavras”; “Se na Orthografia devemos imitar os Auctores Portuguezes”; “Se na Orthografia nos devemos conformar com o uso da pronunçiação”; “Se havemos de imitar a Orthografia Latina na Orthografia Portugueza”; “Se escreve como pronuncia, quem imita a Orthografia Latina” e, finalmente, “Inconvenientes, que se seguem, de não imitar a Orthografia Latina” (Feijó 1734: 1 e ss).

É da resposta a estas perguntas que resulta, em Feijó, a defesa da etimologia (e analogia) como critério seguro no estabelecimento de uma ortografia, por ser o único acima da variação. Por outro lado, Feijó fundamenta também a sua posição, que pode ser considerada inovadora, sobre o papel modelar dos clássicos, particularmente dos clássicos portugueses (cf. Banza 2016).

Sobre a pronúncia, defende o autor que, devido às complexas relações entre oralidade e escrita, “...em nenhuma língua se pôde regular com acerto,

<sup>1</sup> Referimo-nos a João Franco Barreto, ortógrafo seiscentista, precursor da corrente fonética ou fonetizante.

pela pronúncia das palavras a Orthografia das letras; porque nunca na pronúncia se exprimem com som distincto todas as letras, com que muitas palavras se escrevem...” (Feijó 1734: 2).

Por outro lado, no que toca ao uso, considera que a variação sincrónica, diatrática e diatópica e a variação diacrónica constituem fortes obstáculos à sua consideração no estabelecimento de uma ortografia, devendo, por esse motivo, estes factores ser ponderados com particular precaução:

He sem duvida, que o uso muitas vezes prevalece contra algumas regras particulares, e passa a ser ley na matéria, em que he uso. Mas este he aquelle uso geralmente introduzido, e com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes; porque o mais é abuso. E eu tomara saber qual é o uso universal na pronúncia da nossa língua, para me não desviar delle: se considerarmos o vulgo não acharemos senão abusos de palavras, e erros de pronúncia. Se consultarmos os sábios, estes são os que mais duvidão da pronúncia, e escripta de inumeráveis palavras [...] porque a mesma sabedoria os faz prudentemente duvidar. Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros pátrios, que os naturaes mutuamente reprovão huns aos outros, ou seja no escrever, ou no falar. [...] logo aonde vay aqui o uso universal, e constante, para ser ley inviolável da pronúncia, ou regra infalível da Orthografia?<sup>2</sup>

E como pode haver uso universal de falar com acerto, se os idiomas cada dia se vão mudando, e emendando, e aperfeiçoando tanto, que se compararmos não só a nossa língua, mas a Castelhana, e outras no auge, em que hoje estão, com o que erão antigamente, e ainda há poucos anos, veremos que se não parecem humas com outras... (Feijó 1734: 5-6).

Assim, a ortografia do português, fortemente influenciada pela do Francês, atingiu, nesta época, extremos etimologistas que conduziram a fortes reacções.

Os defensores das ortografias filosófica e/ou sónica ou fonética (cf. Gonçalves 2003: 298 e ss.), ao contrário dos etimologistas, privilegiavam o predomínio da pronúncia, fonética, sobre os demais princípios da tríade clássica, visando a simplificação; mas a defesa deste princípio continuava a debater-se com os problemas causados pela variação, gerando, por esse motivo, acesas discussões.

### 2.3 – A Reforma de 1911

Na passagem do século XIX para o século XX, Gonçalves Viana “foneticista e reformador”, surge como

o maior expoente das ideias ortográficas e dos estudos da fonética portuguesa, numa época em que a discussão da reforma ortográfica atingira o nível da partidarização, já que o grupo «etimológicos» se enfrentava aos despectivamente denominados «sónicos», e vice-versa. Na verdade, apesar de as propostas reformistas concederem expansão ao princípio

---

<sup>2</sup> Sublinhado nosso.

fonético em detrimento do etimológico, o sábio foneticista e filólogo não é um «sónico», pois procurava um sistema que, em vez das realizações concretas ou físicas, tão variadas quantas as regiões e os indivíduos, reflectisse sobretudo a componente fonológica, logo, os aspectos gerais e pertinentes. [...] O carácter sistemático, rigoroso e fundamentado das propostas de Gonçalves Viana fizeram do filólogo o verdadeiro mentor da Reforma de 1911 (Gonçalves 2003: 654-655)<sup>3</sup>.

Esta, cujo principal rosto foi, de facto, Gonçalves Viana, foi fruto de um notável trabalho de reflexão que envolveu os mais notáveis filólogos da época<sup>4</sup> e que soube renovar e equilibrar os princípios clássicos, eliminando os excessos etimologistas e criando uma ortografia mais simplificada e mais próxima da pronúncia. Não, porém, no sentido “sónico”, mas privilegiando a representação da componente fonológica, ao invés da fonética, com o que logrou ultrapassar os problemas causados pela variação à utilização do princípio da pronúncia no estabelecimento da ortografia.

Assim, a ortografia reformada, não sendo embora fonética, privilegia o domínio fónico, na sua vertente fonológica (que não é facilmente afectada pela variação), com o que atinge o objectivo da simplificação e da aproximação à oralidade, sem deixar, no entanto, de considerar também a etimologia. Desta forma, opera, de facto, uma reforma, que se traduz numa significativa simplificação, sem, no entanto, pôr em causa a natureza e os objectivos da ortografia.

Nas *Bases da Ortografia Portuguesa* de 1885 (Viana e Abreu 1885: 5), estabelece-se que “... a ortografia é o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou dum nação num certo estado de evolução glotológica” e que “esta representação deve ser exacta para todo o povo, para toda a nação e portanto deve respeitar a filiação histórica”. Estabelece-se ainda que a ortografia “não pode ser especial dum modo de falar, quer êste seja dum só indivíduo, quer dum província ou dialecto da língua” e que “em virtude disto, a ortografia não pode representar a pronunciação, que por certo não será una”. Assim, assume-se que a “Ortografia portuguesa é o sistema de escrita ou grafia representante comum de todos os dialectos do português falado, a sua base é a historia da linguagem portuguesa<sup>5</sup> considerada como língua e como dialecto” (Viana e Abreu 1885: 6).

A solução encontrada na reforma de 1911, apesar da preocupação reformadora de simplificação, soube gerir o paradoxo norma/variação de uma forma inovadora, que mantém os princípios estruturadores clássicos

<sup>3</sup> Sublinhados nossos.

<sup>4</sup> Gonçalves Viana, Vasconcellos Abreu, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcellos.

<sup>5</sup> Sublinhados nossos.

renovando-os e reorganizando-os. Talvez por essa razão, pôde manter-se praticamente inalterada durante quase um século, sem problemas de maior por parte dos seus usuários.

#### 2.4 – O Acordo Ortográfico de 1990

No entanto, quase cem anos depois da reforma ortográfica de 1911, o Acordo Ortográfico de 1990, AO90, como é comumente designado, ratificado em 2009, introduz profundas alterações ao sistema implementado com a 1ª República, reformando-o no sentido de uma simplificação muito marcada que acentua o papel da pronúncia (fonética), ainda que não de forma consistente, face ao da etimologia, sem, no entanto, ao contrário da reforma de 1911, lograr ultrapassar os desafios colocados pela variação ao estabelecimento da norma.

Deixando de lado outros casos problemáticos, de diferente natureza, consideremos apenas, a título de exemplo, uma das principais alterações introduzidas pelo Acordo Ortográfico de 1990 na ortografia da língua portuguesa.

A alteração com mais impacto na ortografia do português é, sem dúvida, a eliminação das consoantes mudas em sequências consonânticas. Neste caso, considera-se que

estas consoantes, há muito eliminadas na norma culta brasileira, têm-se conservado na nossa ortografia por razões etimológicas. Agora, tendo como critério a pronúncia, o AO regulamenta a sua supressão gráfica. Pelo mesmo critério, e tendo em conta a variação na pronúncia, admite-se ainda a dupla grafia (eliminação ou conservação) nos casos em que existam divergências de articulação” (Lopes e Peixinho 2011: 26)<sup>6</sup>.

Não está, pois, em causa, aqui, o plano fonológico, mas claramente o plano fonético. As principais consequências da aplicação explícita do critério da pronúncia (entendida, à maneira “sónica”, como fonética), na sua dimensão de variação individual, em detrimento do da etimologia, são, neste caso: por um lado, problemas de homonímia, em casos como os de “retractação (acto ou efeito de desdizer-se) / retratação (acto ou efeito de tirar um retrato)” e “óptico (relativo ao olho) / ótico (relativo ao ouvido)”, que passam a escrever-se da mesma forma; e, por outro, a criação de uma facultatividade na representação escrita destas consoantes em função da sua pronúncia ou não pronúncia por cada falante, em casos como os de perfeccionismo / perfeccionismo; intersecção / interseção; carácter / caráter; conceptual / concetual.

No entanto, o critério da pronúncia (fonética), defendido no AO90, em prol da simplificação, está longe de ser usado de forma coerente. Em sentido contrário, vão, por exemplo, alterações na acentuação gráfica, como a eliminação do acento

---

<sup>6</sup> Sublinhados nossos.

em *pára* (forma do verbo *parar*), que, assim, passa a poder ser confundido na escrita com a preposição *para*, ou a introdução de facultatividade em casos como os de *amámos* (1ª pessoa do plural do pretérito perfeito), que passa a poder confundir-se na escrita com a forma do presente do indicativo, *amamos*, sem que, no entanto, tal eliminação tenha, neste caso, como motivação a pronúncia ou qualquer outra motivação compreensível, sobretudo se tivermos em conta que, em certos outros casos, e também sem motivação evidente, se mantêm os acentos desambiguadores, como em *pôde/pode*.

Assim, além de criar casos de ambiguidade que não existiam na escrita e que podem produzir inúmeros mal-entendidos; o que é, sem dúvida, desaconselhável em matéria de comunicação, as alterações em causa, visando, aparentemente, sobretudo uma pretensa simplificação, não baseada na definição de princípios estruturadores claros e coerentes, produzem também uma flutuação na forma de grafar determinadas palavras, típica da escrita pré-renascentista, que é inaceitável à luz do carácter normativo e supra-variacional inerente aos próprios conceito e objectivo de uma ortografia: fixar as regras de representação escrita de uma língua, normalizando-as.

Assim, o AO90 ignora problemas levantados e objecto de reflexão pelos mais distintos gramáticos e ortógrafos desde os primórdios da ortografia portuguesa, para não falar na tradição clássica, e até soluções inovadoras e bem sucedidas como as propostas na reforma de 1911. Por outro lado, fica pouco claro quais os princípios, explicitados ou dedutíveis, que guiaram as soluções propostas, sendo certo que não são uniformes nem, tão pouco, coerentes.

### 3 – PLURICENTRISMO E ORTOGRAFIA: QUE FUTURO PARA A ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS?

Mas o AO90 tem, além da simplificação, um outro objectivo: o da uniformização da norma escrita das diferentes variedades nacionais do português, que esbarra, antes de mais, num paradoxo incontornável: enquanto, por um lado, se considera que o critério da pronúncia justifica a possibilidade de falantes da mesma variedade escreverem a mesma palavra de formas diferentes; por outro, pretende-se uniformizar na escrita variedades nacionais substancialmente diferentes entre si e diferentes do português europeu.

Enquanto língua tipicamente pluricêntrica, isto é, que cumpre todos os critérios enunciados por Clyne (1992: 1) e Muhr (2012: 30)<sup>7</sup>, o português,

---

<sup>7</sup> “Ocorrer em pelo menos dois países; apresentar suficiente distância linguística; ser língua oficial em pelo menos dois países; ser aceite pela comunidade como língua pluricêntrica; ser relevante para a identidade social; possuir codificação em curso ou completa; ser ensinada, promovida e disseminada”. Website do International working group on Non-Dominant Varieties (NDV) of pluricentric languages (<http://www.pluricentriclanguages.org/>): What is a pluricentric language?

actualmente língua oficial em 8 países, se excluirmos a Guiné Equatorial<sup>8</sup>, e na região administrativa especial de Macau, é já uma das línguas mais faladas do mundo e assume duas normas aceites e consolidadas, a portuguesa e a brasileira, sendo assim, na realidade, bicêntrica. No entanto, os números do *World Population Prospects (WPPs). The 2015 Revision* (Reto, Machado e Esperança 2016), confirmados pela revisão de 2017, apontam para que, até 2100, o número de falantes de português no mundo deverá praticamente duplicar, graças, em grande parte, ao enorme aumento da população angolana e moçambicana, que deverá ser acompanhado por um também muito significativo aumento do número de falantes de português em Angola e em Moçambique, como L1 e como L2, enquanto o número de falantes de português em Portugal e também no Brasil deverá decrescer, alterando, assim, significativamente a relação de forças entre estas variedades, de forma que, em 2100, se prevê que o maior número de falantes de português esteja em África e já não na América do Sul. Nestas circunstâncias, tudo aponta para que, a médio prazo, o português possa evoluir para um verdadeiro pluricentrismo, com quatro normas consolidadas, se as normas emergentes do Português de Angola e de Moçambique vierem a ser consolidadas e oficialmente aceites (cf. Banza 2017).

No caso concreto da norma ortográfica, o AO90 tem sido visto por alguns (Reis 2008, Ferreira *et alii*, 2012, Oliveira 2016...) como instrumento indispensável numa política linguística pluricêntrica, entendendo-se a existência de uma única norma gráfica em todo o espaço lusófono como indispensável à muito falada “unidade” da língua portuguesa, conceito fundamentalmente lusocêntrico como, aliás, o próprio termo “lusofonia”. No entanto, outras línguas pluricêntricas, como é o caso do castelhano, têm mostrado que a simplificação e o maior pendor fonético como princípios estruturadores de uma ortografia favorecem o reconhecimento de diferentes normas, sendo possível às instâncias codificadoras respeitar as particularidades de cada variedade, fornecendo orientações sem impor soluções uniformes.

Por outro lado, continuam a faltar, para o português, gramáticas que assumam a sua condição de língua pluricêntrica (cf. Batoréo 2014), o que seria, desejavelmente, um primeiro passo na definição de uma política linguística para o português, onde a questão ortográfica deveria ser secundária e resultar de uma reflexão aprofundada sobre as características da língua portuguesa no que toca à variação e sobre as possibilidades e estratégias para conciliar variação e norma.

---

<sup>8</sup> No caso da Guiné Equatorial, a imposição do português como terceira língua oficial é, por enquanto, apenas “uma intenção e um projeto” (Reto, Machado e Esperança 2016: 20 - Prefácio do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva).

#### 4 – CONCLUSÕES

Ao longo do tempo, desde os primórdios da ortografia portuguesa até à sua primeira reforma, os princípios estruturadores clássicos da ortografia, etimologia (e analogia), pronúncia e uso, estiveram na base dos sistemas gráficos apresentados e foram intensamente debatidos, variando o seu peso relativo em função das posições mais ou menos fundamentadamente defendidas por gramáticos e ortógrafos.

No início do séc. XX, a primeira reforma da ortografia portuguesa vem introduzir alterações relevantes na aplicação da tríade clássica de princípios estruturadores da ortografia. Perseguindo embora o objectivo da simplificação, particularmente relevante se tivermos em conta o contexto sócio-cultural e político da primeira república, os seus autores não descuraram a natureza e objectivos de qualquer ortografia. Eliminaram excessos, simplificaram, mas lograram manter o carácter uniforme e supra-variacional que define a própria norma, graças à redefinição do critério da pronúncia em moldes que são essencialmente fonológicos e não fonéticos, contrabalançado com a etimologia.

Assim, não está em causa que qualquer ortografia deve ser regularmente reformada, sob pena de se tornar excessivamente artificial, porque muito afastada da oralidade e desnecessariamente complexa. Importa, porém, ter em conta dois aspectos essenciais que, a nosso ver, não foram suficientemente ponderados no Acordo Ortográfico de 1990.

Por um lado, importa assumir que o objectivo da simplificação, pelo maior peso dado aos critérios da pronúncia e do uso, não pode, numa mesma comunidade linguística, pôr em causa a necessidade de a ortografia ser exacta “para todo o povo” e “para toda a nação” (Viana e Abreu 1885:5), devendo, por isso, a filiação histórica ser respeitada na medida do necessário e suficiente (Viana e Abreu 1885:5) e os critérios da pronúncia e do uso cuidadosamente redefinidos e ponderados, como aconteceu na reforma de 1911.

Por outro lado, importa também reconhecer que, no caso das línguas pluricêntricas, reformar não implica unificar, sendo, no entanto, possível e desejável harmonizar as diferentes normas, que, no entanto, devem ser reconhecidas e difundidas.

Importa, por isso, num momento em que a controvérsia em torno do AO90 continua a provocar uma, a todos os títulos indesejável, instabilidade ortográfica, promover uma reflexão de base em torno das relações entre variação e norma e entre variação e ortografia no português enquanto língua pluricêntrica. Só esta reflexão permitirá uma adequada definição dos diferentes princípios orientadores e respectivos pesos relativos e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma norma ortográfica efectiva e aceite por todos para o Português do séc. XXI.

## REFERÊNCIAS

- Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.portoeditora.pt/assets/acordoortografico/textointegralAO.pdf>
- Bagno, M. (org.) 2002. *Linguística da Norma*. S. Paulo: Edições Loyola.
- Banza, A. P. 2017. Uma língua; muitas vozes: para uma política linguística pluricêntrica do português; Comunicação apresentada ao 12º Deutscher Lusitanistentag. Johannes-Gutenberg-Universität, Mainz, 13-16 september.
- Banza, A. P. 2016. Ortografistas e “Bons Autores”: O papel da auctoritas na definição do cânon ortográfico de setecentos. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. Vol. 11, 2016: 185-198.
- Batoréo, H. J. 2014. “Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?”. *Diadorim*. Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro 16, 1-15. <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/download/4023/3001>.
- Castro, I. 2001. Diversidade Linguística. In: Mateus, Maria Helena Mira (coord.). *Mais Línguas, Mais Europa: celebrar a diversidade linguística e Cultural da Europa*. Lisboa: Colibri, 23-25.
- Castro, I. 2003. O Linguista e a Fixação da Norma”. In: Mendes, Amália e Freitas, Maria J. (orgs.). *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 11-24.
- Clyne, M. 1992. *Pluricentric languages. Differing norms in different nations*. Berlin/New York: De Gruyter.
- Colson, F. H. 1924. *M. Fabii Quintiliani Institutiones Oratoriae, Liber I*. Editado com introdução e comentário por F.H. Colson M. A. Cambridge: University press.
- Cunha, C. 1985. *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Feijó, J. M. de M. 1734. *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Oficina de Miguel Rodrigues. Disponível em: <http://purl.pt/13>.
- Ferreira, J. P., Janssen, M., Barcellos Almeida, G. de, Correia, M. & Oliveira, G. M. de. 2012. “The Common Orthographic Vocabulary of the Portuguese Language: a set of open lexical resources for a pluricentric language”. In: *Proceedings of the Eight International Conference on Language Resources and Política linguística e internacionalização...*, ed. por Calzolari, N. (Conference Chair), Choukri, K., DeclercK, T., Doğan, M. U., Maegaard, B., Mariani, J., Odiijk, J. e Piperidis, S., 1071-1075.
- Gândavo, P. M. de 1574. *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma língua*. Lisboa: na officina de Antonio Gonsalvez. Disponível em: <http://purl.pt/12144>

Gonçalves, M. F. 1992. *Madureira Feijó, Ortografista do séc. XVIII. Para uma História da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: ICALP.

Gonçalves, M. F. 1996. Antigas Ortografias portuguesas e paralexiconografia no século XVIII. *Alfá*. São Paulo, 103-117.

Gonçalves, M. F. 2003. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

*International working group on non-dominant varieties of pluricentric languages*: <http://www.pluricentriclanguages.org/>.

Leão, D. N. de 1576. *Orthographia da lingoa portuguesa, obra util, & necessaria, assi pera bem screver a lingoa hespanhol, como a latina, & quaesquer outras, que da latina teem origem, item hum tractado dos pontes das clausulas*. Lisboa: João de Barreira.

Lopes, I. P. e Peixinho, A.T. (2011). *Acordo Ortográfico. O que mudou no Português Europeu*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Mateus, M. H. M. e Nascimento, F. B. do (orgs.). 2005). *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Editorial Caminho, 15-30.

Mateus, M. H. M. e Carreira, E. 2008. *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.

Muhr, R. (Ed.) 2012. Non-dominant Varieties of pluricentric Languages Getting the Picture. In memory of Michael Clyne. In collaboration with Catrin Norrby, Leo Kretzenbacher, Carla Amorós Negre. Frankfurt a.M./Wien u.a.: Peter Lang Verlag.

Oliveira, G. M. 2016. O Sistema de Normas e a evolução demolinguística da Língua Portuguesa. In: *O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações*, ed. por Maria Luisa Álvarez Ortiz & Luís Gonçalves. Campinas: Pontes, 25-43.

Reis, C. 2008. *Entrevista: Está na moda aprender português*. Versão integral da entrevista publicada na edição do Expresso de 5 de Julho de 2008, 1.º Caderno, página 20. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>.

Reto L. A., Machado, F. L. e Esperança, J. P. 2016. *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

Silva, R. V. M. e 1996. O Português São Dois: Variação, Mudança, Norma e a Questão do Ensino do Português no Brasil. In: Duarte, Inês e Leiria, Isabel (orgs.). *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol. 2. Lisboa: APL/ Colibri, 375-401.

Viana, A. R. G. e Abreu, G. de V. 1885. *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa : Imprensa Nacional. Disponível em: <http://purl.pt/437>.

*World Population Prospects. The 2015 Revision*. United Nations, New York: [https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf).

*World Population Prospects. The 2017 Revision*. United Nations, New York: [https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017\\_KeyFindings.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf)

# A SINTAXE EM GRAMÁTICAS DE PORTUGUÊS DO SÉCULO XIX À L'USAGE DES FRANÇAIS

**RESUMO:** O trabalho que se apresenta constitui um estudo de matérias sintáticas de gramáticas de português como língua estrangeira (PLE) do século XIX, dirigidas a um público-alvo francês:

- A matéria sintática em apreço foca um conjunto de conceitos relativamente estáveis no quadro das ideias linguísticas, organizados nos seguintes grupos em lógica, ora de confronto, ora de complementaridade: sintaxe e/ou construção; proposição e frase; regime, complemento e subordinação.

- As referidas gramáticas de PLE constituem o corpus de obras metalinguísticas de português L2, editadas entre o ano VIII (1799-1800) do calendário republicano francês e 1894, que foi possível recensar até ao momento.

- Com respeito ao público-alvo, considera-se a sua relação com os textos metalinguísticos no que toca a procedimentos e metodologias da descrição gramatical que contemplam a proximidade estrutural das línguas alvo (português) e materna (francês).

**PALAVRAS-CHAVE:** Sintaxe; Gramáticas de PLE; Século XIX

**ABSTRACT:** The work presented here is a study of the syntactic aspects in nineteenth-century Portuguese as foreign language (PFL) grammars, which were aimed at a French target audience:

- The syntax in question focuses on a set of relatively stable concepts within the framework of linguistic ideas, organized at times using a confrontational logic and other times using a complementary one into the following groups: syntax and / or construction; proposition and sentence; system of complement and subordination.

- These PFL grammars constitute the *corpus* of metalinguistic works of Portuguese L2, published between the year VIII (1799-1800) of the French republican calendar and 1894, so far catalogued.

- Regarding the target audience, its relationship with metalinguistic texts is considered in terms of procedures and methodologies of grammatical description that contemplate the structural proximity of Portuguese and L1 (French).

**KEYWORDS:** Syntax; PFL Grammars; 19th century

## 1 – APRESENTAÇÃO

O presente corpus de gramáticas de português língua não materna (cf. fontes primárias da Bibliografia) é parte de um inventário de fontes metalinguísticas de PLE, cuja constituição e disponibilização *online* para breve ([www.corpusgramaticalple.uevora.pt](http://www.corpusgramaticalple.uevora.pt)) visam resgatar uma tradição gramatical por vezes considerada menor. A seleção agora efetuada foi cronológica – século XIX<sup>1</sup> –, operando-se um corte no período de 1662-1910 correspondente à tradição em estudo; obedeceu, por outro lado, ao critério do público-alvo das gramáticas – “à l’usage des français” (Constâncio 1832)<sup>2</sup> –, uma das instâncias do modelo de análise proposto por Swiggers (2006: 168). Os dois critérios não estão desligados, sabendo-se que Portugal foi marcado pelo ascendente francês no século XIX, linguística e culturalmente, e enfrentou uma vaga de exilados políticos em França durante o período das lutas liberais, além da emigração para o mesmo país de prestigiados académicos portugueses e brasileiros. Incluem-se neste último grupo alguns dos autores do presente corpus (Fonseca 2018)<sup>3</sup>, sendo os demais de nacionalidade francesa. Ainda

<sup>1</sup> Deixam-se dois esclarecimentos. O primeiro sobre a datação da 1.<sup>a</sup> edição da gramática de Louis-Pierre (ou Pierre-Louis) Siret: ano VIII (1799-1800) do calendário republicano. O segundo sobre razões de coerência cronológica que levaram a excluir do presente corpus a gramática *Maitre portugais, ou Nouvelle grammaire portugaise et françoise, composée d’après les meilleurs grammaires et, particulièrement, sur la portugaise et angloise d’Antoine Vieyra Transtagano* (Lisboa, 1799), de autor francês anónimo. Será interessante, em momento mais oportuno, analisar a presença desta fonte gramatical explicita na História da língua portuguesa de Paul Teyssier, que cita a gramática do francês anónimo mais do que vez.

<sup>2</sup> Ou, dito de outro modo (em dedicatórias, prefácios e introduções): “(...) pour la jeunesse française qui s’adonne au commerce et à l’industrie, et qui désire soit entrer dans les maisons françaises ayant des rapports avec les maisons portugaises, soit aller là où cette langue est parlée pour y chercher un avenir” (Béthencourt 1898: iii); para “(...) toutes les personnes du continent européen, où la langue française est généralement connue (...) les voyageurs, les commerçants et les colons” (Lencastre 1883: [iii]). Sobre a diversidade do público-alvo, matéria de “social context of language learning”, veja-se McLelland (2007: 39-53).

<sup>3</sup> Note-se que figuram nas folhas de rosto das gramáticas, informações como “Professeur de littérature portugaise à Paris” (Fonseca 1880), “Professeur des langues portugaise et française” (José da Fonseca, Siret 1854), “Auteur du dictionnaire portatif portugais-français (...)” (Constâncio 1832), “Officier d’Académie” (Béthencourt 1898), “Bachelier ès Sciences” (Souza 1871); isto é, funções de relevo e graus ou distinções conferidos em razão de prestações de mérito.

em relação aos mesmos dois critérios, a eles se ligam outras características que conferem homogeneidade ao corpus constituído. Escritas as gramáticas para francófonos, o uso de L1 como metalingua da descrição gramatical é um dos traços do conhecido método da gramática e da tradução, que teve fortuna no ensino de línguas estrangeiras nos séculos XVIII e XIX<sup>4</sup>. No tocante a métodos didáticos, a gramática de Lencastre segue o do alemão Franz Ahn (cf. ponto 2.1, *infra*), facto que explicará a sua publicação em Leipzig, enquanto as restantes dez gramáticas saíram de gráficas parisienses, muito ativas, ao tempo, no campo da edição em língua portuguesa (Ramos 1972).

Para terminar esta breve apresentação, convém um último esclarecimento sobre a natureza destas “grammaires ‘étrangères’” (Lépinette 2012: 468), que são de tipo escolar. Como frisa Lépinette (2012: 469), o campo de análise é do “grammaire didactique de Langue étrangère”, donde a sua orientação prática e a escassez de um aparato teórico conceptual no que toca a definições, à metalinguagem gramatical, ao tratamento e divisões da matéria gramatical. Não está, no entanto, excluída a componente doutrinal, como se verá na continuação deste trabalho. Não será por acaso que Luís Francisco Midosi, outro autor recenseado, emprega a expressão “philosophical system” para designar a sua *A new grammar of the Portuguese and English languages* (Londres, 1832); que Paulino de Souza adjectiva a sua gramática de racional; que F. de Lencastre invoca a gramática geral nas regras da “Construction directe”. De facto, todos os conteúdos gramaticais dispõem de respaldo doutrinário; quanto mais não seja, são solidários com as linhas de força do quadro da gramática escolar de Oitocentos onde se integram. Posto isto, passe-se à matéria sintáctica.

## 2 – BREVIDADE DA SINTAXE NAS GRAMÁTICAS DE PLE (SÉCULO XIX)

Proporcionalmente ao tratamento da morfologia, a dimensão reduzida de uma secção gramatical intitulada “Sintaxe” é uma característica da maioria das gramáticas de L2<sup>5</sup>, algumas das quais são inclusive omissas quanto a um “tratamiento explícito de la sintaxis” (Swiggers 2006: 180)<sup>6</sup>. O procedimento

<sup>4</sup> Neste ponto, constitui exceção no corpus geral até ao momento recenseado, a obra de Luís Caetano de Lima, *Grammaire française et portugaise. Avec des remarques très nécessaires pour de bon usage de l'une et de l'autre langue* (La Haya, 1712), que vem redigida em português, por razões que terão a ver com a prevista dupla vertente de ensino de L1 e de L2.

<sup>5</sup> A título de exemplo: no presente corpus, a “Syntaxe” de Siret (1799-1800) ocupa 51% do total da matéria exclusivamente gramatical (que não textual ou vocabular); “De la Syntaxe” de Dubois (1806) corresponde a 48%; “De la Syntaxe” de Sané a 52%; apenas 15% para “De la Syntaxe” de Hamonière (1820) e de Constâncio (1832); e também apenas 2% para a “Syntaxe” de Foulché-Delbosc (1894).

<sup>6</sup> Veja-se a gramática de Pietro Bachi (1831), dirigida a um público anglófono.

não é, portanto, exclusivo do corpus em apreço<sup>7</sup>, nem mesmo da gramaticografia de línguas estrangeiras, como se sabe. Face à regularidade dos paradigmas etimológicos/morfológicos – terreno propício a esquematizações sinópticas, sempre de valia para racionalizar a informação –, o domínio da sintaxe ou construção constituía um campo de ensaio “para el que hay que buscar nuevos contenidos” (García Folgado 2002: 5), porque nele confluíam variáveis como a elipse (expressamente referida por Constâncio 1832: 185), o uso da língua – “l’usage est souverain” (Souza 1871: 499) – e, por vinculação à tradição gramatical francesa, “le génie de la langue”. Se a tendência geral foi, pois, a contenção descritiva deste domínio da irregularidade no tratamento gramatical dos vernáculos, com interregnos nas gramáticas filosóficas, já no ensino de L2 há razões acrescidas deste procedimento e que são aduzidas pelos próprios autores. Podem sintetizar-se tais razões nos seguintes três pontos, a que se passa: os propósitos didáticos; os exercícios de tradução nas modalidades de “Thème” e “Version”; a proximidade estrutural das línguas.

## 2.1 – Propósitos didáticos

O inglês Alfred Elwes é um dos autores que mais claramente enuncia as implicações dos seus propósitos didáticos na orientação dos conteúdos de *A grammar of the Portuguese language* (Londres, 1876), cuja estrutura interna não apresenta o tratamento independente da sintaxe:

Etymology is that part of Grammar which gives us the knowledge of the different sorts of words, their nature and variations. § Syntax teaches us the relations which words have towards each other in order to express a perfect sense. § In an elementary work of this kind it is convenient to club these divisions of grammar together, and whilst examining each of the parts of speech in turn, to lay down in as concise a manner as possible the rules which govern it in the sentence (Elwes 1876: 9).

O compromisso com uma gramática prática e pedagógica origina a organização conjunta de “Etymology and Syntax” (Elwes 1876: 9) ou sincretismo morfossintático, patente na listagem das partes do discurso, desdobrada cada uma no estudo de categorias (género, número, grau, tempo, voz, etc.) e em exercícios bilíngues de contextualização sintagmática.

No contexto francês, esta vertente didática é também uma extensão da instituição escolar moderna do período da pós-Revolução e do reformismo pedagógico que fez balouçar o ensino da língua entre a tendência teórica, especulativa, filosófica da gramática geral e a necessidade pragmática da

<sup>7</sup> O trabalho citado de Swiggers (2006: 180) refere-se a gramáticas (do século XVI) de espanhol L2; também em francês L2 ocorrem casos em que “la syntaxe (...) peut aussi bien être intégrée dans la partie comprise sous le titre *Parties du discours* (...) que constituer une syntaxe indépendante” (Lépinette 2002: 2)

aprendizagem ortográfica e gramatical do vernáculo através do cânone literário. As gramáticas gerais ou “grammaires générales tardives”, ou ainda “grammaires savantes”, que não estiveram à margem dos interesses do século XIX, representam a primeira tendência, cujo largo horizonte de retrospeção – de Port-Royal à *Idéologie* francesa, passando pela filosofia das Luzes e sensismo de Condillac – as diferencia “des grammaires générales de la période classique” (Bouard 2012: 7-8). De outro lado, mas não necessariamente em confronto, está, na linha da frente das prioridades da aprendizagem da língua escrita no século XIX francês, a “grammaire scolaire” que, como afirma Chervel (2012: 329), “est toujours par principe une ‘discipline scolaire’”. Neste sentido, a gramática escolar é norteadada pela eficácia, rapidez e simplicidade, princípios fundamentais em se visando “une finalité pédagogique (par exemple faire assimiler par des enfants ou des jeunes gens une langue, écrite ou parlée, des modes d’expression, une orthographe)”, bem como “des modes d’action adaptés aux jeunes esprits (exposé dogmatique, exercices, progression de classe en classe, pratiques de motivation)” (Chervel 2012: 329). É neste contexto da gramática escolar que foram concebidas as gramáticas de PLE, onde, em face da mesma história externa, ganham relevância aspectos como: títulos que contêm uma palavra-chave, tais “abrégé” ou “pratique” (Dubois 1806; Fonseca 1880<sup>8</sup>; Lencastre 1883; Foulché-Delbos 1894); afirmações como a de Béthencout – “J’ai donc essayé d’être clair et concis; apprendre beaucoup en peu de temps” (1898: iii) –; ou ainda a adoção de novas metodologias de ensino de L2. Depois de 1830 espalharam-se com relativa uniformidade por toda a Europa, a partir sobretudo da Alemanha e da França, métodos de ensino de línguas estrangeiras, conhecidos pelos nomes dos seus criadores – Franz Ahn (1796-1865), H. G. Ollendorff (1803-1865), T. Robertson (1803-1871), Emil Otto (1813-?) –, que foram rapidamente traduzidos e usados em diversas línguas através de adaptações mais ou menos fiéis. O português L2 da segunda metade do século não ficou à margem destas novas tendências metodológicas, nem no contexto francófono (Lencastre 1883), nem no âmbito de outros públicos-alvo<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Note-se que o filólogo brasileiro Luís Simões da Fonseca recebeu dos livreiros-editores Irmãos Garnier o encargo de um “abrégé” da gramática de Paulino de Souza, à qual acrescentou um “cours gradué de thèmes”. Mas esclareça-se que já a gramática de Paulino de Souza fora encargo (recebido dos mesmos livreiros-editores) de rever e corrigir a gramática de Hamonière. Ainda que o autor brasileiro afirme que “nous dûmes bientôt renoncer entièrement à l’ancien texte [gramática de Hamonière]” (Souza 1871: [xxi]), a existência de relações intertextuais entre as duas gramáticas acaba por dificultar a distinção entre o pensamento próprio e o alheio.

<sup>9</sup> Além do já estudado manual de Paula Hidalgo (Ponce de León 2009), foi publicada em Londres para “Students of the Portuguese language”, a obra *A Practical grammar of the Portuguese language on Dr. Otto’s conversational system* (1882), do inglês Charles Henry Wall, que apresenta um interessante elenco de fontes portuguesas: “In writing the present work I have taken for my guidance the ‘*Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*’, by J. S. Barbosa; the ‘*Grammatica Analytica*’, by F. S. Constancio; and other grammars in English. With regard to orthograhry, I have followed that given by Roquete and Valdez in their dictionaries” (1882: ix).

## 2.2 – Exercícios de tradução nas modalidades de “Thème” e “Version”<sup>10</sup>

“Thèmes” e “Versions” constituem tipos de exercícios de tradução, que não só permitem a extensão dos conteúdos sintáticos<sup>11</sup>, como conduzem a prática da língua numa lógica de imitação de autores modelares e de valorização do génio da língua, conceito que “[l]a linguistique scientifique du XIX<sup>e</sup> siècle avait exclu” (Hassler 2012: 205), conquanto permaneça no ensino gramatical de línguas estrangeiras, como é visível nas referências que a ele fazem autores do presente corpus, Sané (1810: xii), Hamonière (1820: 235), Souza (1871: xxvii) e Lencastre (1883: 107, “Second cours”). Sob este ponto de vista e atendendo a que o par tema/versão é “un type tout à fait particulier de traduction: *la traduction comme exercice pédagogique*” (Ladmiral 1994: 41), não pode avaliar-se a dimensão sintática das gramáticas de PLE sem se levar em conta o papel atribuído aos exercícios de tradução “littérale”/ “interlinéaire”/ “elegante” de textos literários do cânone português e francês<sup>12</sup>. Tais “Morceaux de Prose et de Vers” (Sané 1810: 244, Souza 1871: 674, Constâncio 1832: 237), usados também para atestar regras sintáticas<sup>13</sup>, permitiam a aplicação do conhecimento sintático com a ajuda do dicionário. Esta prática sintática é aconselhada pelos próprios autores:

Pour mettre les Commençans à portée de faire l'application des règles contenues dans cette Grammaire, et pour réunir dans un seul morceau une suite d'exemples de la construction et de l'idiôme portugais, j'ajouterai ici la traduction d'une scène d'une comédie portugaise, intitulée : LE LABYRINTHE DE CRÈTE. J'ai cherché à rendre cette traduction très-littérale, afin que les commençans pussent mieux apercevoir les rapports grammaticaux des deux Langues (Dubois 1806: 299).

Hamonière (1820: 229) inclui no capítulo “De la construction” a observação de que “Il n'y a que l'usage et la lecture des bons auteurs, qui, en guidant dans le choix des expressions, puissent apprendre à les ranger dans l'ordre convenable”. Além dos exercícios de tradução literária, em grande parte na modalidade de versão<sup>14</sup>, a prática sintática (e a análise

<sup>10</sup> Já noutro momento se tratou este assunto (Fonseca 2018).

<sup>11</sup> Sinal da importância destes exercícios é o facto de a *Grammaire portugaise pratique* (1898) de Bèthencourt figurar num extrato do catálogo da “Boyveau & Chevillet, Librairie Étrangère” com o título ampliado: “Grammaire portugaise pratique avec thèmes et versions. In-8, br.”.

<sup>12</sup> Sobre o “corpus de autoridades en la gramática española”, Margarita Llitas observa que, no gramático Benito de San Pedro (1769), “las reflexiones sintácticas más innovadoras derivan de las traducciones [de textos literários] incluídas en el corpus” (1997: 65); e note-se que a autora contempla apenas a sintaxe regular (excluída, portanto, a parte da sintaxe figurada).

<sup>13</sup> Veja-se o recurso a Pe. António Vieira para exemplificar o sujeito nulo em português (Souza 1871: 449-450).

<sup>14</sup> Note-se que, enquanto a versão “garde son aspect littéraire : il faut produire une paraphrase française d'un texte littéraire étranger” (Ladmiral 1994: 44), o tema “est grammatical : sa nature est essentiellement la grammaire et rien qu'elle” (Ladmiral 1994: 50).

comparativa) é igualmente exercitada num elenco extenso de outros exercícios apresentados em registo bilingue: “Exercices de conversation” (Siret 1799-1800: 70); “Exercices sur les particules” (Siret 1799-1800: 89); “Dialogues” (Siret 1854: 66; Dubois 1806: 332); “Phrases dont le sens ne peut pas se rendre littéralement en portugais” (Siret 1854: 83); “Phrases proverbiales” (Sané 1810: 368). São ainda de referir os conjuntos de temas, ora organizados em “Cours” com informações sobre o vocabulário e diversos aspetos da sintaxe do português (Hamonière 1820: 275-335), ora organizados na sequência de cada uma das matérias sintáticas: “Thème sur la syntaxe de l’Article”, “Thème sur la syntaxe du Substantif”, “Thème sur la syntaxe des Adjectifs (Fonseca 1880: 158, 171, 187).

### 2.3 – Proximidade estrutural das línguas

Exercícios como os referidos permitiam, até pela representação esquemática, comparações entre as duas línguas, sendo frequentes as observações sobre proximidades e diferenças entre L2 e L1. A identidade românica favorecia a comparação linguística, quer em relação a PLE, quer a outras línguas estrangeiras (cf. Lépinette 2002: 7-8). No quadro da análise sintática, a proximidade estrutural das duas línguas românicas em análise é um tópico recorrente e, porque aparentemente apresentada como aliada da aprendizagem da língua estrangeira, é também argumento para justificar a brevidade da exposição gramatical:

Le régime des noms, soit entre eux, soit relativement aux adjectifs et aux verbes, ainsi que ce qui concerne leur construction, l’ordre et la place qu’ils occupent dans le discours, est exactement la même chose dans les deux langues (Siret 1799-1800: 46).

Comme les règles générales de la Syntaxe sont exactement les mêmes dans les deux langues Française et Portugaise, il m’a paru superflu, de les rapporter avec détail, et je me suis uniquement occupé à faire connoître les différences qui se trouvent entre la construction de la phrase portugaise et celle de la phrase française. § Cependant, pour ne pas entrer trop brusquement dans le détail de ces différences nous allons établir d’abord sommairement quelques Règles générales (Dubois 1806: 175).

Les règles de la syntaxe étant en général les mêmes dans la langue portugaise que dans la langue française, nous ne parlerons que des différences qui existent entre ces deux langues (Hamonière 1820: 203).

La syntaxe portugaise différant très peu de celle de la française, je me bornerai à indiquer les points où la première s’écarte de la seconde. La plupart des différences apparentes qu’on remarque entre la phraséologie des deux langues provient de l’usage beaucoup plus fréquent en portugais des ellipses et autres figures, et des inversions (Constâncio 1832: 185).

(...) les règles de la syntaxe proprement dite étant, en général, les mêmes en portugais qu'en français, nous ne parlerons que des différences qui existent entre les deux langues, et de certaines analogies qui, plus difficiles à saisir, pourraient échapper à l'attention du lecteur (Souza 1871: 343-344)<sup>15</sup>.

Les règles d'accord sont les mêmes en portugais qu'en français (Foulché-Delbosc 1894: 261).

A presença deste tópico da similaridade linguística, em conexão com a brevidade da sintaxe, melhor se compreenderá se se atender aos seus efeitos no processo de aquisição da língua alvo: “Presence or absence of cross-linguistic similarities accounts for the differences in effort and time existing between learning a language close to the L1 and learning a totally unrelated language” (Ringbom 2007: 1). Porque a presença vs ausência de semelhanças linguísticas está diretamente ligada à facilidade vs dificuldade de aprendizagem por uma relação de causalidade, os gramáticos citados escolhem as “Règles générales et communes aux deux langues” (Dubois 1806: 175) ou as “Notions générales sur la syntaxe” (Béthencourt 1898: 62) para introduzir o estudo sintático e nelas incluem matérias da tradicional estrutura tripartida da sintaxe: os factos de regime (Siret 1799-1800: 46), a ordem que devem guardar entre si as partes da oração (Siret 1799-1800: 46) e os factos de concordância (Foulché-Delbosc 1894: 261). É neste campo que se situará a compreensão interlinguística. Estudos sobre os efeitos da proximidade linguística na aquisição de línguas mostram que:

Learners, consciously or not, do not look for differences, they look for similarities wherever they can find them. In their search for ways of facilitating their learning task they make use of intralingual similarities, which are perceived from what they have already learned of the L1 (Ringbom 2007: 1).

Ao invocarem a afinidade entre as línguas materna (o francês) e alvo (o português), os autores das gramáticas de PLE contam, por outro lado, com a competência linguística do público-alvo, porque “[i]f you learn a language closely related to your L1, prior knowledge will be consistently useful” (Ringbom 2007: 1). Ora, estes conhecimentos prévios pressupostos são mais um argumento para a redução da matéria sintática. Note-se a observação de Dubois (1806: 175): “(...) il m’a paru superflu, de les [regras gerais comuns] rapporter avec détail”. Como mostram as últimas citações (cf. *supra* Siret, Dubois, Hamonière, Constâncio e Souza), o que efetivamente prende a atenção dos gramáticos é o mesmo que hoje caracteriza a linguística contrastiva ou diferencial, isto é, a comparação de dois sistemas linguísticos para evidenciar as suas diferenças.

<sup>15</sup> Sobre a intertextualidade entre esta definição e a de Hamonière, cf. nota 8, *supra*.

Este investimento no estudo das diferenças estruturais entre as duas línguas para acautelar fenómenos de interferência tem por consequência a secundarização de reflexões metalinguísticas, como atesta Lépinette (2002: 9) na gramaticografia do francês L2: “(...) la perspective contrastive choisie élimine l’arrière-plan théorique et détourne obligatoirement l’analyse dans les champs d’une grammaire descriptivo-comparative et même prescriptive”.

### 3 – IDEIAS SINTÁTICAS DAS GRAMÁTICAS DE PLE (SÉCULO XIX)

Há diferenças de conceção na matéria sintática das gramáticas de PLE em estudo. Talvez uma das mais evidentes se situe, não tanto ao nível da “interpretação imanente” (Koerner 2014: 59), mas da historiografia da didática de línguas estrangeiras, uma vez que tem implicações na forma ou modo como a sintaxe é apresentada, desenvolvida e inserida no conjunto da gramática. Falamos do impacto dos métodos internacionais de Ahn, Ollendorff, Robertson e Otto aplicados ao ensino de L2. Há algum consenso para aceitar uma mudança de paradigma metodológico, embora a popularidade de tais métodos não tenha colhido adesão unânime<sup>16</sup>. A mudança de paradigma parece ter afetado sobretudo o campo didático e pedagógico, que não o das ideias linguísticas, uma vez que tais métodos não apresentam uma doutrina gramatical. Revolucionaram, sim, o mercado editorial de manuais de L2, organizados em cursos e em lições para aplicação do vocabulário e da gramática da língua estrangeira de maneira indutiva.

É esta a forma da *Nouvelle méthode* (Paris, 1883) de F. de Lencastre, que menciona no prefácio ter “accommodé le même procédé [método de M. F. Ahn] à l’enseignement de la langue portugaise” e fornece informações sobre o lugar ocupado pela sintaxe: “La méthode complète se compose de trois cours dont le second est un résumé de la grammaire de la langue et surtout de sa syntaxe” (1883: iii-iv). Em conformidade com os princípios do método que preconizava matéria e terminologia gramaticais sumárias, a sintaxe é reduzida, muito embora a terminologia sintática de Lencastre esteja comprometida com as ideias do seu tempo. “Construção” (direta e invertida), “proposição”, “complemento” como sinónimo de regime, tipos de “complemento direto” / “indireto” / “circunstancial” / “restritivo” (Lencastre 1883: 102-107) são

<sup>16</sup> A posição de Paulino de Souza (1871: xxv-xxvi, n. 1) é aliás muito crítica: “On nous a déjà demandé, et l’on nous demandera peut-être encore, pourquoi nous n’avons pas appliqué à la langue portugaise la méthode de Robertson ou celle d’Ollendorff. La réponse est bien simple : c’est que nous avons tenu à faire une grammaire raisonnée et non une méthode artificielle ; parce que nous avons toujours pensé qu’il vaut mieux, en toutes choses, parler à l’intelligence que s’adresser exclusivement à la mémoire, et que l’expérience a, pour nous, prononcé en faveur d’un système qui nous a toujours parfaitement réussi, tant sous le rapport de la célérité que sous le rapport de la perfection des études”.

noções importantes nas ideias sintáticas do século XIX, em face do que poderá afirmar-se ter a obra de Lencastre trazido mais novidades do que as metodológicas da adaptação da didática de Ahn ao português L2.

Igualmente relevante ao tempo é o adjetivo “raisonnée” (que não é incompatível com “simplifiée”) para caracterizar a gramática, no entendimento de Paulino de Souza, autor nos antípodas do anterior Lencastre em matéria de metodologia (cf. nota 16) e de sintaxe. Para contrapor à posição de Lencastre, sublinhe-se, por um lado, a rejeição dos métodos em voga, em favor, por outro lado, de uma gramática racional na linha de Port-Royal e da autonomização da sintaxe, concretizada no século XVIII. Importa passar à análise da forma como outras conceções sintáticas dos autores do corpus se desenvolveram em torno destas duas vertentes, que são a dimensão metodológica e o edifício gramatical tributário da descrição port-royalista da proposição.

### 3.1 – Sintaxe e/ou construção<sup>17</sup>

Estabelecida a distinção entre sintaxe e construção desde o princípio do século, quer na gramaticografia do português, quer, já antes, na do francês L1 e L2, interessa demarcar esta consciência da época nas gramáticas de PLE, o que configura afinal o “horizonte de retrospeção” (Auroux 1986) dos seus autores<sup>18</sup>. Fossem eles franceses ou portugueses / brasileiros radicados em França, boa parte das influências recebidas viria de dentro do país (mesmo que sem referência explícita ou apenas alusiva), a avaliar até pelas queixas contra a falta de títulos sobre o português, em particular sobre a gramática portuguesa (Souza 1871: xxi). Ora a distinção entre os conceitos de sintaxe e construção, para além de ser então corrente no campo das chamadas “grammairres savantes” (Chervel 2012: 337), em reflexo das ideias dos Enciclopedistas, já vinha sendo tratada na gramática de francês L2. Pierre Nicolas Chantreau, um dos setecentistas que, no contexto da gramática didática de língua estrangeira, “n’est pas toujours cité mais constamment présent en arrière-plan” (Lépinette 2012: 473), refere-se ao uso copulativo de “*Construccion y Sintaxis*”, isto é, respetivamente, “orden que las voces deben ocupar en las oraciones ò clausulas” e “el Análisis de las diferencias que se encuentran en ambos idiomas [francês e espanhol] en el modo de hablar, y concordancia de las partes de la oracion” (Chantreau 1781: xi). A fonte usada – Du Marsais (1769), citado no mesmo local em rodapé – parece igualmente próxima de Paulino de Souza, para quem:

<sup>17</sup> Toma-se de empréstimo a Delesalle (1984) o título deste ponto.

<sup>18</sup> É de notar que algumas das fontes explícitas dos autores de gramáticas de PLE são, também elas, gramáticas de L2. A *A new Portuguese grammar in four parts* (Londres, 1768) de António Vieira, é uma fonte recorrente no quadro do ensino/aprendizagem do português em Inglaterra, Estados-Unidos e França

Il est important de ne point confondre la *construction* avec la *syntaxe* (...). § La *syntaxe* a pour objet la manière de rendre les divers rapports qui existent entre les idées, tandis que la *construction* ne s'occupe que de l'arrangement des mots entre eux, et de la coordination des phrases et des périodes (1871: 340).

E o autor continua na classificação (i) da sintaxe em concordância e regime; e (ii) da construção em “*simple* ou *naturelle*”, “*figurée*” e “*usuelle*” (Souza 1871: 341), agora com uma terminologia exatamente igual à que Du Marsais usara há mais de um século atrás, isto é, a mesma tipologia de “Construction simple & construction naturelle”, “Construction figurée” e “Construction usuelle” (Du Marsais 1769: 162-163)<sup>19</sup>. Além da identidade terminológica, há absoluto paralelismo de conceitos, dentro da diferença de profundidade de tratamento teórico, mesmo sendo a gramática de Souza a única do corpus com uma sintaxe de dimensão extraordinária (334 páginas num total de 725). O resumo que dela fará o filólogo brasileiro Luís Simões da Fonseca no quadro da sua versão “abrégé” da gramática de Souza, não comporta a construção, que é do domínio da variação, mas foca apenas a estrutura binária de “*syntaxe d'accord*” e “*syntaxe de régime*” (Fonseca 1880: 146) – os dois pilares da sintaxe (Calero Vaquera 2007: 92; Chevalier 1968: 86) –, que é específica de cada língua e para cuja exercitação o autor apresenta um “Cours gradué de Thèmes” (Fonseca 1880). Ainda que as construções variem, “la *syntaxe* reste la même” diz Souza (1871: 340); ou, numa formulação diferente mas equivalente, trata-se de distinguir a construção direta, “conforme aux règles de la *grammaire générale*” da construção inversa, “qui tient au génie de la langue portugaise” (Lencastre 1883: 105, 107).

Mas a primeira metade do século está marcada por uma conceção algo diferente, que corresponde à divisão da sintaxe em concordância, regime e construção (Siret 1799-1800; Dubois 1806; Sané 1810; Hamonière 1820). Nesta partição tripla, trata-se de “concebir a la *Sintaxis* como una *parte de gramática* y a la *Construcción* como una *parte, aspecto, tratado o capítulo de la Sintaxis*” (Gómez Asencio 1981: 52). A construção é um conceito mais compreensivo, porque uma parte da sintaxe e – outro ponto fundamental – a sintaxe é definida de acordo com os conteúdos que lhe estão afetos. Vejam-se os autores indicados:

La *syntaxe* traite de l'ordre et de l'arrangement des mots ; ensuite, de leur concordance; enfin de la manière dont ils se régissent l'un l'autre, ou dont ils influent l'un sur l'autre (Sané 1810: 116).

On appelle *Syntaxe* cette partie de la Grammaire, qui traite de la concordance, du Régime et de l'Arrangement des parties du Discours ; c'est-à-dire, de la Construction de la phrase (Dubois 1806: 175; Hamonière 1820: 194).

---

<sup>19</sup> Como se sabe, as páginas decisivas consagradas ao assunto são as do artigo “Construction” da *Encyclopédie* (1751).

Concordância, regime e construção (regular e figurada) estão também presentes na sintaxe de Bethencourt, autor do fim do século (1898: 62). A diferença, porém, é a mudança de propriedades definidoras para propriedades características. Diferentemente da posição anterior, os três fenômenos são concebidos como componentes da sintaxe e não como elementos definidores da sintaxe, que apresenta uma conceção mais extensiva: “(...) la partie de la grammaire qui enseigne à disposer les mots dans la proposition, de façon à ce qu'ils expriment exactement les pensées” (Bethencourt 1898: 60). A proposição é, pois, a categoria estruturante da sintaxe, como se verá. Parece assim confirmar-se neste corpus a tendência para o desaparecimento da oposição sintaxe/construção, que Delesalle (1984: 497) situa no meio do século: “(...) cette opposition est absolument datée : elle n'existe ni avant le milieu du XVIIIe siècle ni après le milieu du XIXe siècle”.

Depois destas definições prévias (quando existem), a maioria dos autores prossegue com o esquema habitual dos capítulos “sintaxe do artigo”, “sintaxe do substantivo”, “sintaxe do adjetivo”, etc., consagrados ao estudo descritivo-comparativo de matérias de concordância (adjetivo e nome, por exemplo), de regime/complementação (em particular, verbal) e de colocação (posição do sujeito sintático).

### 3. 2 – Proposição e frase

No contexto do estudo sobre “grammaire scolaire et grammaire savante”, Chervel (2012: 343-344) entende que todas as gramáticas posteriores a Port-Royal atribuem um lugar de relevo à teoria da proposição e dos diferentes tipos de proposição (simples, compostas, incidentes). Já foram bem estudados o esquema básico da proposição portroyalina – composto por *sujeito*, *atributo* e o elemento de ligação *ser* (verbo substantivo) –, a definição da proposição como expressão do pensamento e o tributo de ambas as noções à lógica das ideias como estudo das operações do pensamento (Auroux 2008). Ora este quadro teórico é fundamental para se compreender a diferença presente nas gramáticas de PLE entre a análise lógica da proposição em sujeito, cópula e atributo (equivalente à conceção de uma proposição lógica) e a análise gramatical da frase (equivalente à conceção de uma proposição gramatical), que visa descrever relações sintáticas. Esta diferença não significa que a análise lógica estivesse fora do escopo da gramática escolar. Vejam-se as seguintes afirmações:

La *proposition*, dans le sens grammatical, est l'expression d'un jugement, comme un mot est l'expression d'une idée. § Dans toute proposition, il y a au moins trois termes: le *sujet*, l'*attribut* et le *verbe*. § Le *sujet* exprime l'objet principale de notre jugement; l'*attribut* exprime la qualité que nous comparons au sujet; et le *verbe* indique si l'*attribut* convient ou ne convient pas au sujet (Souza 1871: 341).

La proposition est l'expression d'un jugement. Phrase est la réunion d'une ou de plusieurs propositions formant un sens parfait. § Il y a, dans une proposition, trois termes au moins : ce sont le sujet, le verbe et l'attribut (Béthencourt 1898: 60).

Cette construction [construction directe] est conforme aux règles de la grammaire générale. Les mots sont placés dans l'ordre le plus simple (1. Sujet, 2. Verbe, 3. Régime direct, 4. Régime indirect, etc.) (Lencastre 1883: 105, "Second cours").

Não é por acaso que Souza especifica “le sens grammatical” da proposição; ou que Lencastre traz à colação a gramática geral no contexto do estudo da construção direta. É que a proposição lógica portroyalina será diferenciada da proposição gramatical pelos autores da gramática geral do século XVIII, graças à autonomização progressiva da sintaxe e ao enfoque da construção em unidades maiores do que a palavra. Tal como Du Marsais passa da lógica para a gramática ao distinguir proposição lógica de proposição gramatical<sup>20</sup>, lançando assim as bases do conceito de frase, Paulino de Souza, sem se demarcar da análise lógica, que considera “une partie très-importante de la syntaxe” (1871: 343), afasta-a do quadro da sua gramática escola<sup>21</sup>. O ponto de vista gramatical vem com o conceito de frase: “Tout assemblage de mots ayant un sens” (Souza 1871: 341; Hamonière 1820: 194) ou “la réunion d'une ou de plusieurs propositions formant un sens parfait” (Béthencourt 1898: 60). De um lado a frase, que, definida em termos de sentido e de relações de subordinação, pertence ao domínio da sintaxe gramatical; de outro lado, a proposição ou expressão do julgamento como categoria de uma sintaxe lógica. Para se balizar cronologicamente esta diferenciação, recorre-se às seguintes palavras de Graffi (2001: 73), historiando o conceito de sintaxe:

The 'divorce' between grammar and logic (...) provided a theoretical motivation for an attitude which was becoming more and more widespread among linguistics (and particularly among syntacticians) around the middle of 19th century: the wish to free themselves from the model of syntactic analysis deriving from Port-Royal *Grammaire* (...) and *Logique* (...).

De facto, é sobretudo nas gramáticas de PLE da segunda metade do século – nomeadamente de Paulino de Souza, Luís Simões da Fonseca, F. de Lencastre, Raymond Foulché-Delbosc e Carlos de Vasconcelos de Béthencourt – que os conceitos de proposição e frase, ligados à análise lógica vs análise gramatical, apresentam aspetos dignos de menção. Já no fim do século,

<sup>20</sup> Cf. “Construction” (*Encyclopédie*, 1751): “(...) quand on considere une proposition grammaticale-ment, on n'a égard qu'aux rapports réciproques qui sont entre les mots ; au lieu que dans la proposition logique, on n'a égard qu'au sens total qui résulte de l'assemblage des mots”.

<sup>21</sup> Diz o autor (1871: 343): “Nous ne nous en [análise lógica] occuperons pas ici, parce que cela nous ferait sortir de notre cadre, et que, d'ailleurs, l'*analyse logique* est, à peu de choses près, soumise dans les deux langues aux mêmes principes essentiels”.

a análise lógica acabará “par se réduire à la pure et simple analyse grammaticale des propositions à l’intérieur de la phrase complexe” (Chervel 2012: 339), tal como atestado na gramática de Foulché-Delbosc (1894). Toda a matéria sintática é aqui descrita em torno da frase, salvo no contexto de oração subordinada: “Quand une proposition subordonnée commence par une conjonction conditionnelle ...” (1894: 266). Em todo o caso, os termos apresentam um uso imbricado de que nem sempre é fácil distinguir aceções comprometidas (cf. a este respeito Gautier 2012: 393-412). No caso de Souza, a presença de Du Marsais transparece na colagem muito sistemática e fiel aos textos do enciclopedista: a classificação de tipos de sujeito, atributo e proposição (Souza 1871: 342-343) é toda ela retirada de “Table des divers noms que l’on donne aux propositions, aux sujets, & aux attributs” do artigo “Construction” (Du Marsais, *Encyclopédie*, 1751). Noutros casos, gramáticos como Hamonière e Constâncio, não atribuem um sentido particular ao uso dos termos na matéria sintática.

### 3. 3 – Regime, complemento, subordinação

O uso da expressão disjuntiva *régime* ou *complément* (Hamonière 1820: 196) parece indicar uma interferência da conceção formal, casual de regime, que vem da gramática latina, no conceito de complemento, atestado no discurso gramatical sobre a preposição (+ *nome*) de meados do século XVIII (primeiro ligado ao nome do religioso Gabriel Girard, um dos partidários da doutrina portroyalina, e depois aos de Du Marsais e Beauzée nos artigos “régime”, “complément” e “proposition” da *Encyclopédie / Encyclopédie méthodique*). A instabilidade daí decorrente evidencia-se na discrepância entre o procedimento gramatical arreigado na tradição e o discurso metalinguístico sobre a inexistência de casos nas línguas modernas:

Ce seroit étrangement abuser du langage des Grammairiens que de prétendre qu’il y a de véritables cas dans nos langues modernes : cependant, comme les Grammairiens sont dans l’usage de les distinguer par analogie les uns des autres, selon les prépositions qui leur servent de signe, nous continuerons à nous servir du même langage (Dubois 1806: 200).

Foi a relação de regência e sobretudo a regência adjetival e verbal, esta nas formas direta e indireta (Hamonière 1820: 216), que prendeu a atenção de gramáticos de PLE do primeiro meio do século, mesmo que a contracorrente de eventuais novas tendências do tempo:

(...) le verbe actif veut après lui l’accusatif (Siret 1799-1800: 51). § Le verbe passif est suivi dans les deux langues de l’ablatif (Siret 1799-1800: 53)

Les adjectifs de dimension se mettent toujours au génitif (Sané 1810: 119). § Ce n’est que lorsque le régime est ou représente une personne, que le verbe actif exige qu’il doit au datif (Sané 1810: 127). § Les verbes passifs et la plupart des réciproques gouvernent aussi l’ablatif (Sané 1810: 131).

Neste capítulo do verbo, a estratégia de Siret e de Sané é antiga: associar o estudo do regime ao do verbo, introduzindo uma classificação verbal (verbos ativo, passivo e também neutro) que é o ponto de partida para o estudo da regência, mediada ou não por preposição. Por seu turno, para Hamonière (1820: 196-197), “[o]n appelle *régime* ou *complément* d’un mot, tout mot qui, n’étant point un adverbe, est mis à la suite d’un autre mot *pour en restreindre la signification*”<sup>22</sup>; ou, recorrendo a outra formulação do passo destacado: “(...) pour en déterminer la signification” (Beauzée, “Complément”, *Encyclopédie méthodique*, 1782-1786). No mesmo recorte temporal da primeira metade do século, o conceito de regência, que, descrito em termos de relação entre uma palavra regente e um determinado caso, implicava uma variação formal da palavra regida, foi reinterpretado sem as consequências ao nível da flexão. A regência, que restringe/determina a significação, nas palavras acima de Hamonière e Beauzée, passa assim a facto de dependência semântica. Deste modo, nas gramáticas de PLE da primeira metade de Oitocentos a conceção formal e casual de regência presente em Siret e Sané parece conviver com uma interpretação do fenómeno da regência ao nível da complementação ou de conjuntos de palavras – por exemplo, a unidade *preposição + nome* – incluídos numa unidade superior, a frase ou proposição. O significado global desta frase depende dos elementos regidos, que admitem subdivisões. Hamonière reconhece os complementos direto, indireto e circunstancial, embora sem os nomear como tal: “la phrase se compose de sept parties ou membres qui sont : le  *sujet*, l’*attributif* ou *verbe*, l’*objectif* ou *régime direct*, le *terminatif* ou *régime indirect*, le *circonstancier*, le *conjonctif*, et l’*adjectif*” (1820: 196)<sup>23</sup>. São estes diversos tipos de complementos que se encontram, com designações idênticas, em gramáticas da segunda metade do século, nomeadamente as de Lencastre e Béthencourt:

Lencastre (1883: 104-106, Second cours)	Béthencourt (1898: 63)
complément direct	complément direct ou objectif
complément indirect	complément déterminatif
complément restrictif	complément restrictif
complément circonstancier	complément circonstancier

Em ambos os autores, o regime do verbo é definido em termos de complemento e o complemento é descrito no quadro da proposição:

<sup>22</sup> Os últimos itálicos são nossos.

<sup>23</sup> Sobre a designação de “circunstancial”, aplicada ao advérbio e ao complemento preposicional, veja-se Chevalier (1968: 610).

Le complément ou régime est un mot ou une proposition qui achève d'exprimer l'idée commencée par un verbe, un participe, un adjectif, un substantif ou une autre proposition (Lencastre 1883: 101, Second cours).

La *syntaxe de régence* enseigne les règles de la dépendance que doivent avoir entre elles les parties de la proposition (Béthencourt 1898: 62).

A definição de Béthencourt foca explicitamente outro aspeto do mecanismo da complementação (nominal e verbal), fundamental para se compreender o fenómeno mais geral da determinação/subordinação. Trata-se da noção de dependência, propriedade do sintagma e depois das relações interproposicionais, uma vez que, como afirma Gómez Asencio (1987: 119) na sequência de Chevalier, a “‘phrase (composée) subordonnée’ (...) a dû être forcément postérieure à la naissance de la notion de ‘complément’”. Que a dependência foi concebida também ao nível de orações é facto patente na gramática de Foulché-Delbosc, a única onde o termo “subordination” aparece no contexto de usos do conjuntivo português (1894: 263-266). Sabe-se que a sintaxe de regime, de complementação, de dependência ou de determinação, distinta da sintaxe de concordância/acordo/identidade, foi matéria sintática central nas gramáticas gerais e filosóficas dos séculos XVIII-XIX, por ser reflexo da dependência lógica das ideias, e manifestar-se formalmente na ordem das palavras na frase e, por extensão, na ordenação sintática de frases. Segundo Andrieu (2012: 794), os gramáticos franceses Condillac e sobretudo Gabriel Girard destacam-se com vantagem numa “histoire de la notion d’hypotaxe”. No corpus em análise, a segunda metade do século XIX constitui um marco gramatical na estruturação e apreensão global do conceito de dependência/subordinação em relação ao sintagma e à frase, manifestando-se tal consciência na diferenciação de tipos de subordinação (Foulché-Delbosc 1894: 263-266).

#### 4 – NOTA FINAL

Procurou-se neste trabalho elucidar aspetos sobre a génese da matéria sintática em gramáticas de PLE do século XIX, a começar pelas razões, muitas vezes aduzidas pelos próprios autores, da sua brevidade; e quando assim não é, os mesmos autores são os primeiros a evidenciá-lo<sup>24</sup>, sinal de singularidade num

---

<sup>24</sup> Apesar de extenso, o seguinte passo de Souza (1871: xxv) é importante para clarificar o que se quer dizer: “Parmi les personnes qui étudient une langue étrangère, les uns voudraient une grammaire très-résumée, les autres un ouvrage assez complet qui les dispensât de la nécessité de recourir à d’autres livres. (...) Ceux qui aiment les livres complets trouveront dans celui-ci, croyons-nous, de quoi se satisfaire. Quant aux autres, ils pourront l’abrégé à volonté en négligeant tout ce qui a rapport à la prononciation, aux étymologies, aux questions orthographiques, aux inversions, etc., et réduire, en un mot, ce volume aux proportions d’une grammaire ordinaire”.

quadro geral comum, transversal ao corpus geral de gramáticas de PLE. Entrariam também neste quadro a atitude comparativa, a assunção da competência gramatical do leitor como forma de justificar a contenção de definições teóricas, determinadas opções metodológicas (a partir de 1930), a presença muito constante de materiais complementares da análise sintática. Mas já ao nível da natureza destes materiais, impõe-se uma primeira distinção entre as duas metades do século. O tipo de antologia textual (em profusão nas gramáticas de Dubois 1806, Sané 1810, Hamonière 1820, Constâncio 1832, Siret 1854) dá lugar preferencial aos exercícios de tradução nas modalidades de tema e versão (Fonseca 1880, Béthencourt 1898). Do ponto de vista da dimensão, as gramáticas tornam-se objetos de mais fácil manuseamento, porque de menor volume; e as antologias literárias adquirem circulação à parte, como se percebe em Paulino de Souza (1871: xxiii, xxvi). Quanto à matéria sintática, talvez o marco gramatical de Oitocentos seja o seguinte, nas palavras atrás citadas de Graffi (ponto 3.2) ou nestas: “The whole abandonment of the Port-Royal logic-based model of syntax was accomplished only in the second half of the 19th century” (Graffi 2001:73). A verdade é que a presença de Port-Royal está muito marcada na conceção tripartida da proposição (sujeito, verbo, atributo) de Souza (1871), Lencastre (1883) e Béthencourt (1898), mas tal presença é mediada pela gramática geral e pelos Enciclopedistas. Assim se explica a colagem de Paulino de Souza ao modelo da proposição de Du Marsais; assim se explica também que o modelo da gramática geral seja invocado por F. Lencastre em contexto de estudo da complementação. O corte com a análise lógica, que aponta Graffi, fomentou uma metalinguagem (complemento, frase, subordinação) e princípios de análise descritiva que se distanciaram das gramáticas da primeira metade do século.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

Béthencourt, C. de V. de. 1898. *Grammaire portugaise pratique*. Paris: Boyveau & Chevillet.

Constâncio, F. S. 1832. *Nouvelle grammaire portugaise, à l'usage des français, divisée en six parties*. Paris / Rio de Janeiro: Chez J.-P. Aillaud, Libraire / Chez Souza, Laemmert et C<sup>ie</sup>.

Dubois, [S.] [G.] 1806. *Grammaire portugaise ou méthode abrégée pour faciliter l'étude de cette langue*. Angers: De L'imprimerie des Frères Mame.

Fonseca, L. S. da. 1880: *Abrégé de la grammaire portugaise de P. de Souza avec un cours gradué de thèmes*. Paris: Librairie Garnier Frères.

Foulché-Delbosc, R. 1894. *Abrégé de grammaire portugaise*. Paris: Librairie Guillard, Aillaud & C<sup>ie</sup>.

Hamonière, G. 1820. *Grammaire portugaise, divisée en quatre parties*. Paris: Bobée et Hingray [2.<sup>a</sup> ed. 1829].

Lencastre, F. de. 1883. *Nouvelle méthode pratique et facile pour apprendre la langue portugaise composée d'après les principes de F. Ahn*. Leipzig: F. A. Brockhaus.

Sané, A. M. 1810. *Nouvelle grammaire portugaise, suivie de plusieurs essais de traduction française interlinéaire, et de différents morceaux de prose et de poésie. Extraits de meilleurs classiques portugais*. Paris: Chez Cérioux Jeune, Nicole Libraire, Cussac Imprimeur-Libraire.

Siret, L.-P. 1799-1800. *Grammaire française et portugaise, A l'usage des personnes qui veulent apprendre le Portugais, pour le parler, comme pour l'écrire. Par \_\_\_\_ . Revue et corrigée par le Cit. Cournand*. Paris: Arthus Bertrand, Libraire.

Siret, L.-P. 1854. *Grammaire portugaise de L.-P. Siret, augmentée d'une phraséologie et de plusieurs morceaux en prose et en vers, extraits de écrivains portugais et français les plus estimés, avec le texte en regard, par Joseph da Fonseca*. Paris: J. P. Aillaud, Monlon et C<sup>ie</sup>.

Souza, P. de. 1871. *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée*. Paris: Garnier Frères, Libraires-Éditeurs.

### Bibliografia secundária

Andrieu, W. 2012. Émergence de la syntaxe de la phrase complexe. In : Colombat, Bernard; Fournier, Jean-Marie; Raby, Valérie. (éd.). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*. Paris: Honoré Champion, 781-796.

Auroux, S. 1986. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de rétrospection. *Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*, n<sup>o</sup>. 7: 1-26.

Auroux, S. 2008. Brève histoire de la proposition. *Cahiers de l'ILSL*, 25: 15-34.

Bachi, P. 1831. *A comparative view of the Spanish and Portuguese languages, or an easy method of learning the Portuguese tongue for those who are already acquainted with the Spanish*. Cambridge: Hilliard and Brown.

Bouard, B. 2008. L'émergence de la notion de "complément" est-elle une invention ou une innovation? In: Durand J. Habert B., Laks B. (éds.). *Actes du Premier Congrès Mondiale de Linguistique Française*. Paris: Institut de Linguistique Française, 899-916. Disponível em: <http://www.linguistiquefrancaise.org/articles/cmlf/abs/2008/01/contents/contents.html>. <10.1051/cmlf08178>. <hal-01117970>, acedido em junho de 2018.

Bouard, B. 2009. La syntaxe dans la grammaire générale au milieu du 19<sup>ème</sup> siècle: structure de la proposition et transitivité. *Language and History*, 52,1: 3-25. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01117660>, acedido em junho de 2018.

Bouard, B. 2012. L'articulation entre grammaires scolaires et grammaires savantes au XIX<sup>e</sup> siècle: complément et verbe transitif. In: *Colloque annuel de*

la Société d'Histoire et d'Epistémologie des Sciences du Langage. *Histoire Epistémologie Langage*. Jan. 2010, Paris, France. In: *Les Dossiers d'HEL: La disciplinarisation des savoirs linguistiques Histoire et épistémologie*, 5: 1-15. Disponível em:

<<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/num5/num5.html>>. <hal-01117632>, acessado em junho de 2018.

Calero Vaquera, M. L. 1986. *Historia de la gramática española (1847-1920)*. Madrid: Gredos.

Calero Vaquera, M. L. 2007. Desarrollo de la sintaxis en la tradición gramatical hispánica. In: Dorta, Josefa; Corrales, Cristóbal; Corbella, Dolores (eds.). *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico*. Madrid: Arco/Libros: 89-118.

Chantreau, P. N. 1781. *Arte de hablar bien frances o gramatica completa dividida en tres partes*. Madrid: Por Dom Antonio de Sancha.

Chervel, A. 2012. Grammaire scolaire et grammaires savantes: la transposition didactique en question. In: Colombat, Bernard; Fournier Jean-Marie; Raby, Valérie (éd.). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*. Paris: Honoré Champion, 325-350.

Chevalier, J.-C. 1968. *Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1759)*. Genève: Librairie Droz.

Delesalle, S. 1984. Syntaxe et / ou construction. In: *Au bonheur des mots. Mélanges en l'honneur de Gérard Antoine*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 497-507.

Du Marsais, C. Ch. 1769. *Logique et principes de grammaire*. Paris: Chez Briasson Libraire.

Elwes, A. 1876. *A grammar of the Portuguese language in a simple and practical form with a course of exercises*. London: Crosby Lockwood & Co.

Fonseca, M. do C. 2018. O exercício em gramáticas de português como língua estrangeira para francófonos (século XIX). *Linguarum Arena* 9 (no prelo).

García Folgado, M. J. 2002. La gramática escolar española entre dos siglos (1780-1813): la sintaxis. Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde, 29: 126-144. Disponível em <http://dhfiles.revues.org/2306>, acessado em junho de 2018.

Gautier, A. 2012. Aperçu de la *phrase* dans la grammaire scolaire. In: Colombat, Bernard; Fournier Jean-Marie; Raby, Valérie. (éd.). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*. Paris: Honoré Champion, 393-412.

Gómez Asencio, J. J. 1981. *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Gómez-Asencio, J. J. 1987. Naissance et développement de la notion de phrase composée dans les grammaires espagnoles (1771-1851). *Histoire Epistémologie*

*Langage* 9-2: 117-132. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1987\\_num\\_9\\_2\\_2428](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1987_num_9_2_2428), acessado em junho de 2018.

Graffi, G. 2001. *200 years of syntax. A critical survey*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Hassler, G. 2012. La description du *génie de la langue* dans les grammaires françaises et les grammaires d'autres langues. In: Colombat, Bernard; Fournier Jean-Marie; Raby, Valérie. (éd.). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*. Paris: Honoré Champion, 193-209.

Koerner, E. F. K. 2014. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Ladmiral, J.-R. 1994. *Traduire: théorèmes pour la traduction*. Paris: Gallimard.

Lépinette, B. 2002. La syntaxe dans les grammaires pour l'enseignement du français en Espagne au XIXe siècle. *Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde*, 29 : 26-93. Disponível em <http://dhfles.revues.org/2292>, acessado em junho de 2018.

Lépinette, B. 2012. L'horizon de rétrospection des grammaires françaises pour espagnols, 1800-1850. In: Colombat, Bernard; Fournier Jean-Marie; Raby, Valérie. (éd.). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*. Paris: Honoré Champion, 467-491.

Lliteras, M. 1997. Sobre la formación del corpus de autoridades en la gramática española. *Historiographia linguistica* 24:1-2: 57-72.

McLelland, N. 2017. *Teaching and learning foreign languages. A history of language education, assessment and policy in Britain*. London / New York: Routledge.

Ringbom, H. 2007. *Cross-linguistic similarity in foreign language learning*. Clevedon: Multilingual Matters.

Ponce de León Romeo, R. 2009. Los inicios de la enseñanza-aprendizaje del portugués en España: breves consideraciones sobre el Primero y segundo curso de portugués (Madrid 1876) de Francisco de Paula Hidalgo. *Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde* 42: 185-196. Disponível em <http://dhfles.revues.org/757>, acessado em junho de 2018.

Ramos, V. 1972. *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português.

Swiggers, Pierre. 2006. El foco 'belga': Las gramáticas españolas de Lovaina (1555, 1559). In: Gómez Asencio, José J. (dir.). *El Castellano y su Codificación Gramatical. Volumen I: De 1492 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford)*. Burgos: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 161-213.

# DO TRATAMENTO DO VERBO *SER* EM INSTRUMENTOS METALINGUÍSTICOS DO PORTUGUÊS PUBLICADOS NO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

**RESUMO:** O século XIX português constitui um período eclético em que convergem a herança de um ideário metalinguístico polifacetado e a receção de inovações metodológicas tendentes a promover o desenvolvimento do estudo científico, de índole histórico-comparativa, da língua portuguesa, no âmbito da Linguística Românica.

É nosso objetivo escrutinar um conjunto de obras metalinguísticas representativas da centúria portuguesa de Oitocentos, a fim de rastreamos as caracterizações descritivas e explicativas do funcionamento sintático atribuído ao verbo *ser*, em consonância com princípios norteadores da prática historiológica e historiográfica em Linguística, a saber, o princípio que impõe a clarificação dos ‘climas de opinião’ responsáveis pela emergência das obras sob escopo, o princípio que determina a fiel reconstrução da terminologia concebida e/ou aplicada nessas obras e o princípio que estipula a adequação epistemologicamente relativa de modelos terminológicos atuais à arquitetura terminológica reconstruída.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia gramatical; História da Língua Portuguesa; Sintaxe.

## **ABSTRACT**

The Portuguese 19th century is an eclectic period in which converge the heritage of a multifaceted metalinguistic set of ideas and the reception

---

<sup>1</sup> O presente texto constitui uma versão revista e alargada da versão que foi oralmente apresentada no Simpósio 62 do VI SIMELP e que, em novembro de 2017, foi facultada para publicação nas Atas do evento.

of innovative methodologies tending to promote the development of the comparative and historical scientific study of the Portuguese language within the Romance Linguistics.

It is our goal to scrutinize a set of metalinguistic works representative of the Portuguese 19th century, in order to track the descriptive and explanatory characterizations of the syntactic functioning given to the Portuguese verb *ser* (equivalent to the English verb *to be*), taking into account the principles of historiological and historiographic practice in Linguistics, namely: the principle that imposes a clarification of the ‘climates of opinion’ responsible for the appearance of the referred works; the principle that determines a faithful reconstruction of the terminology conceived and/or applied in those same works; and the principle that stipulates the epistemologically relative adequacy of current terminological models to the reconstructed terminological architecture.

**KEYWORDS:** Grammatical Historiography; History of the Portuguese Language; Syntax

## 1 - INTRODUÇÃO

A tradição gramaticológica e gramaticográfica portuguesa apresenta flutuações de interpretação do funcionamento do verbo *ser*, no âmbito de uma estrutura linguística.

O primeiro instrumento metalinguístico português sobre o português, da lavra de Fernão de Oliveira (1507-*ca.* 1581), apenas se refere ao verbo *ser* como um “[...] verbo substantivo [...]” (Oliveira 2000 [1536]: 118 [39], 124 [45], 150 [71]), sem aduzir quaisquer definições,<sup>2</sup> adotando, assim, o Autor uma nomenclatura que reflete uma interpretação filosófica ancorada nas observações sobre o Latim feitas por Prisciano (séculos V a VI E.C.). Em 1540, o polígrafo aveirense é seguido por João de Barros (1496?-1570), que assume, então, aplicar a distinção classificativa latina aos verbos do Português, ao fazer referência ao verbo *ser*, marcado por “presente”, “indicativo” e “1.<sup>a</sup> pessoa” – em oposição a todos os outros, ditos ‘adjetivos’ –, como ‘verbo substantivo’, “[...] por que demôstra o fêr pelloál da coula [...]” (Barros 1971 [1540]: 325), dando conta da noção de “existência”, ao mesmo tempo que explicita, ao que parece pela primeira vez na gramaticografia

---

<sup>2</sup> Ao encetar o Capítulo dedicado ao verbo, observa o seguinte: “[...] não dizemos que cousa é verbo nem quantos generos de verbos temos, porque não é desta parte a tal ocupação, mas só mostraremos como são diversas as vozes desses verbos em generos, conjugações, modos, tempos, numeros e pessoas [...] só amoestando em breve o que ha nellas, para que depois a seu tempo, quando as trataremos, sejam melhor com mais facilidade entendidas [...]” (Oliveira 2000: 150 [71]).

portuguesa, que “[...] soprimos [– a inexistência de verbos passivos em Português –] per rodeo (como os Latinos fazem nos tempos (em) que lhes falêça a vóz passiva), com este vérbo, *sou*, e um particípio do tempo passado [...]” (Barros 1971 [1540]: 326).<sup>3</sup>

No início do século XVII, Duarte Nunes de Leão (fl. 1530-1608), a propósito do que denomina de “tres vozes” do *verbo* – “[...] hũa activa, outra impeffoal, outra pafsiva [...]” – (Lião 1606: 117), observa que das duas últimas:

[...] carece a lingoa Portuguefa como as outras [vulgares], Hespanhoes, Italiana, & Francefa, porque o que hauiaõ de dizer por fuas palavras directas, & extendidas como fazem os latinos, & os Gregos o dizem por circumloquios, & arroteos de vozes empreftadas do verbo fubftantivo fou es [...]” (Lião 1606: 118).

Treze anos mais tarde, Amaro de Roboredo (século XVI-século XVII) entende que a forma verbal latina “Sum” – relativamente à qual aduz não lhe parecer ‘ativa’ nem ‘passiva’ (Roboredo 1619: 69) –, igualmente marcada pelo “presente”, pelo “indicativo” e pela “1.ª pessoa”, é “[...] como [que o] fundamento de todos [os verbos] [...]”, “[...] *significando fustancialmente, fer, ou star* [...]”, asseveração a que acrescenta o dado de que “[...] *com elle per rodeio fupprimos as vozes pafsivas que* [aos verbos] *faltão* [...]” (Roboredo 1619: 30).<sup>4</sup> Tal posição será adotada, no século posterior, a título exemplificativo, por Luís Caetano de Lima (1671-1757), que, no quadro do tratamento do funcionamento da língua francesa, mediante a utilização do Português como metalíngua, apresenta o verbo *Efire*, enquanto verbo ‘auxiliar’ e ‘substantivo’, como elemento equivalente aos verbos portugueses *Ser* e *Eftar* (cf. Lima 1733: 128).

No início do século XVIII, o lexicógrafo Rafael Bluteau (1638-1734), sob a entrada “SER”, classifica este item como “[...] Infinitivo do verbo fubftantivo, & auxiliar [...]” (Bluteau 1720: 598, col. 2), indicando, no âmbito do verbete que inclui a entrada “SUBSTANTIVO, ou Sufantivo”, que “[...] [t]ambem entre Grammaticos ha verbos fubftantivos, como *v g.* o verbo *Ser* [...]” (Bluteau 1720: 766, col. 2), da mesma forma que, sob a subentrada

<sup>3</sup> “[...] E o vérbo substantivo sou também carêça da régra gèral dos verbos, porque fãz no infinitivo em *er*; e, quando ô trazemos ao primeiro presente, dizemos: *sou*. E por / ser mui irregular em suas formações nam falaremos mais dele, nem menos daremos régras dos outros tempos e módos [...]” (Barros 1971 [1540]: 344-345).

<sup>4</sup> É interessante verificar que o Autor seiscentista português vem a tecer a seguinte observação: “[...] Nas línguas vulgares, de que temos noticia, não ha Verbos Pafsivos: mas ha Participios Pafsivos, com os quaes, & com o Verbo Sufantivo, *Sum*, fe fuprem as Vozes Pafsivas; como em Português. *Amado*, ajuntafe ao Verbo, *Sou*, afsi; *Sou amado*; *Fui amado*, *Serei amado* [et]c. [...]” (Roboredo 1619: 69; cf. 32-33). Curiosamente, não parece verbalizar a ideia de que o verbo *estar* pudesse, também, entrar nesses ‘rodeos passivos’.

“Auxiliar” (enquanto “Termo Grammatical”) da entrada “AUXILIAR”, aponta o *verbo ser* como um verbo *auxiliar*, ou seja, como “[a]quelle, que ajuda os outros verbos na conjugação delles [...]” (Bluteau 1712: 687, col. 1). Em 1721, Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), sob o pseudónimo de Caetano Maldonado da Gama, apresenta o verbo *ser* na qualidade de verbo auxiliar, por ajudar os chamados verbos ‘ativos’ a formar os seus tempos passivos (cf. Gama 1721: 62), não o incluindo em qualquer uma das ‘castas’ de verbos por si elencadas. É no quadro da chamada “Syntaxe de reger” (Gama 1721: 170, 175) que afirma que o verbo *ser*, significando “união de uma coisa consigo mesma”, apresenta, tal como o Latim, dois “nominativos” – “[...] hum antes, outro depois de fi [...]” (Gama 1721: 173) –, da mesma forma que assinala, segundo a mesma analogia, que, quando vale o mesmo que “possuir”, que “pertencer” ou que “causar”, pede “genitivo”, articulável com um “nominativo” e, na última aceção referida, também com um “dativo” (Gama 1721: 182-183). Em 1725, o mesmo autor, assumindo-se já como Jerónimo Contador de Argote, segue o mesmo procedimento (cf. Argote 1725: 150), continuando a não classificar o verbo *ser* como ‘substantivo’, tratando-o nos mesmos moldes, quer no âmbito da abordagem feita aos “Verbos Auxiliares” (Argote 1725: 62-63; cf. 105), quer no quadro da “Syntaxe de Reger” (Argote 1725: 194, 198, 200, 207-208). Quanto ao autor da *Arte da grammatica da lingua portugueza* publicada em 1770, adscrive ao *verbo*, no geral, a ideia de que “[...] afirma alguma cousa [...]”, a saber, principalmente, “acção” ou “paixão” (Assunção 2000: 197 [55], 198 [56]), distanciando-se da classificação tradicional do verbo *ser*, ao observar que se trata de um verbo “[...] a que chamão substantivo, por afirmar a substancia, ou o ser do sujeito, que lhe exerce a significação [...]”, e destacando, antes, o facto de, enquanto verbo ‘anómalo’, ou ‘irregular’, se comportar como “[...] auxiliar, porque dos seus tempos, modos, e pessoas se fôrma toda a voz passiva de qualquer verbo activo, pospondo-se-lhe o participio passivo do mesmo verbo [...]” (Assunção 2000: 203-204 [61-62] e nota a; sublinhado nosso). Por sua vez, em 1789, o lexicógrafo António de Moraes Silva (1755-1824), sob a segunda entrada “SER” do *Dicionário da Língua Portuguesa de D. Raphael Bluteau*, o qual sujeita a reforma e acrescentamentos, apresenta tal item linguístico como verbo ‘neutro’ com o significado de “exiltir”: “[...] Deste verbo ufamos para afirmar, ou negar, que hum attributo existe em o fujeito [...] ou que hum fujeito pertence a alguma especie, e tem os attributos della [...]” (Silva 1789, II: 394, col. 1). Entretanto, na subentrada “*Verbo auxiliar na Grammatica*”, ocorrente no verbete que

---

<sup>5</sup> Continua a não o incluir sequer, explicitamente, em qualquer uma das “castas” que propõe, exatamente como propusera em 1721: ativos, passivos, neutros, pessoais, impessoais, reciprocos, simples, compostos, irregulares e regulares (cf. Argote 1725: 146-169; cf. Gama 1721: 129-132).

integra a entrada “AUXILIAR”, apresenta o verbo *ser* – juntamente com o verbo *estar* – como verbo que pode funcionar como auxiliar de “existência”, por suprir variações simples faltantes a alguns verbos, designadamente, por suprir a formação da “voz passiva” que subclassificamos de ‘analítica’ (Silva 1789, I: 153, col. 1). Bernardo de Lima e Melo Bacelar (ca 1736-?), em 1783, classifica o verbo *ser* como “[...] *Verbo de unir o nominativo posterior ao anterior [...]*” (Bacelar 1783: 101), “[...] representa[ndo] com afirmação a obra phyfica [...]”, por meio da “[...] união do predicado ao fujeito [...]” (Bacelar 1783: 52 e nota (a)), ao mesmo tempo que prevê a sua utilização para ‘compor verbos passivos’, sem utilizar, porém, o termo taxinómico *auxiliar* (Bacelar 1783: 52, nota (a)). Já Pedro José da Fonseca (1737-1816), em 1799, depois de apontar os verbos *ter* e *haver* como *verbos auxiliares* que ajudam a conjugar os chamados ‘tempos compostos’<sup>6</sup> de ‘outros verbos’, salienta que também o verbo *ser*, embora:

[...] se nomei[e] substantivo, quando afirma a substancia, ou o ser do sujeito, que lhe exercita a significação, he auxiliar sempre que com os seus números, pessoas, modos, e tempos, tanto simples, como compostos, supre junto com o particípio passivo do verbo, de que se trat[e], a voz passiva deste mesmo verbo [...]” ([Fonseca] 1799: 112, 112-113).

## 2 - DO TRATAMENTO SINTÁTICO DO VERBO *SER* NA CENTÚRIA DE OITOCENTOS

Na centúria portuguesa de Oitocentos, manifestam-se diferentes correntes de interpretação do funcionamento sintático do verbo *ser*.

No início do século XIX, Morais Silva aprofunda a sua visão do verbo, no seu *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, acabado de redigir, em 1802, em Pernambuco (cf. Silva 1806: 163).<sup>7</sup> Aí, assinala, explicitando a receção crítica das ideias de Antoine Arnauld (1612-1694) & Claude Lancelot (1615-1695), de James Harris (1709-1780), de Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780) e de François-Urbain Domergue (1745-1810), que – mesmo no âmbito de formas ditas “compostas”<sup>8</sup> – o verbo *afirma* sempre, por meio do verbo *ser*, a ‘existência’, enquanto ‘atributo mais geral’<sup>9</sup> de um ‘atributo particular’, *ativo* ou *de mero estado* (cf. Silva 1806: 16, nota\*\*; 55, nota *f*, iniciada na p. 54; 56; 64, nota *h*), tal como Condillac propusera para a língua francesa (cf. Condillac, 1947, *Cours d’études*,

<sup>6</sup> “[...] Tempos compostos são aquelles, que se conjugão sempre com alguns Tempos simples dos verbos auxiliares [...]” ([Fonseca] 1799: 111).

<sup>7</sup> Essa obra foi publicada, em 1806, em Lisboa, e, aí, republicada, em 1813, tendo vindo a lume, em 1824, no Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Segundo Beauzée, Du Marsais tinha atribuído aos verbos *adjetivos* a classificação de *compostos* e *dera* a de *simples ao verbo substantivo* (cf. Beauzée 1786: 621, col. 1).

<sup>9</sup> Cf. Arnauld & Lancelot 1969: 67.

II – *Grammaire*: 475, col. 2). Não deixa, entretanto, de recorrer – com o devido distanciamento epistemológico – à metalinguagem tradicional dos gramáticos, ao trazer à colação o facto de apelidarem o “verbo *Ser*” de ‘verbo substantivo’, por se lhe juntarem “[...] todos os attributivos, e ainda nomes usados comprehensivamente, ou attributivamente: *v. g. ser amado, ferido, amante [...]*” (Silva 1806: 60). Entende Morais Silva que o verbo *ser*, entre outros verbos, pode funcionar como auxiliar, “[...] [ajudando] a formar tempos [...]”: “[...] e tanto val dizer; que o sujeito existe acompanhado, ou modificado por um attributo, como dizer, que o sujeito o possui: assim *amo, sou amante, estou amando, tenho o attributo amar, tenho amor*, tudo vem ao mesmo sentido [...]” (Silva 1806: 63-64). Embora o não revele, explicitamente, no seu *Epitome [...]* – em que, aquando do tratamento explícito da significação passiva do ‘atributo’ de verbos suscetíveis de passivização, a ilustra enquanto manifestável por meio do verbo auxiliar *estar* (cf. Silva 1806: 53) –, a segunda edição do *Diccionario da Lingua Portugueza*, por si publicada em 1813 e antecedida, *ipsis verbis*, da obra gramatical que tem estado sob o nosso escopo, mantém o configurado na subentrada “*Verbo Auxiliar*, na Grammatica”: aí, também atribui ao verbo *ser* o papel de contribuir para a construção, como *auxiliar*, da “voz passiva” que designamos por ‘analítica’ (Silva 1813, I: 234, col. 2 - 235, col. 1).

Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), numa obra postumamente publicada, pela Academia Real das Ciências, em 1822, embora, provavelmente, terminada em 1803, apologiza a noção de que o verbo *ser* é “[...] o único verbo [...]”, classificando-o de ‘substantivo’ (Barbosa 2004: 248 [192]),<sup>10</sup> não enquanto elemento linguístico significativo de “[...] *Afirmção*, como muitos Grammaticos pretend[iam] [...]”<sup>11</sup> (Barbosa 2004: 249 [193]), mas enquanto item significativo de “*Existência*” de uma ‘qualidade’ ou de um ‘atributo’ num “sujeito” de uma “proposição”, no âmbito da qual representaria a ideia “[...] primária e principal [...]”, “[...] ou só, ou incluído no verbo adjetivo [...]”, o que resultaria na “[...] coexistência e identidade [...]” desses elementos, manifestas, uma e outra, por via do estabelecimento de um “nexo” ou “cópula”, associados a manifestações formais de “ideias acessórias” (Barbosa 2004: 247 [191], 249 [193]), entre as quais figuravam os chamados “[...] diversos modos possíveis, porque o espirito póde conceber,

<sup>10</sup> A propósito do tratamento da *preposição*, apresenta, também, o verbo *Estar*, ao lado do verbo *Ser*, como verbo igualmente ‘substantivo’ (cf. Barbosa 2004: 383 [327]).

<sup>11</sup> Ainda que partilhe da ideia dos responsáveis pela *Grammaire générale et raisonnée [...]*, publicada em 1660, de que “[...] il n’y a que le verbe *être*, qu’on appelle substantif [...]” (Arnauld & Lancelot, 1969: 66), o Autor português diverge, claramente, da ideia de que o *verbo* constituía uma palavra cujo principal uso seja o “[...] *de signifier l’affirmation*, c’est-à-dire, de marquer que le discours où ce mot est employé, est le discours d’un homme qui ne conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge et qui les affirme [...]” (Arnauld & Lancelot 1969: 66).

e concebe huma couza existente [...]” (Barbosa 2004: 250 [194]). Teria sido, aliás, precisamente, para obviar à “[...] enunciação completa de [...] conceitos [...]” que “[...] o verbo substantivo simples [chamaria] em ajuda sua outros verbos [...]”, que designa por “*Auxiliares*” (Barbosa 2004: 250 [194]), entre os quais não figurava o próprio verbo *ser* – “[...] [n]ão he pois auxiliar [...]” –, discordando, de forma clara, da classificação de “[...] [a]lguns de nossos Grammaticos [que] fazem tambem do nosso verbo *Ser* hum verbo auxiliar [...]” (Barbosa 2004: 252 [196]). Importa, entretanto, assinalar a aproximação do seu ponto de vista eclético às ideias linguísticas nutridas por César Chesneau Du Marsais (1676-1756), por Condillac e por Court de Gébelin (1725-1784).

Por seu turno, em 1804, Manuel Dias de Sousa (1755-*ca* 1822) exhibe a noção de que, embora o ‘verdadeiro verbo’ seja o verbo *ser* (Souza 1804: 56; cf. 49), ele constitui um item indicativo “[...] [d]a relação que se considera entre a qualidade e o sujeito [...]” (Souza 1804: 196; cf. 55) e um elemento que ‘liga todas as qualidades’ – expressas pelo particípio – ‘com o sujeito de uma frase’ (cf. Souza 1804: 145; cf. 142), remetendo para uma relação de coexistência do sujeito da ‘proposição’ e da sua respetiva qualidade, tal como, na senda de Du Marsais<sup>12</sup>, propõe Condillac<sup>13</sup> e Court de Gébelin enuncia.<sup>14</sup> O verbo *ser* representa, afinal, para o gramático, o ‘nexo’ (ou ‘cópula’) de um juízo, servindo, numa estrutura linguística, para exprimir, sintaticamente, o ‘nexo gramatical’ – suscetível de se revestir de um caráter ancilar, enquanto verbo auxiliar, quando o atributo constituísse um ‘particípio ativo’ ou ‘passivo’ de um ‘verbo adjetivo’ (Souza 1804: 107) –, ou seja, a união mental entre um ‘sujeito’ lógico, representável por uma forma de *nome* ou de *pronome*, que funcionaria como ‘sujeito gramatical’, e um ‘atributo’, representável por uma forma de *adjetivo* ou *particípio* configuradora de um ‘atributo gramatical’ (cf. Souza 1804: 156).<sup>15</sup>

Posteriormente, numa obra vinda a lume em 1818, João Crisóstomo do Couto e Melo (1775-1838) define o verbo *ser*, que denomina de “*Verbo-substantivo*”, ou “*Abstrato* [...]”, na frase de Beauzée”, ou “*Simples*, na de du Marsais” (Melo 1818: 87 e nota 3), como “[...] sinal da ideia de coexistência de substância e d’adjunto [...]” (Melo 1818: 60) e, portanto, na esteira de

<sup>12</sup> Cf. Du Marsais 1987, *Mélanges [...] tirés de l’Encyclopédie*, “CONSTRUCTION”: 441, 445.

<sup>13</sup> Cf. Condillac 1947, *Cours d’études, II – Grammaire*: 467, col. 2.

<sup>14</sup> Cf. Court de Gébelin 1778: 174; cf. Robert Estienne, *apud* Beauzée 1767: 407, 408; cf. Harris 1796 [1751]: 81 e nota 1.

<sup>15</sup> O Autor português segue o pensamento de Condillac e distancia-se das ideias linguísticas de Du Marsais e das de Beauzée, uma vez que estes últimos entendiam que o ‘atributo’, enquanto parte ‘material’ de uma ‘proposição’, devia incluir sempre o *verbo*.

Condillac, como elemento significativo, no âmbito do que chama de ‘oração’ (expressão oral de um juízo) ou ‘frase’ (expressão escrita de um juízo), da ideia de “[...] coexistência de *sujeito* e *d’atributo* [...]” (Melo 1818: 87; 239, nota\*). Quando serve “[...] para se-formarem diferentes *variações* d’outros verbos [...]”, o mesmo verbo *ser* é classificado como ‘auxiliar’ (Melo 1818: 104).<sup>16</sup>

Francisco Soares Ferreira (1777-ca 1831), por seu lado, revela, na obra que traz a lume em 1819, o seu entendimento, na esteira de Nicolas Beauzée (1717-1789), de que o ‘verbo substantivo’ *ser* exprime “existência intelectual”<sup>17</sup> (cf. Ferreira 1819: 28, 115; cf. Beauzée 1767: 7-8), “[...] abstratamente e em geral [...]”, pelo que “[...] não compreende na sua significação o attributo, ou qualidade que se dá ao sujeito [...]”, sendo a sua relação com este indicada pelas ‘diferentes terminações em que se manifestariam as *peçoas* gramaticais’ (Ferreira 1819: 34). De forma clara, o Autor assere que *ser* ora é ‘verbo substantivo’, “[...] quando não he seguido do Participio Passivo de outro verbo, como: *eu sou homem* [...]”, ora é verbo auxiliar, “[...] quando he seguido de qualquer participio, como: *eu sou amado* ou *amada* [...]” (Ferreira 1819: 28-29, nota (a), encetada na p. 28).

Quanto a Francisco Solano Constâncio (1777-1846), começa a desmontar, pela primeira vez na gramaticografia portuguesa, a sustentação teórica da classificação do verbo *ser* como supostamente único verdadeiro verbo, dito ‘substantivo’, ao salientar a necessidade de se “[...] remontar á origem do verbo latino *esse* e dos nossos *ser* e *estar*, que lhe correspondem [...]” (Constancio 1831: 92-93), e de se não “[...] cahir[] no erro o mais crasso, suppondo[-se] que em huma lingua qualquer os homens começarão por inventar hum termo para exprimir a existencia abstracta ou considerada como independente dos entes existentes [...]” (Constancio 1831: 93). Os argumentos que expõe em defesa da sua teoria são os seguintes: (i) “[...] o verbo *ser* não se pode conjugar em nenhuma lingua derivada do latim sem o socorro de outro verbo (*ter* ou *haver*), o que por certo não aconteceria se aquelle fosse o verbo substantivo primitivo e unico [...]”; (ii) “[...] *ser* não he nunca auxiliar de *ter* ou *haver* [ – a não ser que o seja das formas ditas ‘participiais passivas’ *havido* e *tido* (cf. Constancio 1831: 126) – ], tornando-se esses auxiliares indispensaveis para a conjugação de todos os verbos [...]” (Constancio 1831: 93); (iii) “[...] se os nomes não carecem de auxilio para significarem existencia, isto he[,] de hum termo que[,] junto a *sol*, *lua*, *olho*, *boca*, *voz*, indique que estes objectos existem, tambem os termos *comer*, *andar*, *dormir*, *olhar*, *fallar*[] não carecem nem nunca carecêrão do verbo *ser*, para exprimirem plenamente a actualidade das ideias que representam [...]”

<sup>16</sup> O Autor não fornece, em momento oportuno, exemplos ilustrativos das suas asseverações.

<sup>17</sup> Cf. Beauzée 1786: 624, col. 2 ; 625, col. 1 e col. 2. Cf. Robinet 1978: 72.

(Constancio 1831: 94). Revelando estar, até certo ponto, a par do estado da arte à época, no que ao estudo das línguas concernia, por meio da aplicação do método comparativo e histórico, Constâncio aduz um último argumento:

[...] No latim e na língua sanscrita, que ambas emanão de huma fonte comum, o verbo *ser* significa tambem *comer* em muitos dos seus tempos [...]. Porém o mais singular he que no sanscrit, em latim e no persa, o verbo *ser* (em latim, *esse*, em sanscrit *astum*, e em persa *hustum*) he defectivo e completa os seus tempos pelo verbo *fu* (*bhu*, em sanscrit, *bhud*, em persa) que tambem significa existencia ou vida; de maneira que o supposto verbo substantivo, unico e primitivo, he formado de dois verbos dos quaes cada hum exprimia primitivamente huma acção vital, *esse* comer, e *bhu* ou *fu*, donde vem o *fui* latino e o nosso, que exprime a ideia de localidade ou de locomoção, como o nosso *estar* [...]” (Constancio 1831: 94-95).

Acrescenta o Autor que “[...] *ser*, assim como *esse* em latim, procede de hum radical diverso d’aquelle de que deriva o preterito definito *fui*: em latim, este e os mais tempos de forma semelhante[] vem do antigo verbo *fuo* [...]” (Constancio 1831: 123), de que já dá notícia Rafael Bluteau (cf. 1720: 598, col. 2). Interpreta, ademais, o verbo *ser* de duas maneiras: ou como ‘verbo de existência’ que, no âmbito de um tipo específico de estruturas, ‘liga’ “[...] hum agente ou nominativo [...] com o seu attributo [...]” (Constancio 1831: 204); ou como ‘verbo auxiliar’ participial, que, apresentando ainda “[...] o sentido vago da existencia [...]” (Constancio 1831: 127, 129), é colocável junto de um ‘participio passivo’, para a formação da “voz passiva” (Constancio 1831: 106; cf. 123).

Em 1836, sob a entrada “SER” do seu *Novo Diccionario Critico e Etymologico [...]*, Constâncio reitera conjuntos de observações sobre a origem da forma verbal *ser*, a partir da aplicação do método comparativo e histórico, não deixando de se opor às ideias, defendidas por “[m]uitos dos grammaticos modernos”, de que o verbo *ser* constituiria um ‘verbo substantivo’, o único verdadeiro verbo, por, alegadamente, na sua aceção primitiva, significar, abstratamente, “existência” e por “[...] ter privilegio afirmativo [...]” (Constancio 1836: 885, col. 1). Do seu ponto de vista, tal elemento linguístico “[...] serve de ligar o sujeito da proposição ao attributo [...]” e “[...] [f]órma a voz passiva dos verbos activos [...]”, podendo, também, significar “[...] pertencer [...]”, “[...] ir ter [...]”, “[...] estar presente [...]”, bem como “[...] passar, acontecer [...]” (Constancio 1836: 885, col. 1).

A[ntónio] M[anuél] da S[ilva] Pinto Abreu (1803-1885), numa obra que dá à estampa em 1852, embora a tenha concluído em 1837 (cf. Abreu 1952, “AO LEITOR”: [s. p.]), apenas se refere ao verbo *ser* a propósito do tratamento do verbo *auxiliar*, que define como “[...] aquella, que dá auxilio aos mais verbos, para se conjugarem [...]” (Abreu 1852: 37), concorrendo para a conjugação passiva de outros verbos (cf. Abreu 1852: 47 e sq.).

Por seu turno, Luís Francisco Midosi (1796-1877), em 1842, encara o verbo *ser*, em qualquer forma de uso, nessa qualidade sintática, ou seja, como ‘verbo auxiliar’, sem que uma definição do que tal seja forneça, facto que causa alguma perplexidade, pois surge entendido como forma ancilar não só de formas participiais de outros verbos, mas também, por exemplo, de formas de *adjetivo* não participiais (c. Midosi 1842: 37; 46, nota \*, provinda da p. 45; 78, 86, 87).

Oito anos depois, Francisco Ferreira de Andrade Júnior (1806-1881) vem afirmar que o *verbo*, em geral, “[...] é o attributivo que exprime a existencia do sujeito da proposição [...]”, manifestando-se tal ideia de “existência”, “[...] no seu estado primitivo[.] [...] per um attributivo radical, *ente* em portuguez [...]” (Andrade Junior 1850: 11; cf. 15). Considera, porém, haver, em língua portuguesa, radicais “[...] *activos* [...] e *neutros* [...]”, que se podem combinar com o radical primitivo transportado pelo verbo *ser* (Andrade Junior 1850: 15), cuja “existência” é modificada pela ideia de uma ‘potência passiva’ (cf. Andrade Junior 1850: 16), não o integrando, contudo, no leque dos verbos que denomina de ‘auxiliares’, que define como “[...] certas fôrmas verbaes com que uma lingua significa o *começo*, a *continuação*, e o *complemento* da existencia pelo verbo significada [...]” (cf. Andrade Junior 1850: 17).

Mais tarde, Bento José de Oliveira (1814-?), numa obra gramatical dada à estampa em 1862, continua a classificar o verbo *ser* – e apenas este – como ‘verbo substantivo’, ou, na esteira da nomenclatura de N. Beauzée, ‘abstrato’, por uma razão simplesmente formal: “[...] vem separado do attributo, [...] subsistindo só por si [...]” (Oliveira 1862: 18). Na segunda edição da obra, que diz ser melhorada, observa que “[...] [o] verbo substantivo (ou *abstracto*) sómente liga o sujeito com o attributo, do qual está separado [...]” (Oliveira 1864: 16-17), a fim de ‘mostrar’ que este existe naquele (cf. Oliveira 1864: 16), destacando, desta vez, o que, na primeira edição, refere em nota de rodapé – como, aliás, também faz no âmbito da 2.<sup>a</sup> edição –, a propósito da “**Conjugação do verbo substantivo e auxiliar**”<sup>18</sup> (Oliveira 1862: 26, nota 2; 1864: 26, nota 1), e no quadro do tratamento da sintaxe (cf. Oliveira 1862: 56; cf. 1864: 62). Integra, também, o verbo *ser* no cômputo dos “*verbos auxiliares*”, que define como “[...] os que, junctos e conjugados com outro verbo ou participio, formam os tempos compostos [...]” (Oliveira 1862: 24; 1864: 23). *Ser* é, precisamente, um dos verbos auxiliares tidos, pelo Autor, por mais frequentes, servindo para formar

<sup>18</sup> “[...] O verbo SER é *substantivo*, quando exprime sómente a relação de um attributo ou predicado a um sujeito, como – “Deus é bom”; e *auxiliar*, quando o predicado é participio perfeito passivo de verbo adjectivo, e conjugado com elle fôrma da voz passiva, como – “Deus é louvado.” [...]” (Oliveira 1862: 26, nota 2; 1864: 26, nota 1.)

“[...] todos os tempos da passiva dos verbos adjectivos [...]” (Oliveira 1862: 24; 1864: 24). Em 1880, na décima terceira edição da sua obra, corrigida, segundo indicação fornecida no âmbito do “Prólogo” correspondente (Oliveira, 1880: VIII), considera que, significando “existencia” e mantendo o papel de “liga[r] o sujeito com o attributo”, o verbo *ser* constitui um ‘verbo substantivo’, “[...] por subsistir só por si [...]”, e um ‘verbo abstrato’, “[...] por estar separado do attributo [...]”, podendo, inclusive, apresentar-se como “[...] absoluto [...]”, “[...] quando afirma sómente a existencia do sujeito [...]”<sup>19</sup> (Oliveira 1880: 33). Curioso é o facto de que o Autor manifesta a ideia de que um ‘verbo adjectivo’ ora se pode resumir a uma forma de ‘adjectivo’, de ‘nome’ verbal, ou de ‘particípio imperfeito’ (correspondente ao “gerúndio”), acompanhada do dito ‘verbo substantivo’ (cf. Oliveira 1862: 56), ora se pode resumir a uma forma de ‘adjectivo verbal’ (correspondente ao particípio presente herdado do Latim) ou de ‘particípio imperfeito’, acompanhada, da mesma maneira, pelo ‘verbo substantivo’ (cf. Oliveira 1864: 17; 1880: 32, cf. 31, nota (2)). Em 1880, ao tratar dos verbos “*auxiliares*”, cuja conjugação separa da do chamado ‘verbo substantivo’ e da dos ditos ‘verbos adjectivos’, define-os como aqueles que “[...] ajudam os outros verbos a exprimir os diversos modos de sua significação, ou começada ou continuada ou acabada, [ao comporem] com elles certas fórmulas temporaes que os mesmos de si não têm [...]” (Oliveira 1880: 39), não elencando, entre os que considera como tais, o verbo *ser*; apenas no seio de uma nota de rodapé, acrescenta, então – como se se distanciasse do procedimento que passa a descrever –, o seguinte: “Costumam chamar tambem *auxiliar* ao verbo *ser*, quando com o particípio perfeito passivo dos verbos adjectivos forma as linguagens da voz passiva, como: *Eu sou louvado*” (Oliveira 1880: 39, nota (1); cf. 71).

Francisco Júlio Caldas Aulete (1826-1878), por seu turno, no âmbito da sua *Grammatica nacional*, que sai do prelo em 1864, considera que os verbos “[...] que se empregam com o attributo separado de si, e expresso por outra palavra, [se chamam] verbos *substantivos* [...]” (Aulete 1864: 56), no grupo dos quais enquadra o verbo *ser*, ao lado dos verbos *estar* e *andar*, observando, adicionalmente, conterem os ‘verbos adjectivos’ o ‘attributo’ na sua própria significação, o que coloca a hipótese de que o verbo *ser* não seja, por Aulete, encarado como o único verbo existente. Ele é, também, classificado como verbo auxiliar, assinalando o Autor (1864: 48) que serve, como outros, para formar “tempos compostos”, denominação que atribui

<sup>19</sup> Fornece o exemplo que segue: “[...] “Deus é” equivale a “Deus é *um ente*, ou *um ser* realmente existente [...]” (Oliveira 1880: 33).

“[...] às variações do infinitivo, isto é, ao infinito impessoal, ao participio presente e ao participio passado, quando vem acompanhados por um verbo que lhes determina o modo, o tempo, a pessoa e o numero [...]”. Aulete acomete, assim, ao verbo *ser* a capacidade de ser auxiliar da formação da “voz passiva”, que apelidamos de ‘analítica’, em função de um exemplo ilustrativo apresentado como ‘equivalente’ de um outro, relativo à formação do que consideramos constituir a manifestação ‘sintética’ dessa “voz” (cf. Aulete 1864: 56).

No seio da oitava edição da mesma obra, em 1874, Caldas Aulete aduz que o *verbo* exprime ou “[...] só a afirmação [...]” – por meio do chamado ‘verbo substantivo’, ou ‘verbo simples’, o verbo *ser*, que, “[...] algumas vezes [...]”, “[...] além da afirmação [...]”, exprime “[...] a existência [...]” (Aulete 1874: 22),<sup>20</sup> ação em que, a par do *verbo ser*, “[...] se empregam outros verbos: *estar*, *andar* [...]” (Aulete 1874: 23) –, ou, “[...] além da afirmação [...]”, “[...] a coisa afirmada ou parte d’ella [...]”, configurando o chamado *verbo* “[...] atributivo [...]”, ou “[...] adjetivo [...]” (Aulete 1874: 22), que, caso seja ‘transitivo’, isto é, caso ‘necessite de um objeto sobre que a ação do verbo seja exercida’ (cf. Aulete 1874: 23), ‘conterá em si apenas parte do atributo’, uma vez que ‘a outra parte estará expressa pelas demais palavras que completem a oração’ (cf. Aulete 1874: 22). O autor português incorpora, assim, no significado do verbo *ser*, o traço significativo de “existência permanente”, por oposição a *estar* e a *andar*, que significariam “existência temporária” e “existência ainda mais transitória”, respetivamente (cf. Aulete 1874: 23).

Quatro anos antes, porém, em 1870,<sup>21</sup> Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916) trouxera a lume provas – ainda mais acuradas do que as que já havia apresentado Constâncio (cf. 1831: 92-93) – de que constituía “[...] um erro de filologia [...]” (Dias 1870: 19, nota 1) o entendimento de que só ao verbo *ser* competisse, filosoficamente, o nome de *verbo* e de que os restantes verbos incorporariam em si “[...] o verbo *ser* com um atributo [...]” (Dias 1870: 18, nota 1). Do seu ponto de vista, tal facto decorria do desconhecimento da história da língua portuguesa, e, portanto, dos resultados provenientes de estudos linguísticos que tinham estabelecido a comparação do Português quer com o Latim, quer com outras línguas românicas, no seio de uma ampla corrente glotológica que, desenvolvendo-

<sup>20</sup> Diz Aulete (1874: 23) que a forma conjugada de *verbo* “*sou*” “[...] exprime a afirmação e uma existência permanente [...]”. Silva (1813, I: 772, col. 2) já assinalara o significado do verbo *estar*, enquanto significativo de “[...] não sentado, com o corpo direito d’alto a baixo, apoyado nos pés [...]”.

<sup>21</sup> A obra em causa foi entregue à tipografia que a editou em setembro de 1869, conforme nos permite concluir o “Prologo” que a enceta (cf. Dias 1870: 3-5).

se no quadro do Romantismo, buscava, ao mesmo tempo, informação sobre a origem das línguas, mediante o aprimoramento de um método que garantisse o primado da análise estrutural imanente dos dados linguísticos, em função da comparação de estados de línguas congêneres e, em última análise, da detecção de uma linha ascendente que esclarecesse a filiação genética das mesmas (cf. Dias 1870: 20, nota 1). Com efeito, argumentava, então, que o verbo *ser* e, por consequência, todas as formas da sua conjugação incluíam uma “[...] raiz atributiva [...]” com uma “[...] significação tão concreta como as raízes atributivas dos demais verbos [...]”, bem como “[...] elementos formativos [...]” (Dias 1870: 19, nota 1). Mais, enfatizava o facto de que “[...] a lingua portugueza [formara] o seu verbo *ser* com tempos do verbo *esse* e do verbo *sedere*, pertencendo a este ultimo a forma *ser* e as formas do imperativo, do presente do subjunctivo e do participio presente [...]” (Dias 1870: 19, nota 1). Não podemos, entretanto, deixar de trazer à colação uma pequena observação feita, a respeito do mesmo assunto, no mesmo ano de 1870, por Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), que lembrava o facto de a forma infinitiva *ser* provir “[d]o verbo *sedere* [...], antigamente *seer*, bisyllabo, como outros infinitivos em que [tinha sido] syncopada a consoante medial [...]” (Coelho 1870: 123, nota 1).

Para Epifânio Dias, o *verbo* é o ‘centro ideal’ de uma oração, à volta do qual se agrupam todos os restantes elementos de uma unidade estrutural desse género (Dias 1870: 22, nota 1), constituindo a posição de alguns desses elementos e as terminações verbais (cf. Dias 1870: 18, nota 1) a garantia do estabelecimento da indispensável coesão gramatical frásica, enquanto manifestação de uma relação existente entre ‘atributo’, ou ‘predicado’, e ‘sujeito’ (cf. Dias 1870: 19, nota 1).

No que atine ao verbo *ser*, tem para si o Autor que, quando “[...] significa *existir*, *estar*, é com toda a evidência um verbo atributivo [...]” e que, quando “[...] significa *ter uma qualidade* [...]”, constitui, da mesma maneira, “[...] uma afirmação e não um signal de afirmação [...]” (Dias 1870: 19, nota 1), por fazer parte integrante de um ‘atributo total’, em função de lhe caber o transporte da manifestação do ‘tempo’ da ocorrência da dita *qualidade* (cf. Dias 1870: 20, nota 1). Epifânio Dias considera, portanto, nesses casos, o verbo *ser* como ‘verbo atributivo’ (cf. Dias 1870: 112, 113), vindo a apresentá-lo, contudo, em 1878, como “[...] um verbo que por si só não tem significação definida [...]”, pelo que precisaria de um ‘nome predicativo’ para que tal significação fosse completada (Dias 1878: 82), parecendo, de forma implícita, apresentar tal verbo como integrando uma subclasse de verbos que apelida de ‘intransitivos’ (cf. Dias 1870: 112; cf. 1878: 40, 82). Alude, ademais, à possibilidade de o verbo em causa ser utilizado para a constituição dos tempos da “voz passiva” (‘analítica’), sem, no entanto, o

enquadrar numa qualquer classificação taxinómica adicional (cf. Dias 1870: 60) que não seja, apenas, relativa à sua irregularidade (cf. Dias 1878: 53).<sup>22</sup>

Significativamente, em 1875/76, Francisco Pedro Brou (1844-1913) analisa o verbo *ser* sob dois pontos de vista, que explicita: primeiramente, “[...] quanto à sua significação [...]”, exhibe-o como item linguístico “[...] que afirma a existencia do attributo no sujeito [...]”, denominando-o de ‘verbo substantivo’, “[...] porque subsiste por si só [...]”, e classificando, por consequência, todos os restantes verbos como ‘atributivos’, ou ‘adjetivos’, em virtude de constituírem “[...] uma combinação do verbo substantivo com o attributo gramatical [...]” (Brou 1875/76: 29); em segundo lugar, no respeitante ao seu “[...] emprego [...]”, assinala que pode perder a significação que inere ao ‘verbo substantivo’, tomando, assim, o nome de “[...] auxiliar [...]” (Brou 1875/76: 31), quando indica a “voz passiva” dos chamados verbos ‘adjetivos-ativos-transitivos’ (cf. Brou 1875/76: 30, 62, 63-64).

Relevante é o facto de, sensivelmente no mesmo momento, Teófilo Braga (1843-1924), precisamente em 1876 – crítico da tradição gramatical que o antecedia –, descrever qualquer forma de *verbo* como sendo formada de uma ‘parte invariável’, que designa por “[...] thema ou radical [...]”, e de uma ‘parte variável’, “[...] em flexões diferentes, [a qual] se chama *terminação* ou *desinência* [...]” (Braga 1876: 70), à semelhança do que já apresentara, cerca de doze anos antes, o próprio Aulete (cf. 1864: 41). Não indica uma classe em que enquadre, explicitamente, o verbo *ser*, embora, expendendo uma apreciação crítica relativamente ao modo como a tradição gramatical o apresentava (cf. Braga 1876: 70), considere que tal item linguístico possa enunciar, numa dada estrutura linguística em que ocorra, a “existência” de um ‘atributo’ num ‘sujeito’ (cf. Braga 1876: 128) e preveja, adicionalmente, a sua utilização para auxiliar verbos cuja passivação (‘analítica’) fosse pretendida (cf. Braga 1876: 69). Com efeito, afirma que “[...] o verbo *Ser* suppre a falta da voz passiva da conjugação latina [...]” e que contribui para a formação de ‘tempos compostos’, ou seja, “[...] aquellas flexões do verbo que se ajuntam com outro verbo, para exprimirem uma acção que está já effectuada no momento em que se falla [...]” (Braga 1876: 88).

Nota, ademais, Teófilo Braga que o verbo *ser* “[...] é apropriado do verbo latino *Esse*[, encontrando-se] porém em varias inscripções e diplomas do seculo VII até ao seculo IX a forma românica *Essere* [...]”, facto que enuncia

---

<sup>22</sup> Na sua *Syntaxe Histórica Portuguesa*, que, vindo a ser postumamente publicada em 1918, não chegou a ser objeto de revisão global, Dias assevera que o verbo *ser* ora se apresenta com “[...] sentido indefinido [...]”, surgindo, nesse caso, com um “[...] um nome predicativo [...]”, ora se emprega, “[...] [e]m certos casos[,] como verbo[] de significação definida, consequentemente sem n. predicativo [...]” (Dias 1918: 2, 3), ora se utiliza como “[...] auxiliar da passiva [...]” (Dias 1918: 313-314).

em conformidade com a observação, atribuída a Auguste Brachet (1845-1898), de que a desinencia *re* serviria, no “Infinitivo” “[...] para dar mais corpo á palavra [...]” (Braga 1876: 92). Mostra, posteriormente, fundamentando-se, explicitamente, por exemplo, na obra de F. A. Coelho publicada em 1870, por seu turno substancialmente sustentada nas reflexões de Friedrich Diez (1794-1896) – a que o próprio Teófilo Braga, frequentemente, alude –, que concorrem, para a sua conjugação nos “tempos”, “modos” e “pessoas”, os verbos latinos *Esse* e *Sedere* (cf. Braga 1876: 91-95). Curiosamente, em 1874, sem especificações, Aulete (1874: 55) dá conta de que a conjugação do verbo *ser* é formada de diferentes verbos, “[...] representados pelos seus diversos radicaes [...]”.

No atinente a Francisco José Monteiro Leite (ca 1882-?), segue a mesma linha de Francisco Pedro Brou, na obra que publica em 1882 e na edição vinda a lume em 1887. Na verdade, o gramático define o verbo *ser*, por um lado, como “[...] a palavra que exprime a afirmação [...]”,<sup>23</sup> enquanto ato do espírito próprio de um dado locutor (cf. Leite 1882: 38; 1887: 50), e, por outro lado, como item que tem uma ‘significação’ de “existência” ou de “[...] existência [...] e [...] qualidade ou atributo [...]” (Leite 1882: 38; 1887: 50).<sup>24</sup> Refere-se, depois, à possibilidade de “[...] [os] tempos do verbo *ser*, acompanhados do particípio passivo do verbo que se [queira] conjugar [...]”, contribuir para a formação da “voz passiva” (‘analítica’) (Leite 1882: 54), sem, porém, incluir o verbo *ser* no leque dos ‘auxiliares’ (cf. Leite 1887: 112-113).

Mais tarde, em 1891, F. A. Coelho (1891: 42) observa que “[...] [a]s formas verbaes que nos tempos compostos exprimem não a ideia principal [ou seja, a ideia de um verbo que represente ‘ação’], mas sim as de modo, tempo, numero e pessoa [se chamam] FORMAS VERBAES AUXILIARES ou VERBOS AUXILIARES [...]”. Ora, entre esses verbos, estava, precisamente, o verbo *ser*, cujos tempos, juntamente com o chamado ‘particípio do pretérito’, ou ‘particípio passivo’, de um verbo principal, formariam os tempos da “voz passiva” deste último (cf. Coelho 1891: 53). É interessante observar que F. A. Coelho (cf. 1891: 8) parte da noção de *predicado*, atualmente entendível como *predicado semântico*, para demonstrar que, caso não signifique “existir”, o verbo *ser* “[...] perde o seu sentido proprio e serve só para ligar ou referir o predicado [– que pode ser uma forma de *substantivo* ou de *adjetivo* –] ao sujeito, dando a indicação de tempo e de pessoa [...]”, pelo que não passa, nessa circunstância de uso, de “[...] um verbo de ligação [...]” (cf. Coelho

<sup>23</sup> Cf. Condillac 1947 : 437, col. 2 - 438, col. 1; cf. Arnauld & Lancelot 1969: 66.

<sup>24</sup> Cf. Du Marsais 1987: 441; cf. Robinet 1978: 65, 65-66.

1891: 8-9) que “[...] junta[] uma determinação ao adjectivo ou substantivo a que se liga [...]” (cf. Coelho 1891: 109).

Finalmente, em 1899, António Garcia Ribeiro de Vasconcellos (1860-1941) retoma a descrição do *verbo* como “[...] palavra por excellência [...]” e acrescenta o que segue:

[...] afirmando sempre a existência, um estado, uma qualidade, ou uma acção, que ordinariamente se attribue a uma ou mais pessoas ou cousas, precisa para isso de exprimir o *tempo* a que se refere a afirmação, a *pessoa* grammatical, o número [...], e os diversos *modos* que comportam a existência, estado, qualidade ou acção significada pelo verbo. Além disto o verbo precisa de exprimir em alguns casos, se a acção por elle significada é praticada ou é soffrida pelo sujeito; donde resulta a necessidade de duas *voces* distinctas em certos verbos. [...] (Vasconcellos [1899]: 132.)

Quanto ao verbo *ser*, assinala Vasconcellos que, “[...] quando não significa *existir* [...]”, constitui um elemento linguístico que “[...] não tem sentido sufficientemente definido e preciso, para constituir por si o predicado [...]”, necessitando, por isso, nesse caso, de um “[...] **nome predicativo** [...]” (Vasconcellos [1899]: 206). Considera, ainda, que o verbo *ser*, nas suas formas simples ou compostas, funciona como “[...] auxiliar [...]” da “fórmula masculina ou feminina, singular ou plural (segundo o sujeito pedir) [de um] [...] adjectivo verbal<sup>25</sup> [...]” constituído apenas a partir de um verbo funcionalmente ‘transitivo’, formando, assim “[...] toda a voz passiva [...]” (Vasconcellos [1899]: 185, 193-194; cf. 214; 267).

### 3 - REFLEXÃO FINAL

De entre as obras metalinguísticas escrutinadas – algumas de cariz lexicográfico e outras de distintos géneros gramaticográficos –, é possível extrair as seguintes ilações:

- até ao final do século XVIII, a influência do conhecimento, mais ou menos acurado, da língua latina, bem como da nomenclatura gramatical que facultava o entendimento de como funcionara tal língua, condicionou, substancialmente, na maioria dos casos, a compreensão dos estádios do Português com que se iam confrontando os estudiosos;

- a partir da segunda metade do século XVII até ao final do século XIX, verifica-se ora uma clara influência, não raro eclética, ora uma recepção crítica das ideias linguísticas de Antoine Arnauld, Claude Lancelot, Pierre

---

<sup>25</sup> Um dos usos que lhe aponta o Autor é o facto de “[...] [e]ntra[r] na constituição [...] das “[formas] de toda a voz passiva [...]” (Vasconcellos [1899]: 267).

Nicole (1625-1695), César Chesneau Du Marsais, Nicolas Beauzée, James Harris, Étienne Bonnot de Condillac, Antoine Court de Gébelin e François-Urbain Domergue, entre outros;

- em 1712, surge dicionarizado, por Rafael Bluteau, o termo gramatical *verbo auxiliar* aplicado ao item verbal em causa, o qual refletiria, inevitavelmente, a sua prévia integração na nomenclatura gramatical portuguesa, não obstante não haja sido sempre reconhecido;

- é em Francisco Solano Constâncio que se inicia uma aplicação, que nos parece ainda incipiente mas importante,<sup>26</sup> do método comparativo e histórico à análise do funcionamento do verbo *ser*, revelando-se, posteriormente, de forma claramente sustentada, o aprimoramento da aplicação desse método ao esclarecimento acurado do referido funcionamento – sob a égide, sobretudo, de Friedrich Diez e de August Schleicher (1821-1868), tributários de Franz Bopp (1791-1867) –, quer por via do labor de F. A. Coelho, quer por meio do aturado estudo de A. Epifânio da S. Dias, dois antagonistas em sintonia epistemológica;

- é Francisco Pedro Brou, em 1875/1876, quem, no respeitante ao emprego do verbo *ser* como ‘auxiliar’ da “voz passiva” (analítica), faz referência a um processo de ‘perda’ da ‘significação’ (de ‘afirmação da existência de um atributo num dado sujeito’) assumida pelo mesmo item linguístico enquanto ‘verbo substantivo’ (cf. Brou 1875/1876: 31), remetendo-nos, inevitavelmente, para o que, atualmente, conhecemos como processo de gramaticalização.

## CORPORA BIBLIOGRÁFICOS

### 1 – Obras lexicográficas

Bluteau, R. 1712. *Vocabulario portuguez, & latino, [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, [et] latinos*. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, Impreffor de Sua Magestade.

\_\_\_\_\_. 1720. *Vocabulario portuguez, & latino, [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, [et] latinos* [(Q-S)]. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, Impreffor de Sua Magestade.

Constancio, F. S. 1836. *Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa* [...]. Paris: Na Off. Typographica de Casimir; Editor, A. F. Carneiro.

Silva, A. de M. 1789. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau*, reformado, e acrescentado, tomos I e II. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

<sup>26</sup> Não podemos esquecer-nos de que Friedrich Diez publica, em três volumes, a sua *Grammatik der romanischen Sprachen* entre 1836 e 1843, sendo a obra que intitula de *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* dada à estampa apenas em 1854.

\_\_\_\_\_ 1813. *Diccionario da Lingua Portugueza recopilado dos vocabularios impressoa até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado*, tomo I. Lisboa: Na Typographia Lacerdina.

## 2 – Obras gramaticais ou glotológicas

Abreu, A. M. da S. P. 1852. *Novo methodo para aprender a grammatica portugueza*. Porto: Typografia de F. P. D’Azevedo.

Andrade Junior, F. F. de. 1850. *Grammatica das Grammaticas da Lingua Portugueza [...]*. Lisboa: Na Typographia das Sciencias e Artes.

Argote, J. C. de. 1725. *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina [...]* (segunda impressão). Lisboa Occidental: Na Officina da Muzica.

Assunção, C. 2000. *A Arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudos, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: ACL.

Aulete, F. J. C. 1864. *Grammatica nacional*. Lisboa: Typ. da S. T. Franco-Portugueza.

\_\_\_\_\_ 1874. *Grammatica nacional* (oitava edição). Lisboa: Livraria de A. M. Pereira – Editor.

Bacelar, B. de L. e M. 1783. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza [...]*. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.

Barbosa, J. S. 2004. *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*, edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: ACL.

Barros, J. de. 1971. *Gramática da língua portuguesa. (Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha)*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da FLUL.

Braga, T. 1876. *Grammatica portugueza elementar (fundada sobre o methodo historico-comparativo)*. Porto/Rio de Janeiro: Editora Livraria Portugueza e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho & A. A. da Cruz Coutinho.

Brou, F. P. 1875/76. *Grammatica particular ou Estudos sobre as principaes difficuldades da lingua portugueza coordenada segundo o Programa oficial para o estudo [...] nos lyceus*. Lisboa: Typ. Progressista de P. A. Borges.

Coelho, F. A. 1870. *Theoria da conjugação em Latim e Portuguez: estudo de grammatica comparativa*. Lisboa: Travessa da Victoria, 71.

\_\_\_\_\_ 1891. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.a – Editores.

Constancio, F. S. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris/Rio de Janeiro: J. P. Aillaud/ Souza, Laemmert e Ca.

Dias, A. E. da S. 1870. *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*, Porto: Typ. do ‘Jornal do Porto’.

\_\_\_\_\_ 1878. *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria* (2.<sup>a</sup> edição revista). Porto/Braga: Livraria Moré de F. da Silva Mengo – Editor.

\_\_\_\_\_ 1918. *Syntaxe historica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.

[Fonseca, P. J. da] 1799. *Rudimentos da Grammatica Portugueza, Cómmodos á Instrucção da Mocidade [...]*. Lisboa: Na Off. De Simão Thaddéo Ferreira.

Ferreira, F. S. 1819. *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores gramáticos [...]*. Lisboa: Na Imprensa Régia.

Gama, C. M. da. 1721. *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina [...]*. Lisboa Occidental: Na Officina de M. P. da Sylva, & J. A. Pedrozo.

Lião, D. N. de. 1606. *Origem da Lingoa Portugueza*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.

Leite, F. J. M. 1882. *Nova Grammatica Portugueza para uso dos lyceus e das escolhas normaes conforme os programmas officiaes*. Porto: Clavel & C.<sup>a</sup> A. J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ 1887. *Grammatica Portugueza dos lyceus, em que se contém toda a doutrina exigida pelo ultimo programma oficial [...]*. Porto: Eduardo da Costa Santos.

Lima, L. C. de. 1733. *Grammatica Franceza, ou Arte para aprender o Francez por meyo da Lingua Portugueza, regulada pelas notas e reflexoens da Academia de França*. Lisboa Occidental: Na Officina da Congregaçãõ do Oratorio.

Melo, J. C. do C. e. 1818. *Gramática filosófica da linguagem portugêza*. Lisboa: Na Impressão Régia.

Midosi, L. F. 1842. *Compendio de grammatica portugueza para instrucção da mocidade e uso das escólas*. Lisboa: Na Imprensa Nacional.

Oliveira, B. J. de. 1862. *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

\_\_\_\_\_ 1864. *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolhas* (segunda edição melhorada). Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.

\_\_\_\_\_ 1880. *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolhas*, (decima terceira edição). Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.

Roboredo, A. de. 1619. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

Silva, A. de M. 1806. *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Vasconcelloz, A. G. R. de. [1899]. *Grammática portugueza*. Paris/Lisboa: Aillaud & C.ia.

### Referências bibliográficas

Arnauld, A. & Lancelot, C. 1969. *Grammaire générale et raisonnée [...]*; avec les remarques de Ch. Duclos, nouvelle édition d'après l'édition de l'Imprimerie d'Auguste Delalain. Paris: Republications Paulet.

Arnauld, A. & Nicole, P. 1967 [1662]. *La logique ou l'art de penser [...]*, nouvelle impression en facsimilé de la première édition de 1662, [Paris: I. Guignart, Ch. Savreux & I. de Launay,] édité par B. Baron von F. Löringhoff & H. E. Brekle, tome I. Stuttgart–Bad Cannstatt: F. Frommann Verlag.

Beauzée, N. 1767. *Grammaire générale, ou expofition raifonnée des elements neceffaries du langage, pour ferver de fondement à l'etude de toutes les langues*, tomes I & II. Paris: De l'imprimerie de J. Barbou.

\_\_\_\_\_. 1786. Verbe. In *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature*, [...], tome III, partie II. Paris/Liège: Panckoucke/ Plomteux, 620, col. 1 - 626, col. 1.

Condillac, É. B. de. 1947. Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme. In *Œuvres philosophiques de Condillac*, texte établi et présenté par Georges le Roy, vol. 1. Paris: Presses Universitaires de France, 395-776.

Court de Gébelin, A. 1778. *Monde primitif analysé et comparé avec le monde moderne, confidéré dans l'histoire naturelle de la parole[,] ou grammaire univerfelle et comparative [...]*, nouvelle édition. Paris: chez l'Auteur, Boudet, Imprimeur-Libraire, Valleyre l'aîné, Imprimeur-Libraire, et alii.

Du Marsais, C. Ch. 1987. *Les véritables principes de la grammaire et autres textes (1729-1756)*, texte revu par F. Douay-Soublin. Tours: CNL/ Libr. A. Fayard.

Harris, J. 1796 [1751]. *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, ouvrage traduit de l'anglois, de J. Harris, avec des remarques et des additions, par F. Thurot. Paris: Imprimerie de la République.

Robinet, A. 1978. *Le langage a l'âge classique*. Paris: Éd. Klincksieck.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA LINGÜÍSTICA NAS GRAMÁTICAS LATINAS DE ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (1752-1753) E LUÍS ANTÓNIO VERNEY (1758)

**RESUMO:** No trabalho são analisadas as características teóricas subjacentes ao *Novo methodo da grammatica latina, para uso das escholas da Congregação do Oratorio* (Lisboa 1752-1753), do oratoriano António Pereira de Figueiredo, e à *Gramatica latina, tratada por um metodo novo, claro e facil* (Barcelona [?] 1758), de Luís António Verney, obras metalingüísticas que constituem o contraponto gramatical aos manuais para o ensino da língua latina que se utilizavam, em meados do século XVIII, nas escolas portuguesas da Companhia de Jesus, e que, de certo modo, prenunciam as decisões político-pedagógicas que se concretizam no Alvará régio de 28 de junho de 1759, no qual é proibido o uso, para o ensino do latim, dos celebérrimos *De institutione grammatica libri tres*, do Padre jesuíta Manuel Álvares, bem como dos comentadores da arte alvaresiana. Estas obras metalingüísticas objeto de estudo serão analisadas internamente e, apesar de serem gramáticas de tipo filosófico ou racionalista, são também relacionadas e comparadas entre si, determinando os pontos de convergência e divergência. São ainda determinadas as fontes das gramáticas em análise, quer as estrangeiras, quer as nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sintaxe; gramaticografia latino-portuguesa; historiografia linguística; século XVIII

**ABSTRACT:** This paper analyzes the theoretical characteristics underlying the *Novo methodo da grammatica latina, para uso das escholas da Congregação do Oratorio* (Lisboa 1752-1753), by the Oratorian António Pereira de Figueiredo, and the *Gramatica latina, tratada por um*

*metodo novo, claro e facil* (Barcelona [?] 1758), by Luís António Verney, metalinguistic works that constitute the grammatical counterpoint to the manuals for the teaching of the Latin language that were used in the middle of the XVIII century in the Portuguese schools of the Society of Jesus, and that, in a certain way, foreshadow the political-pedagogical decisions that are concretized in the *Alvará régio* of June 28, 1759, in which the use of the famous "*De institutione grammatica libri tres*, by the Jesuit Father Manuel Álvares as well as the commentators of the Alvares textbook were prohibited for the teaching of Latin. These metalinguistic works are analyzed internally and compared with each other, determining the points of convergence and divergence. The sources of the grammars, both foreign and national, are also established.

**KEYWORDS:** Syntax; Latin-Portuguese gramaticography; linguistic historiography; 18th century

## 1 – INTRODUÇÃO

É bem conhecido (Freire 1964; Andrade 1981: 21-46; Ponce de León 2005: civ-cxv) o conturbado ambiente cultural e sociopedagógico do Portugal da primeira metade do século XVIII que teve como resultado a publicação do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, com o suplemento intitulado *Instruções para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica*, e a posterior expulsão da Companhia de Jesus em 3 de setembro do mesmo ano. Um dos motivos de confronto mais salientes era constituído pelo ensino do latim, ministrado pelos jesuítas, bem como os manuais utilizados por eles: os *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572) de Manuel Álvares (1526-1583) – a gramática que servia, desde o último quartel do século XVI, para a instrução nas letras latinas –, junto com os materiais que a explicavam, traduziam e resumiam – os *cartapácios* (Ponce de León 2001; Kemmler 2013: 161-163) –. A este respeito, uma das críticas mais acesas e sistemáticas pode ser lida, como é bem sabido, no *Verdadeiro metodo de estudar* (Valensa [?] 1746) de Luís António Verney (1713-1792), em cujo primeiro volume trata do ensino do latim. Com efeito, na obra referida, pode observar-se que a denúncia contra o *método antigo* dos jesuítas se orienta para dois planos:

a) o número excessivo de materiais (os *cartapácios*) que se utilizavam nas aulas de gramática para traduzir, explicar e comentar os preceitos alvarísticos – sobre os quais, Telmo Verdelho afirma que envolviam “de modo parasitário a obra de Manuel Álvares” (1995: 355) –:

Quando entrei neste Reino, e vi a quantidade de Cartapacios, e Artes que eram necessarias, para estudar somente a Gramatica; fiquei pasmado. Falando com V. P. algumas vezes, me lembro, que lhe-toquei este ponto: e que nam lhe dezagradáram as minhas reflexoens, sobre

esta matéria. Sei, que em outras partes, onde se-explica a Gramatica de Manoel Alvares, tambem lhe-acrecentam algum livrinho: mas tantos como em Portugal, nunca vi. As declinaçoens dos-*Nomes*, e *Verbos* estudam pola Gramatica Latina, a este se-segue um Cartapacio Portuguez, de *Rudimentos*, despois outro, para *Generos*, e *Preteritos*, muito bem comprido, a este um de *Sintaxe*, bem grande, despois um livro, a que chamam *Chorro*, a que chamam *Promptuario*: polo qual se-aprendem os escólios de Nomes e Verbos, e nam sei que mais livros á. E parece-lhe a V. P. pouca matéria de admirasam, quando tudo aquilo se-pode compreender, em um livrinho em 12.º e nam mui grande? (Verney 1746: I, 59);

b) os traços teóricos e metodológicos que subjaziam à gramática alvaresiana e aos manuais que a comentavam, considerados *confusos* e *difusos*; perante a *nova gramática* de Francisco Sánchez de las Brozas – Sanctius, o Brocense – (1523-1601), Caspar Schoppe – Scioppius – (1576-1649) e Gerrit Janszoon Vos – Vossius – (1577-1649), que Verney julga *clara* e *certa*:

A estes trez grandes omens [Sanctius, Scioppius e Vossius], seguiram em tudo e por-tudo os melhores Gramaticos, que despois ouveram: e devem seguir, os que tem juizo para conhecer, como se deve estudar a Latindade. Por-França, Alemanha, Olanda, Italia, e outras partes se-dilatou este metodo: e alguns escreveram bellissimas Gramaticas, segundo os tais principios. A razam porque nam se-propagou mais é, porque pola maior parte os estudos da-Mocidade, sam dirigidos por-alguns Religiozos, que seguem outras opinioens. Os doutíssimos Jezuitas, ensinam grande parte da-Mocidade, em varias partes da-Europa: e nam querendo apartar-se, do-seu Manoel Alvares, rejeitáram todas as novas Gramaticas. Alguns destes Religiozos, que trato familiarmente, e estimo muito pola sua doutrina, e piedade; me-disseram claramente, que bem viam, que o Alvares era confuso, e difuzo; e que as outras eram melhores: nem se-podia negar, que os principios de Scioppio fosem claros, e certos: mas que P. Geral nam queria, se-apartasem do-P. Alvares, por-ser Religiozo da-Companhia. Este é o motivo, porque o P. Alvares se-conservou, nas escolas dos-tais Religiozos: e esta tambem a origem da-tenacidade, com-que muitos seguem, aquilo mesmo que condenam (Verney 1746: I, 63).

Como acaba de ser adiantado, esta polémica pedagógica e gramatical finalizou com a publicação do Alvará Régio e das *Instrucçoens* de 28 de junho de 1759, no qual são proibidos os manuais alvarísticos (gramática e cartapácios), ao passo que se prescrevem as gramáticas para o ensino do latim: a *Grammatica da lingua latina*<sup>1</sup> (Lisboa 1737) de António Félix Mendes (1706-1790) e o *Novo methodo da grammatica latina*<sup>2</sup> (Lisboa 1752-1753)

<sup>1</sup> Esta obra parece ser uma revisão da *Grammatica latina* (Lisboa 1627) de Domingos de Araújo (Kemmler 2013: 164; Lupetti 2015: 60). A obra – que bem merece um estudo monográfico –, precisamente pela dívida com a gramatografia do século XVII, fica fora do presente trabalho.

<sup>2</sup> O extenso prólogo à primeira parte desta gramática foi recentemente analisado por Kemmler, Coelho & Fontes (2014; 2016). O *Novo methodo* foi, na sua primeira edição, publicado em dois tomos: o primeiro volume, publicado em 1752, desenvolve aspetos das partes da oração e da métrica (Kemmler, Coelho & Fontes 2014: 51); o segundo, editado no ano seguinte, é dedicado à sintaxe (Ponce de León, 2018). A partir da segunda edição (Lisboa 1754), foram publicadas as duas partes num só volume (Kemmler, Coelho & Fontes 2014: 42) e foi dada ao prelo uma refundição da obra, publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1758. Quer na sua versão integral, quer na compendiada, esta obra teve uma difusão editorial muito considerável (Silva 1858: I, 224-225).

do oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797)<sup>3</sup>. Neste sentido, o Alvará Régio assinala em Portugal uma viragem no paradigma gramatical, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista metodológico, com consequências decisivas na produção gramaticográfica da segunda metade do século XVIII – aspeto este que começámos a estudar recentemente (Ponce de León, 2018) –. No presente trabalho, deter-nos-emos nos traços teóricos que pautam esta mudança de paradigma, considerando como objeto de análise o *Novo methodo* de Figueiredo e uma obra que não refere o Alvará Régio, mas cujo estudo, no contexto gramaticográfico português, se justifica plenamente pelas características teórico-metodológicas inovadoras e pela repercussão na gramaticografia latino-portuguesa da segunda metade do século XVIII. Estamos a referir-nos à *Gramatica latina tratada por um metodo novo, claro, e facil* (Barcelona [?] 1758) de Luís António Verney – embora publicado anonimamente na sua primeira edição –, que teve uma considerável difusão editorial até aos primeiros anos do século XIX<sup>4</sup>.

## 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS NAS GRAMÁTICAS DE FIGUEIREDO E VERNEY

Para o estudo da teoria linguística no *Novo methodo* de Figueiredo e a *Gramatica latina* de Verney, parece-nos necessário considerar cinco parâmetros de análise:

- i) fontes referidas na introdução às obras gramaticais;
- ii) caracterização da noção de gramática;
- iii) tipologia das classes de palavra;
- iv) caracterização das partes da oração “nucleares”;
- v) eixos configuradores da sintaxe<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> “Nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Methodo, que não seja o Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, composto por Antonio Pereira da mesma Congregação: Ou a Arte da Grammatica Latina reformada por Antonio Felix Mendes, Professor em Lisboa. Hei por prohibida para o ensino das Escolas a Arte de Manoel Alvares, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficultoso o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejam as duas assima referidas, sem preceder especial, e immediata Licença Minha, será logo prezo para ser castigado ao Meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir Classes nestes Reinos, e seus Dominios.

Destá mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se use dos Commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco; João Nunes Freire; José Soares, e em especial de Madureira mais extenso, e mais inútil; e de todos, e cada hum dos Cartapacios, de que até agora se usou para o ensino da Grammatica” (Silva [comp.] 1848 [1759]: 676).

<sup>4</sup> De acordo com os dados disponibilizados pela Biblioteca Nacional de Portugal, a *Gramatica latina* de Verney teve seis edições: Barcelona [?], 1758; Sevilha [?], 1768; Lisboa, 1775; Lisboa, 1785; Lisboa, 1790; Lisboa, 1816. Neste trabalho, não será analisada a evolução textual e – eventualmente – teórico-metodológica da gramática de Verney, tarefa esta que, no entanto, mereceria uma análise apurada.

<sup>5</sup> Sobre este ponto debruçámo-nos recentemente (Ponce de León, 2018).

Relativamente às fontes invocadas na introdução, podemos observar, muito especialmente nos extensos prólogos aos dois volumes ao *Novo methodo* de Figueiredo a explicitação dos autores consultados pelo padre oratoriano (Kemmler, Coelho & Fontes 2014: 43), a propósito de aspetos gramaticais que Figueiredo também referencia:

Pelo que toca ás doutrinas, e preceitos deste *Novo Methodo*; nelle fizemos todo o esforço por nos encostarmos sempre aos melhores, e mais exactos Grammaticos. Mas sendo muitos os que consultamos, escolhendo de cada hum o que melhor nos pareceo: com especialidade nos valemos, e ajudámos do grande estudo, que sobre a Grammatica Latina fez, e expoz á admiração e ao aplauso de todo o orbe literario, em sete grandes livros Gerardo Joaõ Vossio (Figueiredo 1752: xcix).

Na conjugação dos Verbos tirámos, ou confundimos com o Conjunctivo o modo, que chamaõ Optativo [...]. Entre tanto só advertimos aos Leitores, ter este sido o parecer de muitos Grammaticos de grande nome: como saõ entre outros, Jeronimo Ruscello, Nicodemo Frisquilino, Pedro Simaõ Abril, Gaspar Scioppio, Gerardo Joaõ Vossio, Claudio Lancelloto, José Laurenti, e Amaro de Roboredo.

No modo de pôr as Lingoagens do Infinitivo [...] seguimos dos Estrangeiros a Claudio Lancelloto, A Abril, e ao doutíssimo Jesuita Joaõ Luis de la Cerda [...]. Dos Portuguezes seguimos a Amaro de Roboredo, que no anno 1619. imprimio em Lisboa o seu *Methodo Grammatical*: a Joaõ de Barros, Autor entre nós da primeira plana, cuja *Grammatica de lingua Portugueza* vimos impressa em Lisboa, no anno 1540. e ao doutíssimo, e celeberrimo André de Rezende, no seu pequeno, mas eruditíssimo *commentario de Verborum Conjugatione*, impresso tambem em Lisboa no mesmo anno de 1540 (Figueiredo 1752: civ-cv).

Pelo que pertence ao modo de explicar algumas regras [da sintaxe], e apontar a causa de varias construcções; tenhaõ entendido os Leitores, que se em algum destes dous pontos nos apartámos do Padre Manoel Alvares, he porque nos pareceo melhor a doutrina de Francisco Sanches, de Gaspar Scioppio, de Gerardo Joaõ Vossio, do Padre Joaõ Luiz de la Cerda, de Claudio Lancelloto na Arte de Porto Real, e de Jacome Perizionio ilustrador de Sanches: todos seis Grammaticos da primeira plana, e nem a ciencia, nem a estimaçã publica inferiores ao Padre Manoel Alvares (Figueiredo 1753: iv).

É preciso enquadrar este critério – o da explicitação das fontes –, que aparentemente poderia surpreender pela forma detalhada como o autor o apresenta, para o poder perceber melhor, no clima sociopedagógico e gramaticográfico da época, caracterizado, como foi dito anteriormente, pelas críticas ao ensino do latim ministrado pelos padres da Companhia de Jesus e aos manuais que eram utilizados: a erudição filológica e a explicitação das fontes e autores tornavam-se, neste sentido, armas contra os adversários.

Das numerosas fontes que apresenta Figueiredo, pode detetar-se um núcleo de gramáticos enquadrados na tendência racionalista ou filosófica, entre os quais sobressaem Sánchez de las Brozas (o Brocense), Roboredo, Scioppius, Vossius<sup>6</sup> e

---

<sup>6</sup> Diferentemente do parecer de certos investigadores (Padley 1976: 131; Rademaker 1988), Eustaquio Sánchez Salor (2012: 580-593) sublinhou recentemente as divergências doutrinárias entre a gramática *sanctiana* e os *De arte grammatica libri septem* (ou *Aristarchus*) de Vossius, realçando o facto de esta ultima obra constituir, na verdade, uma gramática histórico-filológica. Embora aceitando as reservas deste investigador, enquadrámos, *lato sensu*, Vossius no paradigma racionalista, por este também parecer estar posicionado assim no pensamento linguístico de Figueiredo e de Verney.

Claude Lancelot (1615-1695), autores estes que aparecem também mencionados na introdução à gramática de Verney:

Nam duvido, que este meo Sistema dezagradará a duas sortes de pessoas: aos Gramaticos velhos, e tambem a alguns dos Modernos, que pensam diferentemente em algumas coizas. A ambas estas clases respondo previamente. Dos primeiros nam faso cazo nenhum, porque nam sam capazes de julgarem nestas matérias: e repetem sempre de novo aqueles argumentos, a que tem respondido mil vezes Sanches, Scioppio, Vossio, Lancelot, Perizonio, Ursino, Badenio &c. cujos autores eles nem lem, nem entendem (Verney 1758: L).

As fontes referidas indiciam, portanto, uma clara – e bem conhecida pelos investigadores – reorientação dos preceitos gramaticais para a doutrina racionalista, se bem que, no caso do *Novo methodo* de Figueiredo, esta preferência pela gramática filosófica se deva relativizar.

Com efeito, a orientação racionalista – não obstante haver certas divergências na abordagem entre as gramáticas em estudo – pode observar-se na caracterização da noção de gramática:

Figueiredo 1752	Verney 1758
<p>A grammatica Latina he huma Arte, ou Collecção de regras, e preceitos, que ensinaõ a fazer com acerto, e livre de erros a Oração Latina. Desta Oração, que he o fim da Grammatica, são partes as vozes, as syllabas, e as letras (p. 1).</p>	<p>A Gramatica Latina é a <i>Arte de falar o Latim sem erros, ou na terminasam das palavras, ou na uniam delas, ou na pronuncia das mesmas</i>. Isto è, ensina as regras fundamentais, que praticaram os antigos Autores Latinos nestes trez pontos, para os poder-mos entender bem, e compor Latim pelas mesmas regras.</p> <p>Desta definisam se conhece a diferença, que á entre <i>Gramatica</i>, e <i>Latinidade</i>. A <i>Gramatica</i> ensina a falar conforme as regras comuas de Etimologia, Sintaxe, e Prosodia. E quando se acham certos modos de falar diversos das regras comuas, a que chamam <i>Figuras</i>, ou Sintaxe Figurada; ensina a reduzir esas Figuras à Sintaxe Regular e comua, mostrando, que as tais Figuras se fundam nas regras comuas de Sintaxe. A <i>Latinidade</i> porem, supondo já sabidas as regras comuas de Gramatica, ensina o modo por que faláram os omens cultos na idade mais perfeita e aurea da lingua Latina (p. 1). [...] E para dizer tudo em duas palavras: a <i>Gramatica</i> ensina a formar o corpo da orasam Latina: e a <i>Latinidade</i> ensina a vestir e ornar ese mesmo corpo (p. 4).</p>

Tabela 1 – Caracterização da gramática

Como pode observar-se na Tabela 1, é Verney quem leva a cabo uma análise mais pormenorizada deste conceito; nela, são explicitados os três níveis em que operam as regras gramaticais: o fonético, o morfológico e o sintático, bem como a diferenciação dos conceitos de gramática e latinidade. No entanto, nos dois autores parece haver um nível prioritário cuja descrição torna-se a finalidade da gramática; estamos a referir-nos à sintaxe, da qual é focada a unidade de análise: a oração. Esta relação estreita de finalidade entre gramática e sintaxe, como é bem sabido, é preconizada na gramática de tendência racionalista, por exemplo, no Brocense<sup>7</sup>. Por outro lado, não nos deve admirar (dada a finalidade abertamente pedagógica destes dois manuais), nos dois gramáticos portugueses, a consideração da gramática como “arte” e não como ciência, porquanto este critério é consensual, à exceção de Giulio Cesare Scaligero (1484-1558)<sup>8</sup> – contra o qual argumenta Vossius ao longo do capítulo II do livro I do seu *De arte grammatica libri septem* (1685 [1635]: 6-8). –, nos gramáticos em maior ou menor medida racionalistas, desde o Brocense até Scioppius<sup>9</sup> e Vossius<sup>10</sup>.

Importa ainda sublinhar em Verney, a distinção, como foi adiantado linhas acima, entre gramática e latinidade; ou por outras palavras: a contraposição entre as frases gramaticalmente corretas segundo as regras gramaticais e o discurso literário, em certos casos, afastado – e muito especialmente no latim – do plano da construção gramatical. Neste ponto, Verney vai na esteira do Brocense, para o qual, citando Séneca, “[g]rammatici [...] sermonis latini custodes sunt, non auctores” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 42).

No que toca à classificação das partes da oração, importa realçar que há, nos dois gramáticos, consenso no estabelecimento de oito classes de palavra, coincidindo com a proposta de autores como Vossius (1685 [1635]: III, 8) ou Claude Lancelot no seu *Nouvelle methode pour apprendre facilement, et en peu temps la langue latina* (Paris 1644: 1):

<sup>7</sup> “Grammatica est ars recte loquendi, cuius finis est congruens oratio” (Sánchez de las Brozas 1576 [1562]: 1).

<sup>8</sup> “Grammatici igitur unus finis est, recte loqui. Quare in duo intendit: in partes, ut partes sunt, et in easdem ut inter se respondent ad compositionem. Nam quod addunt, recte scribendi artem esse: bis peccant. Neque enim ars est, sed scientia, neque necesse habet scribere, accidit enim scriptura você, neque aliter scribere debemos, quam loquamur” (Scaligero 1540: 2-3).

<sup>9</sup> “*Quid est Grammatica?* / Est ars recte loquendi. / *Quis est finis Grammaticae, cuius causa discitur?* / Oratio congruens, id est, cuius nulla pars sit, quae praeceptis artiss non congruat. / *Circa quid versatur ars Grammatica?* / Circa partes orationis” (Scioppius 1659 [1628]: 1). Nos últimos anos, alguns investigadores debruçaram-se sobre a relação doutrinal entre as ideias linguísticas do Brocense e a *grammatica philosophica* de Scioppius (Mañas Núñez 2010; Sánchez Salor 2012: 422-446).

<sup>10</sup> “Venio ad Grammatices naturam. Ea universe explicatur definitione. Definitio ab officio petitur. Estque Grammatices munus agere de sermonis puritate, quemadmodum Rhetoris de eius ornatu, Poeticae de metro. Itaque recte definitur, ars pure loquendi” (Vossius 1685 [1635]: I, 6).

Figueiredo 1752	Verney 1758
<p>As Vozes, de que, como partes, pôde constar a Oraçãõ Latina, se reduzem commumente a oyto, a saber; Nome, Pronome, Participio, Verbo, Preposiçãõ, Adverbio, Conjuncçãõ, Interjeiçãõ: ainda, que esta ultima (fallando rigorosamente) mais seja Oraçãõ, que parte da Oraçãõ [...]. De todas estas vozes hiremos tratando por sua ordem em seis Livros. No primeiro se tratará do Nome, Pronome, Participio [...]. No terceiro dos Verbos [...]. No quinto da Preposiçãõ, Adverbio, Conjuncçãõ, Interjeiçãõ [...] (p. 4).</p>	<p>Todas as palavras, que entram no discurso na orasam Latina, se reduzem a trez classes, <i>Nome, Verbo, Particulas</i>. Mas destas a primeira, e terceira dividem-se em outras espécies. O Nome compreende tambem os <i>Pronomes, e Participios</i>. As Particulas sam de 4. sortes: <i>Prepozisam, Adverbio, Conjunsam, Interjeisam</i>. Assimque podem-se contar 8. especies de palavras: <i>Nome, Pronome, Verbo, Participio, Prepozisam, Adverbio, Conjunsam, Interjeisam</i>. O <i>Nome, e Verbo</i>, que sam as principais, sam variaveis ou declinaveis (p. 5).</p>

Tabela 2 – Classes de palavra

No entanto, pode observar-se uma análise da classificação em dois níveis, que aparece de forma explícita ou implícita segundo as obras em análise. Em Verney, aparece, no trecho citado, de forma clara, porquanto as partes da oração são reduzidas, inicialmente, a três classes: nome, verbo e partículas – note-se que esta constitui, como é bem conhecido, a proposta do Brocense na sua *Minerva seu de causis linguae latinae* (1995 [1588]: 48)<sup>11</sup> –. No estabelecimento de dois níveis para a classificação das partes da oração, parece-nos que Verney se pôde ter baseado em gramáticos racionalistas, como Scioppius, que agrupa também as classes de palavra invariáveis sob a designação de *particulae*<sup>12</sup>. Quanto a Figueiredo, embora não explicita o duplo plano de análise das classes de palavra, julgamos que está presente no pensamento gramatical do padre oratoriano, dado que, no *Novo methodo*, a distribuição da matéria gramatical correspondente às partes da oração em três livros da parte I (livro I: nome, pronome e participio; livro III: verbo; livro V: preposição, advérbio, conjunção e interjeição) indicia a matriz tripartida proposta pelo Brocense.

<sup>11</sup> Contudo, no manual escolar – as *Verae brevesque grammatices latinae institutiones* (Lião 1662) –, o Brocense, como é bem conhecido, apresenta uma proposta aparentemente diferente de classificação, em seis classes de palavra, com um primeiro nível de análise cujo elemento diferenciador é a presença/ausência de número: “Voces omnes aut numeri participes sunt, aut expertes [...]. Voces numeri participes sunt. Nomen, Verbum, Participium. Expertes numeri: Praepositio, Adverbium, Coniunctio. Quae partes orationis appellantur” (Sánchez de las Brozas 1576 [1562]: 2).

<sup>12</sup> Seja como for, a influência é apenas parcial, visto que Scioppius apresenta o duplo nível de classificação das partes da oração proposto pelo Brocense – que foi apresentada na nota anterior –: “*Quot sunt genera vocum?* / Duo. Aliae enim vocēs sunt participes numeri, aliae expertes numeri. [...] / *Quot sunt Voces numeri participes?* / Tres. *Nomen, Verbum, & Participium*. / *Quo sunt voces numeri expertes?* / Quatuor. *Praepositio, Adverbium, Coniunctio, & Interjectio*; quae quatuor communi nomine vocantur, *Particulae* (Scioppius 1659 [1628]: 3).

Quanto à caracterização das classes nucleares de palavra – nome e verbo –, apresentada na Tabela 3, notamos certas divergências nas obras metagramaticais objeto do presente estudo:

Figueiredo 1752	Verney 1758
Nome	
<p>A) Caraterização O Nome he huma voz, com que arbitrariamente se nomeaõ as cousas, suas qualidades, ou attributos, sem que por esta voz se exprima exercitarem-se ellas em determinado tempo: assim como <i>Coelum</i>, o Ceo; <i>Arbor</i>, a arvore; <i>Bonus</i>, bom; <i>Similis</i>, semelhante.</p>	<p><i>NOME</i> é uma palavra, com que significamos completamente qualquer coiza, ou sua qualidade. v. g. <i>Pedra</i>, e <i>branca</i>, que é a qualidade da pedra, sam nomes que significam inteiramente, e completamente, o <i>ser pedra</i>, e o <i>ser branca</i>. [...]</p>
<p>B) Subcategorização O Nome ou he substantivo, ou adjectivo. Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem adjectivo, póde estar na Oraçaõ; como quando dizemos: <i>Poeta canit</i>, o Poeta canta. Adjectivo he aquelle, que para estar na Oraçaõ depende de algum substantivo claro, ou occulto, com quem concorde, e faça sentido completo [...]. O Nome substantivo ou he próprio, ou appellativo. Proprio he aquelle, que compete a huma só cousa, ou pessoa: assim como <i>Romulus</i>, Romulo [...]. Appellativo he aquelle, que compete, e he comum a muitas cousas, ou pessoas: assim como <i>Homo</i>, o homem [...] (pp. 5-6).</p>	<p>I. <i>SUSTANTIVO</i> é aquele, que significa qualquer coiza, ou sua qualidade, sem dependência de outra. isto é, significa por um modo independente, de maneira que o dito nome por si so pode fazer com o verbo um sentido perfeito [...]. <i>SUSTANTIVO PRÓPRIO</i> é aquele que significa uma coiza, ou pessoa certa: v. g. <i>Olisipo</i>, Lisboa: <i>Petrus</i>, Pedro. <i>SUSTANTIVO COMUM</i>, a que tambem chamam <i>apelativo</i>, é aquele, que significa uma coiza, ou pessoa incerta, porque se pode aplicar a muitas semelhantes: v. g. <i>Urbs</i>, cidade: <i>Homo</i>, homem. [...] II. <i>ADJECTIVO</i> é aquele, que significa a qualidade da coiza significada pelo nome substantivo, mas significa esa qualidade com dependencia da dita coiza, isto é, significa por um modo dependente, de sorte que por si so nam pode fazer com o verbo um sentido perfeito; mas deve ter claro, ou occulto o sustantivo de quem depende, para significar perfeitamente (pp. 5-6).</p>
Verbo	
<p>A) Caraterização O Verbo he voz, que arbitrariamente significa com tempo a sua forma e não se declina por casos. Do verbo assignaõ os Grammaticos varios gêneros, ou classes, em que elle se divide [...].</p>	<p><i>VERBO</i> é uma palavra, com que afirmamos uma coiza de outra (p. 69).</p>

<p>B) Verbo pessoal / impessoal Verbo Pessoal, dizem alguns, he aquelle, que tem todas as pessoas em ambos os numeros [...]. Verbo Impessoal aquelle, que ordinariamente carece da primeira, e segunda pessoa de ambos os numeros, e da terceira do plural: assim como <i>Poenitet</i>, <i>Curritur</i> [...]. A sentença, ou modo de explicar mais rigoroso, mas muito plausivel entre os Modernos, só admite, e chama pessoal ao verbo posto no modo finito, assim como <i>Laudo</i>: impessoal, ao verbo posto no modo infinito, assim como <i>Laudare</i> (pp. 123-124).</p>	<p>O verbo <i>Infinitivo</i> rigorosamente é <i>impesoal</i>: porque nem significa nenhuma determinada pessoa, que fasa a dita asám: mas pode-se ajuntar a todas as pessoas assim do singular, como do plural (p. 72, n.ª 7).</p>
<p>C) Subcategorização i) Verbo regular; verbo irregular ou anómalo. ii) Verbo pessoal; verbo impessoal. iii) Verbo substantivo; verbo adjetivo. iv) Classes do verbo adjetivo: verbo ativo; verbo passivo; verbo comum; verbo neutro, verbo comum; verbo depoente. v) Verbo incoativo; verbo meditativo; verbo frequentativo ou iterativo (pp. 123-127).</p>	<p>i) Verbo ativo; verbo passivo. ii) Classes do verbo ativo: neutro; comum; depoente. iii) Classes do verbo passivo: substantivo; adjetivo (pp. 69-71). [“As outras especies de Verbos mais necessarias se podem reduzir a estas [às anteriores]” (p. 71, n.ª 5) → iv) regulares; irregulares ou anómalos]; v) incoativos; frequentativos; meditativos ou desiderativos; diminutivos [“Advertem porem os Gramaticos, que estas 4. especies ultimas se tomam muitas vezes nos significados dos seus Primitivos” (p. 71, n.ª 5).]</p>

Tabela 3 – Caracterização e tipologia do nome e do verbo

Relativamente à caracterização do nome, os traços semânticos que se observam nas definições parecem ter sido inspirados na *Grammaire générale et raisonnée* dos mestres de Port-Royal (1660: 30-36). O mesmo pode ser dito da subcategorização, apresentada nas duas obras, do nome em substantivo e em adjetivo, e do substantivo em próprio e em apelativo ou comum. Já nos critérios de descrição do verbo, podemos, como foi acima dito, notar claras diferenças no *Novo methodo* e na *Grammatica latina*: no manual de Figueiredo, os traços são predominantemente morfológicos (+tempo/–caso); a fonte pode ter sido, de novo, alguma das gramáticas do Brocense<sup>13</sup> e de Scioppius<sup>14</sup>. Por

<sup>13</sup> “Verbum est vox particeps numeri personalis cum tempore. Ex his differentiis oritur coniugatio” (Sánchez de las Brozas 1576 [1562]: 4).

<sup>14</sup> “*Quid est verbum?* / Es vox particeps numeri personalis cum tempore, id est, quae numerum, personam & tempus habet (Scioppius 1659 [1628]: 7). Neste ponto, os dois autores parecem distanciar-se de Vossius, para o qual o verbo “est dictio variabilis, quae agere, pati, vel esse, significat” (1660 [1628]: 90).

sua vez, Verney, talvez de maneira mais coerente do que Figueiredo, opta por se servir de novo de um traço semântico como o da afirmação, elemento nuclear, como é bem sabido, na caracterização do verbo na gramática geral de Port-Royal<sup>15</sup>. Relativamente às propostas – divergentes, em maior ou menor medida, nas duas obras – de tipologia verbal, importa salientar o facto de, no *Novo methodo* de Figueiredo, a abordagem racionalista se desenvolver de forma mais mitigada do que a proposta que se regista na gramática de Verney. Por exemplo, no que toca à primeira classificação do verbo em pessoal e impessoal, Figueiredo oferece deste último tipo duas definições radicalmente diferentes: a primeira é formulada no plano da gramática normativa, identificando o verbo impessoal com certas formas conjugadas em terceira pessoa; mas, logo a seguir, apresenta, na esteira da doutrina racionalista, uma caracterização diferente, para a qual a única forma do verbo impessoal é o infinitivo<sup>16</sup>.

No que toca aos conceitos relativos à sintaxe, são também detetadas certas divergências entre as gramáticas em estudo – das quais tratámos num estudo recente (Ponce de León, 2018) –, de acordo com o confronto realizado na Tabela 4:

Figueiredo 1753	Verney 1758
Caraterização da noção de sintaxe e estruturação	
<p>Esta palavra <i>Syntaxe</i> he Grega, e significa o mesmo que a Latina <i>Constructio</i>: isto he, huma construcção recta, ou composição bem ordenada das partes da Oração entre si. Esta <i>Syntaxe</i> ou he Concordancia, ou de Regencia (p. 1).</p>	<p>SINTAXE, ou CONSTRUISAM é certa uniam do Nome, Verbo, Particulas, ou das partes, que podem entrar na orasam Latina, segundo o uzo e costume da dita lingua [...]. A Sintaxe ou é regular ou Figurada</p> <p>SINTAXE REGULAR é certa uniam de partes da orasam segundo as regras comuas da Arte.</p> <p>SINTAXE FIGURADA é certa uniam de partes da orasam, que parece contraria às regras da Arte, mas é segundo o que fizeram os melhores autores Latinos, a que chamam autores Clasicos (p. 157).</p>

<sup>15</sup> “Et c’est proprement ce que c’est que le verbe, *un mot dont le principal usage est de signifier l’affirmation* (Arnauld & Lancelot 1660: 90).

<sup>16</sup> Como aliás, quase século e meio antes, tinha feito Amaro de Robredo nas suas obras gramaticais (Ponce de León, no prelo).

Categorias sintáticas analisadas		
Syntaxe regular		
Concordância	Regência	Syntaxe de <i>partículas</i> e de outras construções
nominativo + verbo; acusativo + infinitivo	[Do nominativo <i>Verney</i> ]	Do advérbio
adjetivo + substantivo [relativo + antecedente <sup>1</sup> ]	[Do vocativo <i>Verney</i> ]	Da conjunção
	Do genitivo	[Da interjeição <i>Verney</i> ]
	Do dativo	[Construções de ablativo e acusativo não regidas <i>Figueiredo</i> ]
substantivos apostos	Do acusativo	[Das preposições que regem acusativo e ablativo <i>Figueiredo</i> ]
	Do ablativo	

Tabela 4. A sintaxe em Figueiredo e Verney

Com efeito, um primeiro traço diferenciador, na *Parte II* do *Methodo* de Figueiredo, é a omissão da sintaxe figurada; em Verney<sup>17</sup>, por seu turno, notamos uma *manutenção atenuada* desta distinção, dado que, na *Gramatica*, as figuras de construção são apresentadas brevemente e de forma preliminar (Verney 1758: 160-164). Por outro lado, de acordo com a Tabela 4, observa-se que as estruturas analisadas na sintaxe regular não coincidem totalmente nas duas gramáticas: na de Verney, nos capítulos que versam sobre a regência, é exposta a construção do nominativo e do vocativo, se bem que o autor esclareça que se trata de casos não regidos<sup>18</sup>. Quanto à terceira parte do livro sintático – a descrição sintática das classes indeclináveis –, Figueiredo trata de certas construções (construções de ablativo e de acusativo “não regidas”, e regência de certas preposições), ausentes na descrição gramatical de Verney, o que se poderá analisar como uma aproximação do autor oratoriano à gramática escolar anterior.

<sup>17</sup> A ausência da sintaxe figurada no *Methodo* de Figueiredo percebe-se melhor se tivermos em conta a obra que, anos depois, o oratoriano deu aos prelos sobre esta matéria, intitulada *Figuras da syntaxe latina, explicadas e ilustradas* [...] *segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio, e Perizonio, principis da grammatica moderna* (Lisboa 1761).

<sup>18</sup> No que toca ao nominativo, a inclusão nesta parte é motivada pela característica sintática de caso não regido mas *regente*: “O *Nominativo* foi inventado para significar o *Agente da orasam*. E assim nam é regido por alguma parte, mas pode-se chamar o regente de toda a orasam (Verney 1758: 180). Já no que se refere ao vocativo, o seu desenvolvimento parece justificar-se menos, dado que não é caso nem regido, nem regente, se bem que se sublinhe a sua característica de elemento que pode sempre ser inserido em orações de tipo apelativo: “O Vocativo nam é regido por alguma parte da orasam. Mas pode-se por em toda a orasam, em que se fala diretamente com alguém (Verney 1758: 183-184).

Interessa ainda realçar a divergência sobre o emprego das expressões metalinguísticas. É apresentada, a modo de ilustração, a matéria sobre o que modernamente designamos como sujeito e complemento direto:

Figueiredo 1753	Verney 1758
<p>O verbo do modo finito PEDE ANTES DE SI NOMINATIVO<sup>19</sup>, claro ou occulto, do mesmo numero e pessoa (p. 3).</p> <p>O Verbo activo de qualquer terminaço, que seja, PEDE e REGE DEPOIS DE SI ACCUSATIVO da pessoa ou cousa, a que se dirige a açcão do sujeito (p. 23).</p>	<p>O Verbo concorda em numero, e pesoa com o AGENTE da orasam [...].</p> <p>Aindaque o Verbo concorde com o AGENTE da orasam, nem sempre se exprime o tal AGENTE, porque se entende muito bem do contexto (p. 175).</p> <p>O <i>Acuzativo</i> foi inventado para significar duas coizas. 1. O <i>PACIENTE</i> da orasam. 2. As <i>CIRCUNSTANCIAS</i>, que <i>acompanham necessariamente ao paciente</i> (p. 198).</p> <p>O <i>Acuzativo</i> quando significa o <i>PACIENTE</i> da orasam, é <i>REGIDO</i> pelo verbo Ativo ou finito, ou infinito (p. 200).</p>

Tabela 5. Em torno do uso de expressões metalinguísticas.

De acordo com os preceitos sintáticos reproduzidos na Tabela 5, podemos inferir que Figueiredo se serve de terminologia mais próxima à tradição gramatical normativa, na esteira, provavelmente, da *Nouvelle méthode*, de Claude Lancelot, embora também apareça na tradição gramatical alvaresiana. Verney, por seu turno, através do uso rigoroso das expressões metalinguísticas, parece distinguir entre caso e função sintática (no quadro reproduzido acima, *nominativo / agente; acusativo / paciente; circunstâncias que acompanham ao paciente*). A preocupação pelo rigor no emprego da metalíngua é tal que Verney apresenta, no início do livro sintático, um glossário de termos sintáticos – alguns pertencentes à tradição gramatical, mas outros que parecem ter sido criados para o efeito –, utilizados pelo autor (Verney 1758: 158-159).

Importa, enfim, realçar o facto de, no plano sintático, a penetração da doutrina da gramática filosófica ser diferente, no confronto das duas

<sup>19</sup> Os versaletes, na presente tabela, são da nossa autoria.

gramáticas: no *Novo methodo* de Figueiredo, certas estruturas não são explicadas como habitualmente o fazem as gramáticas filosóficas, ao passo que, na de Verney, a abordagem logicista é constante. Um exemplo de tal é a construção de certos verbos com dois acusativos:

Figueiredo 1753	Verney 1758
<p>Alguns Verbos dos que significaõ <i>ensinar</i>, ou <i>avisar</i>, assim como <i>Doceo</i>, <i>Edoceo</i>: alguns dos que significaõ <i>admoestar</i>, assim como <i>Moneo</i>, <i>Admoneo</i> [...]: além do accusativo da pessoa, admittem outro accusativo da cousa [...]. Este segundo accusativo da pessoa junto aos Verbos <i>Gelo</i>, <i>Interrogo</i>, <i>Moneo</i>, <i>Admoneo</i>, <i>Commoneo</i>, <i>Doceo</i>, <i>Edoceo</i>: pôde mudarse para ablativo com a preposição <i>de</i> (p. 24).</p>	<p>Podem-se dar a certos verbos Ativos dois acusativos, um da pesoa, e outro da coiza. Mas somente o da pesoa é paciente regido do verbo: e o da coiza é regido de uma prepozisam oculta por Elipsi: e pertence ao fim (p. 205).</p>

Tabela 6. Explicação sintática da construção com duplo acusativo.

Dos trechos apresentados na Tabela 6 sobre as estruturas com duplo acusativo, podemos ver que Figueiredo apenas descreve o facto sintático e estabelece uma correspondência com o segundo acusativo (a construção de ablativo precedido da preposição ‘de’); pelo contrário, Verney explica este fenómeno através da distinção da noção de caso e de função, desempenhando apenas um dos acusativos a função de *paciente* – o outro deve explicar-se por meio da elisão de uma preposição; a propósito deste último elemento, estaríamos, portanto, perante as *cirtunstancias que acompanham ao paciente* –.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão do presente trabalho, gostaríamos de enfatizar o facto de as obras objeto deste estudo assinalarem um *terminus post quem* na gramaticografia latino-portuguesa, porquanto nelas é sistematizada a doutrina dos autores mais importantes da corrente filosófica. Interessa, ainda, evidenciar – como fizemos recentemente (Ponce de León, 2018) – a extraordinária repercussão que estes dois textos metagramaticais tiveram nos tratados gramaticais publicados na segunda metade do século XVIII. Por outro lado, as divergências de critérios na elaboração

metagramatical mostram a forma como as duas obras se enquadram no contexto sociopedagógico. Parece-nos clara, enfim, a importância do aparecimento editorial do *Novo methodo da grammatica* de António Pereira de Figueiredo e da *Grammatica latina* de Luís António Verney, não apenas para a história das ideias linguísticas em Portugal, como também para o estudo da história da pedagogia do latim no século XVIII.

## REFERÊNCIAS

Andrade, A. B. de 1981. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Por ordem da Universidade.

Arnauld, A.; Lancelot, C. 1660. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Pierre le Petit.

Figueiredo, A. P. de 1752. *Novo methodo da grammatica latina, para o uso das Escólas da Congregação do Oratorio [Parte I. Dos elementos, e partes da oração latina]*. Lisboa: Miguel Rodrigues.

Figueiredo, A. P. de 1753. *Novo methodo da grammatica latina, para uso das Escolas da Congregação do Oratorio [Parte II. Da syntaxe]*. Lisboa: Miguel Rodrigues.

Freire, A. 1964. A ‘Gramática latina’ do padre Manuel Álvares e os seus impugnadores. In: Anselmo, Artur; Rodrigues, Sebastião (Dirs.). *As grandes polémicas portuguesas*. Lisboa: Verbo, vol. I, 333-399.

Kemmler, R. 2013. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. 19: 145-176. Disponível em [https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19_artigo9.pdf?ln=pt-pt), acessado em 05/10/2018.

Kemmler, R.; Coelho, S.; Fontes, S. 2014. O “Prologo aos que lerem o *Novo Methodo da Grammatica Latina*” de António Pereira de Figueiredo (1725-1797) e a sua importância para a historiografia linguística portuguesa. *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos*. 18.1: 41-56.

Kemmler, R., Coelho, S.; Fontes, S. 2016. Antonio Pereira de Figueiredo’s “Prologo aos que lerem o *Novo Methodo da Grammatica Latina*” and his thoughts on Manuel Alvares’ Latin grammar. *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*. 26.2: 207-228.

Lupetti, M. 2015. A gramática racionalista em Portugal no século XVIII. In: Duarte, Sónia; Ponce de León, Rogelio (Orgs.). *A Gramática Racionalista na Península Ibérica (Séculos XVI-XIX)*. Porto:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Linguística da Universidade do Porto, 55-71. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>, acessado em 05/10/2018.

Mañas Núñez, M. 2010. Sanctius y Scioppius. *Humanistica Lovaniensia*. 59: 125-149.

Padley, G. A. 1976. *Grammatical theory in Western Europe. 1500-1700: the Latin Tradition*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

Ponce de León, R. 2001. El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série Línguas e Literaturas*. 18: 317-338. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3043.pdf>, acessado em 05/10/2018.

Ponce de León, R. 2005. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Madrid: Universidad Complutense. Servicio de Publicaciones. Disponível em <http://eprints.ucm.es/5134/>, acessado em 05/10/2018.

Ponce de León, R. 2018. La théorie syntaxique dans la grammaticographie latino-portugaise de la deuxième moitié du XVIIIe siècle. *Dossiers d'HEL: Aspects historiques des grammaires portugaises et brésiliennes*, SHESL, 12. 26-43.

Ponce de León, R. no prelo. Los verbos impersonales en la gramaticografía portuguesa de los siglos XVI y XVII. (a la luz de la gramaticografía latino-ibérica). *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*. 28.2.

Rademaker, C. S. M. 1988. Gerardus Joannes Vossius (1577-1649) and the study of Latin Grammar. *Historiographia Linguistica*. 15.1/2: 109-128.

Sánchez de las Brozas, F. 1576 [1562]. *Verae brevesque grammatices latinae institutiones*. Salamanca: Matías Gast.

Sánchez de las Brozas, F. 1995 [1587]. *Minerva o de cuspis linguae latinae*. Sánchez Salor, Eustaquio; Chaparro Gómez, César (Eds.). Cáceres: Institución Cultural “El Brocense”; Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones.

Sánchez Salor, E. 2012. *La gramática en Europa durante el siglo XVII. Dispersión doctrinal*. Alcañiz: Instituto de Estudios Humanísticos; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidad, Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses.

Scaliger, G. C. 1540. *De causis linguae latinae libri tredecim*. Lyon: Sebastian Gryphus.

Scioppius, G. 1659 [1628]. *Grammatica philosophica*. Amsterdam: Jost Pluymer.

Silva, A. D. da (Comp.) 1848. *Supplemento á collecção de legislação portugueza do desembargador Antonio Delgado da Silva pelo mesmo. Anno de 1750 a 1762*. Lisboa: Luís Correia da Cunha.

Silva, I. F. da 1858. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 1.

Verdelho, T. 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Verney, L. A. 1746. *Verdadeiro metodo de estudar para ser util à Republica, e à Igreja*. Valensa [?]: Antonio Balle [?]. 2 vols.

Verney, L. A. 1758. *Gramatica latina tratada por um metodo novo, claro, e facil. Para uzo daquelas pesoas, que querem aprendela brevemente, e solidamente*. Barcelona [?]: s. n.

Vossius, G. I. 1660 [1628]. *Latina grammatica*. Amsterdam: Jan Janszoon.

Vossius, G. I. 1685 [1635]. *De arte grammatica libri septem*. Amsterdam: Willem Blaeu.

# A MEDIAÇÃO DO CASTELHANO NA TRADIÇÃO DE DESCRIÇÃO DO PLURAL EM PORTUGUÊS

**RESUMO:** Levada a cabo dentro de uma abordagem metodológica no quadro da historiografia linguística, este artigo analisa a descrição de um dos fenómenos em torno dos quais o castelhano alcançou maior visibilidade na tradição metalinguística portuguesa (Venâncio 2011; Duarte 2015a: 160, 162; 2016; 2017: *passim*): a formação do plural de substantivos e adjetivos terminados em ditongo nasal.

Para esse efeito, o presente estudo centra-se em textos metagramaticográficos e metaortográficos sobre o português que precedem a publicação da primeira gramática de espanhol em Portugal, a *Grammatica Hespanhola para uso dos portuguezes, dada á luz por Nicolau António Peixoto* (Porto 1848).

O objeto de análise não só corresponde a um fenómeno de elevada pertinência para a investigação da presença e do papel do castelhano na tradição portuguesa, como assume ainda grande relevância na história do debate ortográfico em Portugal, conforme evidenciam M.<sup>a</sup> Filomena Gonçalves (2003: 465-466) e Rolf Kemmler (2007: 340-347), e cuja controvérsia no quadro das relações linguísticas peninsulares, como adverte Fernando Vázquez Corredoira (1998: 55, n. 89), extravasa mesmo para outras tipologias textuais, com particular relevo para a tradição apologética, da qual o mais acabado exemplo sobre esta matéria é o *Antidoto da Lingua Portugueza* (Amsterdão [1710]) de António de Mello da Fonseca.

Finalmente, na linha de Duarte (2017) o presente trabalho permitirá compreender que informação objetiva, que finalidades e que percepções foram veiculadas acerca do castelhano no quadro da descrição do plural e em que medida estes dados refletem a tendência predominante de apreciação global da língua castelhana nos textos portugueses e os seus efeitos sobre o processo de gramatização do português.

**PALAVRAS-CHAVE:** historiografia linguística; plural; ditongo nasal; português; espanhol.

**ABSTRACT:** Undertaken in the framework of the methodological approach of the History of Linguistics, this essay analyses the description of one of the phenomena in relation to which Spanish has achieved more visibility in Portuguese metalinguistic tradition (Venâncio 2011; Duarte 2015a: 160, 162; 2016; 2017: *passim*): plural formation of nouns and adjectives ending in nasal diphthong.

With that purpose, this paper focuses on grammatical and orthographical texts on Portuguese which precede the publishing of the first grammar of Spanish in Portugal, the *Grammatica Hespanhola para uso dos portuguezes, dada á luz por Nicolau António Peixoto* (Porto 1848).

The object of analysis not only corresponds to a highly pertinent subject concerning the investigation on the presence and the role of Spanish in the Portuguese tradition, but also acquires great relevance in the history of the orthographic debate in Portugal, as revealed by M.<sup>a</sup> F. Gonçalves (2003: 465-466) and Rolf Kemmler (2007: 340-347), and whose controversy in the framework peninsular linguistic relations, as noticed by Fernando Vázquez Corredoira (1998: 55, n. 89), also covers other textual typologies, with special reference to the apologetic tradition, from which the most perfect example on this subject is the *Antidoto da Lingua Portugueza* (Amsterdão [1710]) of António de Mello da Fonseca.

At last, as in Duarte (2017), this paper will allow to understand which objective information, which aims and which perceptions have been diffused concerning Spanish on the specific topic of plural formation and to which extent these data reflect the predominant view on the global evaluation of Spanish language on Portuguese texts and its effects on the process of “grammatization” of Portuguese.

**KEYWORDS:** History of Linguistics; plural; nasal diphthong; Portuguese; Spanish.

## 1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Um dos temas de maior presença e controvérsia na tradição metalinguística portuguesa é o da representação gráfica do ditongo nasal, como já foi evidenciado por autores como Gonçalves (2003: 465-466) e Kemmler (2007: 340-347). O *Antidoto da Lingua Portugueza* (Amsterdão [1710]) de Antonio de Mello da Fonseca (pseudónimo de José de Macedo) – uma obra de 426 páginas, dedicada fundamentalmente a defender a eliminação da

grafia <ão> – corresponde a um dos testemunhos mais ilustrativos deste debate e da sua importância<sup>1</sup>. O texto não faz, contudo, parte do corpus deste trabalho, já que aqui apenas se trata de textos metagramaticográficos e metaortográficos, enquanto que o de Macedo pertence à tradição apologética. Contudo, a referida obra merece uma referência especial, dado que exemplifica e dá conta da discussão que em torno do ditongo nasal se desenvolveu e que frequentemente, e até mesmo num quadro de apologia e afirmação do português perante o castelhano, reconhece nesta questão certa inferioridade do português:

Eu nunca me descontentei tanto da nossa Lingua, como se descontentaõ muitos grammaticos, que affirmaõ temerariamente, que ella he muito peor que a Castelhana, sendo tal a ignorancia, de que nelles procede esta affirmação, que o mais que dizem, se saõ examinados os fundamentos della, he sò, que a grande frequencia, com que usamos do ditongo *aõ*, faz a nossa Lingua mui tosca e mui grosseira. Isto confesso, que nunca nella me pareceu bem; mas nem basta, para que eu a julgue inferior a alguma das vulgares, nem cuido, como o cuidaõ geralmente todos os Portuguezes, que he irremediavel este defeito; e por isso me resolvi a declarar aqui, qual me parece, que pode ser o remedio delle (Fonseca [1710]: [V-VI]).

Sendo frequente esta apreciação vantajosa da solução castelhana para o nosso ditongo nasal, também o é o recurso ao sistema de funcionamento do castelhano como referente para a exposição e interiorização das regras de formação do plural em palavras terminadas no referido ditongo, embora a relação entre estas duas circunstâncias não seja clara. Daí que neste trabalho se opte por uma abordagem centrada sobre o papel do castelhano na descrição deste fenómeno na tradição portuguesa que precede o desenvolvimento, em território português, de uma tradição consistente de materiais metalinguísticos sobre o espanhol<sup>2</sup>. Reforçam ainda esta opção duas situações:

---

<sup>1</sup> Dentro da particular linha de análise empreendida neste estudo, concretamente sobre o tratamento do castelhano em parte da referida obra de José de Macedo (o capítulo III, “Comparase a nossa lingua com a Castelhana em algumas meudezas”), cf. Duarte (2015a).

<sup>2</sup> O equacionamento da situação do castelhano em Portugal e do estado da sua gramatização em território português são aqui assumidos como relevantes para compreender a presença (tanto quantitativa, como qualitativamente) da língua castelhana na descrição do português. Essa é já a ideia que se defende em (Duarte 2017), sendo que o *corpus* de referência e balizas cronológicas deste trabalho coincidem com o desse estudo, onde se afirma que, independentemente de variações ao longo do tempo, “a lo largo del marco cronológico establecido, tanto la gramaticografía como la ortografía portuguesas, no obstante su complejidad y pluralidad, dan muestras de no haber superado totalmente ni las percepciones asociadas a un contexto original de diglosia, ni la estrategia argumentativa que define el marco teórico de la cuestión de la lengua en Portugal” (Duarte 2017: 364). Aí se conclui igualmente que, no *corpus* em estudo, o castelhano “está presente y su presencia (e incluso puede que su omisión) son en muchos casos muy significativas desde el punto de vista de su papel en la gramatización del portugués” (Duarte 2017: 364).

i) a constatação de que, no quadro das escassas referências explícitas ao castelhano no conjunto de tradição em estudo, é precisamente a propósito do ditongo nasal que se encontram a maior parte dessas referências, conforme está demonstrado em Duarte (2016: 317, 321; 2017: *passim*), e sendo que, por vezes, como aqui se verá, essa alusão constitui mesmo a única referência ao castelhano.

ii) a percepção de que essas referências, tanto em geral como relativamente a este fenómeno em concreto, não só não são inócuas, como revelam um quadro relacional que tão-pouco o é e que autores como M.<sup>a</sup> Clara Paixão de Sousa (2004), Venâncio (2011) e Duarte (2017) interpretaram numa lógica de identificação ou diferenciação, a qual se procurará aqui relacionar com o modelo teórico descrito conceptualmente por Luciana Stegagno-Picchio (1959) e M.<sup>a</sup> Leonor Carvalhão Buescu (1983) para as relações linguísticas peninsulares como “a questão da língua em Portugal”:

[...] O binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva duma *praxis*: apresenta a iminência de um risco que os humanistas pressentem. O do predomínio de uma língua competitiva, forma de expressão de uma nação de algum modo rival –em termos objectivos mais poderosa– no plano político interno e também no plano duma política expansionista e imperial (Buescu, 1983, 225).

De facto, para Sousa, a relevância deste fenómeno num quadro temporal que é, precisamente, o que mais é afetado pelo enquadramento teórico anteriormente descrito, só é cabalmente compreendida quando perspetivada no contexto ibérico:

[...] Em uma perspetiva estritamente interna ou estrutural, a realização das nasais não é um fato central para o sistema da língua; no entanto ela é central na discussão da grafia nos quinhentos e seiscentos – não por sua importância interna, mas porque representa uma *característica saliente que diferencia a língua portuguesa no contexto ibérico* (Sousa 2004: 312).

Será de precisar ainda que, para autores como Venâncio (2011: 88) ou Duarte (2015b: 83-84, 85-86, 90), esse mesmo contexto ibérico – e muito concretamente no que à descrição do ditongo nasal diz respeito – não se restringe à relação dual luso-castelhana, mas antes configura um trinómio que abarca também o galego, o qual, de acordo com Fernando Vázquez Corredoira, assume nesta dinâmica o valor de “exemplo *a contrario*”: “o galego desempenha em certos casos explicitamente o papel de uma sorte de *referente negativo ou de exemplo ao contrario* para o português” (Vázquez Corredoira 1998: 10). No âmbito específico da formação do plural de palavras terminadas em ditongo nasal, essa será, contudo, uma questão marginal.

Efetivamente, como ficou anteriormente exposto, no presente trabalho, o foco neste fenómeno não se orientará propriamente para a polémica da representação

ortográfica em si (onde a aproximação ao galego é mais relevante), mas para a descrição da formação do plural (também tratada, embora não de forma exclusiva, em Venâncio (2011: 91-94)). Como já ficou dito e como se evidencia em Duarte (2017: 327-328, 345-348), o tratamento do plural corresponde ao contexto maioritário de abordagem do ditongo nasal no qual se dão as referências ao castelhano e a análise dessas mesmas referências permite descortinar uma estratégia didática de descrição das regras do português assente em facilitar a sua assimilação através das regras do castelhano.

Assim, seguidamente, tendo por referência o corpus estabelecido em Duarte (2017: 367-374) e numa abordagem a partir da Historiografia Linguística, procurar-se-á levar a cabo uma aproximação aos textos para expor o modo como eles refletem essa estratégia, como se posicionam face a ela e, por extensão, à própria língua castelhana, e ainda como tais dados evoluem ao longo do tempo.

## 2 – EVOLUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

[...] Dizemos, *semelhança*, dizem elles, *semejança*”  
(Pereira 1666: 56).

Em conformidade com o que Gonçalves (2010: 340) apresenta como uma “incipiente tradición contrastiva” existente na tradição metalinguística portuguesa a respeito do castelhano, tal como se ilustra na epígrafe de Bento Pereira, o recurso discursivo ao *nós dizemos / eles dizem* afigura-se como uma estratégia frequente cujo valor oscila entre a diferenciação e a identificação entre as duas línguas, e, por vezes, acumula mesmo os dois sentidos, quando, por exemplo, expõe as diferenças enquadradas como correspondências regulares de resultados diferentes da evolução do latim para o vulgar. É o que se irá observar aqui também a respeito dos plurais de palavras terminadas em ditongo nasal. Neste contexto específico, tal como, aliás, em geral, tal recurso contrastivo irá sendo cada vez menos frequente, sendo substituído por outras soluções e acabando praticamente por desaparecer da tradição de descrição do português como língua materna<sup>3</sup>, para ficar confinado aos materiais destinados ao ensino do português como língua estrangeira a falantes de espanhol. Sirva de exemplo a seguinte citação, do manual de Ana Cristina Dias:

---

<sup>3</sup> Fernando Venâncio (2011: 93) situa em 1952, um dos mais tardios vestígios desta estratégia em gramáticas de português de Portugal.

Existe alguma equivalência entre as terminações portuguesas **-ãos, -ões** e **--ães** e as terminações espanholas **-anos, -ones, -anes**.

**Exemplos:** mãos (*esp.* manos); leões (*esp.* leones); alemães (*esp.* alemanes) (Dias 2012: 203).

Nas próximas páginas, recuaremos aos primeiros vestígios dessa estratégia para procurar acompanhar a sua evolução até ao termo do horizonte cronológico definido: meados do século XIX.

## 2.1 – Século XVI

É no século XVI que, como é do conhecimento geral, se inicia o processo de gramatização do português. Desde esse primeiro momento que se assiste ao recurso ao castelhano como referência auxiliar na apresentação e interiorização das regras de formação do plural de palavras terminadas em ditongo nasal. Embora não haja a registar informação a respeito da matéria em questão na única gramática de língua materna publicada durante este período<sup>4</sup>, deve ser sublinhada a importância do texto de Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (Lisboa 1576), não só pelos dados que contém, mas, sobretudo, pelo facto de, no que concerne à matéria concreta deste estudo, se instituir como uma referência para toda a tradição posterior, como, aliás, a seu tempo, aqui se tornará evidente.

[...]E tenham esta regra: ç vejam esse nome acabado em .ão. como acaba acerca dos Castelhanos no singular. Porque se acaba em .an. faz o plural acerca d'elles em ,anes, como: capitán, capitanes, gavilán, gavilanes, Aleman, Alemanes. E assi forma sempre, sem excepção algũa, o Portugues o singular em .ão- & o plural em –ães. dizendo de capitão, capitães, de gavião, gaviães, de Alemão Alemães: & assi os mais.

Mas se acerca dos Castelhanos, o singular que o Portugues forma em .ão. se forma em ano, como villano, ciudadano, aldeano, de que elles formão o seu plural em ,anos, o nosso plural seraa em ,ãos. E assi como elles dizem, villano, villanos, ciudadano, ciudadanos, aldeano, aldeanos. diremos nos, villãos, cidadãos, aldeãos.

Mas se o singular acerca dos Castelhanos he ã .on. será nosso em .ões. Eassi como elles dizẽ sermon, sermones, opinion, opiniones, coração, corações, assi diremos nos sermão, sermões, opinião, opiniões, coração, corações. Porç nisto, & ã muitas cousas outras que por brevidade deixo, tẽ respecto, & correspõdencia a lingoa Portuguesa aa Castelhana. D'onde vem, que dizemos por o seu, can, canes, cão, cães: & por o seu cano, canos, cão, cães.

Porẽ se os vocabulos em .ão, são meros Portugueses, ou commũus a outras lingoas, & os não há em Castelhano, sempre se acabará a voz do plural em .ões. como patacão, patações, tecelão, tecelões, folião, foliões. Porque se tẽ nisto respecto, que as palavras, que se agora acabão na lingoa Portuguesa em .ão. se acabavão todas antigamente em .om. como acima sta dicto. E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficarão fora das dictas regras, taballiães, & scrivães, que por a dicta analogia, houeraõ de fazer, taballiões, & scrivãos. E

<sup>4</sup> Em relação ao panorama metagramaticográfico do século XVI, é conveniente advertir que, para efeitos deste estudo, e por razões que se explicitam noutra lugar (Duarte 2017: 11-12), a *Grammatica da Lingoaem Portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira não se ajusta rigorosamente à noção de gramática aqui assumida, pelo que não foi considerada para análise.

tãbem ficção fora desta regra estes indifferentes, cidadãos, & cidadãos, de cidadão, villãos, & villões, de vilão (Leão 1576: 30r-30v).

Do anteriormente exposto, deve ser destacado o facto de Leão recomendar expressamente o recurso contrastivo às regras do castelhano (“e tenham esta regra”), assim como de esse recurso aparecer justificado pela “correspondencia” sistemática observada entre as regras das duas línguas.

## 2.2 – Século XVII

Não sendo publicado qualquer tratado gramatical durante este período, é na tradição metaortográfica que a análise se tem de concentrar. Dos tratados publicados, o primeiro que oferece informação a respeito do tema em estudo é *Orthographia ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa* (Lisboa 1631) de Álvaro Ferreira de Vera.

Todas as vezes que na lingua Portuguêsa acabar qualquer nome em, ão, avendo duvida no formar do plural, vejase como se termina na lingua Castellhana: porque se acaba em an, faz o plural (acerca dos Castelhanos) em anes: como capitán, capitanes; gavilan, gavilanes; Aleman, Alemanes. E assi forma sempre sem exceção algũa o Português singular em, ão & o plural em, ães; como, de capitão, capitães gavião, gaviães; Alemão, Alemães.

Mas se acerca dos Castelhanos o singular, que os Portugêses acabão em, ão, elles formão em, ano, como villano, ciudadano, aldeano, de que elles formão o seu plural em, anos; o nosso plural será em, ãos: & assi como elles dizem, villano, villanos, ciudadanos, aldeanos; diremos nos, cidadãos, aldeãos, villãos: & se o singular acerca dos mesmos Castelhanos for em, on será o nosso plural em, ões; como sermon, opinion, coração, de que dizem, opiniones, sermones, corações; diremos nos, sermão, sermões; coração, corações; opinião, opiniões. Porque nisto, & em outras cousas, que por brevidade deixo, tem respeito, & correspondencia a lingua Portuguêsa à Castellhana (Vera 1631: 25v-26r).

Como deixa transparecer o recurso ao imperativo “vejase”, também Vera, no texto acima citado, recomenda o confronto com as regras do plural em espanhol a fim de esclarecer as dúvidas que se possam colocar acerca do português (“avendo duvida no formar do plural”). Esta última nota acerca da dificuldade que se levanta no português relativamente a esta questão, por oposição à sistematicidade do espanhol é também um traço que há a destacar no discurso sobre a formação do plural nestes casos. É precisamente essa sistematicidade que, por sua vez, permite aplicar sistematicamente (“sem exceção algũa”) esta estratégia de correspondência com o castelhano, conferindo-lhe eficácia. Note-se, ainda, que a passagem encontrada em Vera, segue muito de perto a de Leão, tanto no que se refere à redação, como aos próprios exemplos.

O segundo dos dois tratados ortográficos a servir-se do castelhano para o efeito aqui estudado é a *Ortografia da Língua Portuguesa* (Lisboa 1671) de João Franco Barreto.

He o mays frequente de nossa lingua, & sobre que ha varias opiniões; a minha he, que para o acertarmosnòs guiaremos pela lingua Castelhana, & os vocabulos, que elle [sic] acabarem ãe ano, anos, acabaremos nós ãe ão, aões; Dizẽ elles, cano, ciudadano, aldeano, mano, vano, sano, vilhano, & no plural, canos, ciudadanos, aldeanos, manos, vanos, sanos; diremos nós cão, cidadão, aldeão, mão, vão, são, villão; & no plural, caõs, cidadãos, aldeãos, mãos, vaõs, saõs, & outros semelhãtes (Barreto 1671: 100).

Nelle devem acabar todos os pluraes dos nomes, que nós acabamos ãe ã, & os Castelhanos ãe on, porque estas duas linguas, como originadas da Latina, são analogicas: & assi de coraçã, cordã, opiniã, roupã, quinhã, sermã, que elles dizem coração, cordon, opinion, ropon, quinhon, sermon, diremos corações, cordões, opiniões, roupoẽs, quinhões, sermões: & assi diremos calções, tostões, porquanto elles dizem calçones, tostones [...]” (Barreto 1671: 104-105).

Os pluraes mays dificultozos de nossa lingua são os que vẽ de singulares, que soam ãe am; nos quaes se embaraçã muytos, que cuydam sabem de ortografia, porque tẽ diversas terminações; & para acertar nellas he muyto proveytoso, & necessario ter bastante conhecimento da lingua Castelhana, pola grande correspondencia, que a nossa tẽ, cõ ella. E assi os pluraes, que elles acabam ãe anes, nós os acabaremos ãe aões; como de Capitães Capitães, de Alemanes, Alemães, canes, cães, gavilanes, gaviães, panes, pães, &c. Os pluraes que elles acabam ãe ones, acabaremos nós ãe ões; como de sermones, sermões, opiniones, opiniões, corazones, corações, tostones, tostões, equadrones, esquadrões, &c. E assi acabaremos os nomes, que soando ãe am, forẽ meramente Portuguezes, como telcões, foliões, travões, de tecelã, foliã, travã; só tiraremos tabaliões de tabaliã Os nomes que elles acabam ãe ano, nós acabaremos ãe aões, como de cortezanos, cortezãos, ciudadanos, cidadãos, aldeanos, aldeãos, Cristianos, Cristãos, hermanos, irmãos, sanos, sãos, vamos, vãos, manos, mãos, paganos, pagãos, zanganos, zangãos; mãs de villanos diremos villões, de escrivanos, escrivães, ou escrivões, & de franganos, frangãos (Barreto 1671: 192).

A primeira questão que cabe salientar é número de vezes que a questão é tratada em Barreto, mas, por outro lado, tal talvez não deva ser desligado do facto de a extensão desta obra ser significativamente maior que a dos tratados precedentes.

É claramente mais importante dar atenção ao conteúdo dessas passagens, nas quais Barreto recomenda expressamente o recurso ao castelhano (“a minha [opinião] he, que para o acertarmosnòs guiaremos pela lingua Castelhana”), justificando essa recomendação a partir da correspondência regular de resultados observáveis no processo de evolução de cada uma destas línguas a partir de uma origem comum (“porque estas duas linguas, como originadas da Latina, são analogicas”).

Perpassam ainda estas passagens notas acerca das divergências sobre a melhor forma de expor as regras do português neste âmbito (“sobre que ha varias opiniões”), assim como acerca da dificuldade inerente à questão em análise (“Os pluraes mays dificultozos de nossa lingua”) ou ainda acerca da utilidade de um sólido conhecimento do castelhano para interiorização destas regras (“para acertar nellas he muyto proveytoso, & necessario ter

bastante conhecimento da língua Castelhana”). Sublinhe-se especialmente esta última, dado que esta mesma ideia será a pedra de toque na evolução da presença desta estratégia e posicionamento face a ela no discurso metalinguístico sobre o português.

Finalmente, como já foi sustentado por R. Kemmler (2001: 197-198) e M.<sup>a</sup> F. Gonçalves (2003: 874), a obra de Barreto pode ser encarada como uma reação e, em muitos casos, uma censura à de Leão, o que é especialmente notório no apartado final intitulado “Regras Geraes da Orthografia Portugueza per o Licenciado Duarte Nunez, cõ a reposta do Autor á margem” (Barreto 1671: 230-264), no qual se reproduz o texto de Leão com os comentários de Barreto. Contudo, em relação especificamente à matéria aqui tratada, não manifesta discordância de Leão.

### 2.3 – Século XVIII

É no século XVIII, que, pela primeira vez, em tratados gramaticais do português, surge informação acerca do papel do castelhano na exposição das regras do plural. O primeiro desses tratados é publicado já bem avançado o século: *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma* (Lisboa 1783) de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. O facto de tal acontecer tão tardiamente explica que o texto seja já um reflexo de uma mudança que entretanto se tinha manifestado no discurso ortográfico, como adiante se verá. De facto, o autor desta obra não só não recomenda a estratégia sobre a qual aqui nos debruçamos, como ainda põe em causa a tradição portuguesa precedente, por nela se apoiar e conferir maior autoridade a uma língua que, na sua opinião, não a merece, considerando o argumento da menor antiguidade do processo de gramatização da mesma quando confrontado com o da maior antiguidade da própria língua portuguesa<sup>5</sup>. É o que se pode ler numa anotação marginal à sua exposição sobre esta matéria, na qual apresenta o plural em <-ões> como regra geral para este ditongo, apresentando os plurais em <-ães> e <-ãos > como exceções, sendo que alguns casos apresentariam um plural regular (em <-ões> ) e outro irregular.

---

<sup>5</sup> Como se expõe em Duarte (2017: 232), o autor cruza estrategicamente critérios diferentes e, também estrategicamente, recorre Antonio de Nebrija, o gramático do castelhano de maior projeção até ao século XVIII para conferir autoridade à tese de que só em 1492 se inicia o processo de gramatização do castelhano. Com efeito, em Nebrija pode ler-se que “ésta [la lengua castellana], hasta nuestra edad, anduvo suelta y fuera de regla [...]” (Nebrija 2011 [1492]: 8). Contudo, se em vez da antiguidade de la língua, tivesse considerado para o português a data de publicação dos primeiros textos ortográficos ou gramaticográficos da tradição nacional, a sua posição perderia validade já que, em ambos os casos a tradição portuguesa é posterior a 1492: Barros, 1540 (ou mesmo Oliveira, 1536) para a gramaticografia; Gândavo, 1574, para a ortografia).

[os que vao em gr[if]o] tambem se açhão em ões a)]. a) Principalmente antes de Barrêto &c., que concorrerão para as sobreditas excepçoens, querendo regular a nossa antiquissima lingua pella Castelhana, que nao teve regras antes de Nebrixa como este confessa Prol. d. Art. d. Ling. Castelh. (Bacelar 1783: 27, n a).

O segundo é último tratado gramatical a recolher dados a este respeito é *Methodo Grammatical Resumido da Lingua Portugueza* (Porto 1792) de João Joaquim Casimiro, onde o gramático retoma o castelhano como referente, em jeito de paralelo contrastivo, para exposição das regras do plural:

(d) Os nossos nomes acabados em *ão* tem certa origem Castelhana: os que em Castelhamo acabarem em *ano* no S. e no PL. em *anos*, nós os formaremos no PL. acrescentando-lhes o *s*, como *Cidadanos*; nós diremos Cidadãos: os que no Castelhamo acabarem em *an*, nós os formaremos no PL. mudando o *o* em *ens*, como *Capitan*, nós diremos Capitaens: os que acabarem em *on*, nós lhe formaremos o PL. mudando o *ão* em *oens*, como *Acçion*, nós diremos Acçoens (Casimiro 1792: 11, n. (d)).

Reveste-se de especial interesse a noção de “origem” aqui presente, dado que parece, à primeira vista, apontar ou bem para a precedência do processo de gramatização do plural em castelhano sobre o correspondente processo em português, ou bem para a reprodução do modelo castelhano por parte da gramática portuguesa, ou ainda para a origem latina do paradigma das regras de plural para estes casos. Esta última é uma hipótese que ganha força a partir da leitura do termo que com mais clareza surge num texto coevo, de que se tratará mais adiante (Coutinho 1824 [1811?]: 16, n. 8).

Relativamente aos tratados ortográficos, já na década de trinta, João de Moraes Madureira Feijó, na sua *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza* (Lisboa 1734), recomendava recorrer às regras do castelhano para não errar nas regras do português:

Os nomes Portuguezes, que no plural causaõ mais duvida na sua orthografia, são os que no singular acabaõ em *am*; porque huns fazem no plural em *aês*, outros em *aõs*, e outros em *oês*, como *Capitaõ Capitaês: Cidadam Cidadaõs: Esquadram Esquadroês*. E para esta differença não ha regra certa nos Auctores. Mas conforme o que tenho observado, e observou tambem Joaõ Franco Barreto na sua orthografia, so os nomes Castelhanos saõ a regra mais propria para acertarmos com a diversidade destas terminaçoens, como veremos nestas tres.

249 Primeira regra: Todos os nomes que na lingua Castelhana acabaõ no singular em *an*, e no plural em *anes*, acabaõ na nossa lingua em *aês*; porque os Castelhanos dizem: *Aleman Alemanes, Capitan Capitanes, Can Canes, Pan Panes*, e outros semelhantes. E nós dizemos: *Alemam Alemaês, Capitam Capitaês, Caõ Caês, Paõ Paês &c.*

250 Segunda regra: Todos os nomes que no Castelhamo acabaõ em *ano* no singular, e no plural em *anos*, acabamos nós em *aõs*; porque elles dizem: *Ciudadano Ciudadanos, Cortesano Cortesanos Christiano Christianos, Villano Villanos, &c.* E nós dizemos: *Cidadaõs, Cortesaõs, Christaõs, Villaõs*; e os que dizem o contrario usaõ.

251 Terceira regra: Todos os nomes, que no Castelhamo acabaõ em *on* no singular, e no plural em *ones*, acabamos nós em *oês*; porque se elles dizem: *Calçon Calçones, Esquadron*

*Esquadrones, Padron Padrones, Toston Tostones, Trovon Trovones &c.* Nós dizemos *Calçoês, Esquadroês, Padroês, Tostoês, Trovoês &c.* Quem não souber a lingua Castelhana para estas diferenças, observe a lição dos livros (Feijó 1734: 117-118).

Desta passagem há a reter vários aspectos:

- o reconhecimento da dificuldade do fenómeno em estudo (“causaõ mais duvida”);
- a nota sobre a insuficiência da tradição precedente (“naõ ha regra certa nos Auctores”);
- o posicionamento relativamente a essa mesma tradição e a sintonia explícita com a proposta de João Franco Barreto (“o que tenho observado, e observou tambem Joaõ Franco Barreto”);
- a gradação da eficácia da estratégia proposta (“so os nomes Castelhanos saõ a regra mais propria”);
- a admissão de constrangimentos a essa mesma eficácia (“quem não souber a lingua Castelhana”);
- a sugestão de soluções alternativas (“a lição dos livros”).

Torna-se particularmente importante refletir aqui sobre o sentido dos dois últimos pontos, já que apontam precisamente para a mudança de discurso e de estratégia que aqui se pretende registar, já que o seu equacionamento denuncia uma transformação na situação sociolinguística do castelhano em Portugal: de língua de prestígio num contexto de diglossia durante o século XVI e XVII, a língua secundarizada pelo francês no século XVIII. Embora já em Barreto se levantasse a questão do conhecimento do castelhano (como uma vantagem), o que se levanta agora em Feijó é a questão do desconhecimento (como uma desvantagem). E igualmente importante é que, perante tal reserva, é aqui, em Feijó, que precisamente começam a esboçar-se, dentro deste *corpus*, estratégias alternativas, embora neste caso a sua formulação não seja clara de todo.

Já na segunda metade do século, Luis do Monte Carmelo, no seu *Compendio de Orthografia* (Lisboa 1767) retoma o paralelismo com as regras do plural em castelhano, embora com alguma nota de singularidade.

15. Os *Nomes* terminados em *am*, ou *ão* (Eu uso do primeiro *Caso*, porque hoje assim proferem os mais doutos, ao menos na conversaçã expedita, em que nam se-toca a ultima Letra *o*, e muito menos nos Verbos; mas nam reprovoo o uso de *ão*. ) tem grande diversidade nos *Casos* do plural. A *Regra* de todos os *Orthógrafos* consiste na imitação do *Idiotismo* Castelhana; e para distinguir delle o nosso, usamos da Letra *m* pronunciada levisssimamente com a *Vogal* antecedente, em lugar do *n dos* Hespanhões; e este nosso *m*, he, o que suprimos com hum *Til*, assim como em *Hũa, Hũas; Algũa, Algũas; Nenhũa, Nenhũas* (Carmelo 1767: 18).

Na sua exposição, o autor reconhece que tal estratégia se encontra largamente generalizada (“a Regra de todos os Orthógrafos”) e não deixa de a apontar, contudo, investe principalmente na listagem de formas de plural

com a respetiva listagem de exceções (Carmelo 1767: 20-21), e também não negligencia outros referentes, como o latim, para superar a dificuldade desta matéria, à qual Carmelo alude igualmente (“tem grande diversidade”).

21. Alguns também dizem *Ermitãos*, e *Tabelliões*, porque este Nome em Latim he *Tabelliones*; e os Castelhanos (se me nam engano) dizem *Ermitanos*, *Tabeliones*; e por isso podiam pertencer para os *Nomes*, que no plural se-terminâm em *ãos*, *ões*, senam resisitise o uso moderno da Côrte, que deve seguir-se (Carmelo 1767: 19-20).

Em Carmelo há, finalmente, que apontar ainda duas ideias:

i) uma referência à intencionalidade na diferenciação do uso espanhol (“para distinguir delle o nosso”), que, à luz do quadro teórico de referência deste trabalho, pode ser especialmente significativa;

ii) um tom de dúvida acerca das formas de plural em castelhano (“se me nam engano”), o qual, reforça a perceção de que, a partir do século XVIII, a tradição metalinguística dá conta de uma mudança na autoperceção de um elevado conhecimento do castelhano até aí sustentada no mesmo contexto.

A mudança no discurso acontece de forma mais acabada em João Pinheiro Freire da Cunha, no seu *Breve Tratado da Orthographia* (Lisboa 1769), publicado sob o pseudónimo de Domingos Dionísio Duarte Daniel. Com efeito, em resultado do grau de desconhecimento do mesmo que, entretanto, se tinha instalado na sociedade portuguesa da época e, particularmente, entre os destinatários concretos deste texto (“o povo menos instruído”, como se lê no título completo da obra), esta obra invalida a estratégia de paralelismo com o castelhano, com a qual o autor identifica a generalidade da tradição. Em seu lugar, o ortógrafo preconiza o *uso* como paradigma de referência.

Só o uzo he verdadeiro Mestre desta variaçãõ; porque as poucas regras que se assignaõ, dependem do conhecimento da lingua Castelhana, que facilmente naõ haverá [...] (Cunha 1769: 16).

## 2.4 – Século XIX

É, mais uma vez, nas ortografias que primeiro se encontram notas a respeito da evolução da estratégia em estudo. A primeira surge em Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, nas *Noções sobre a Ortografia da Lingua Portuguesa* (Lisboa 1807).

Alguns Autores tem observado que pela maior parte os nomes que no idioma castelhano acabão em *ano* tem entre nós o plural em *aõs* como *vano villano sano hermano organo* &c, os que acabão em *on* tem entre nós o plural em *oës* como *pregon oracion boton gloton perdon*, os que acabão em *an* tem entre nós o plural em *aës* como *can rufian pan dean capitan* &c (Sousa 1807: 50, n. 93 ).

Aqui o autor limita-se a dar conta da existência de uma tradição a este respeito (“Alguns Autores”) e em registar esta estratégia: não toma partido relativamente à mesma, nem à tradição que a sustenta.

Já Joaquim José Ventura da Silva, na sua *Orthographia da Lingua Portugueza, reduzida a regras geraes e especiaes, etc. com um appendice, e um novo methodo de ensinar e aprender a ler o portuguez* (Lisboa 1834), recomenda o recurso ao castelhano explicitamente e com veemência (“só pôde servir de regra os Nomes Castelhanos”), não obstante o reconhecimento de limitações relacionadas com o grau de domínio do castelhano (“depende do conhecimento da lingua Castelhana”), o que leva o autor a oferecer como alternativa o recurso a uma listagem de resultados.

Para acertarmos com a diversidade das referidas terminações, só pôde servir de regra os Nomes Castelhanos, como mostramos nas seguintes.

1.<sup>a</sup> Os Nomes, que na lingua Castelhana acabão no Singular em *ano*, e no Plural em *-anos*; na nossa lingua acabão em *ãos*, v. g.: *Ciudadano Ciudadanos; Cortesano Cortesanos, &c.* e nós escrevemos *Cidadão Cidadãos, Cortezão Cortezãos, &c.*

2.<sup>a</sup> Os Nomes que no Castelhana, terminão no Singular em *an*, e no Plural em *anes*; terminão no Portuguez em *ães*, v. g.: *Capitan capitanes; Can Canes*, e nós dizemos *Capitão Capitães, Cão Cães, &c.*

3.<sup>a</sup> Todos os Nomes que na lingua Castelhana fenecem no Singular em *on*, e no Plural em *ones*; fenecem na Portugueza em *ões*, v. g.; *Calçon Calções; Esquadron, Esquadrones*, e em Portuguez *Calção Calções; Esquadrão Esquadrões, &c.*

326. Porém como a observancia das precedentes regras, depende do conhecimento da lingua Castelhana, e nem todos o tem, por isso aqui vão por ordem Alfabética todos os Nomes, que pude ajuntar das tres dīveras Terminações, para deste modo evitar a dūvida, a quem a tiver (Silva 1834: 122).

No que se refere às gramáticas, há que começar pelo bem conhecido texto de Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (Lisboa 1822). A proposta de Barbosa reproduz – e assume explicitamente essa referência –, as regras estabelecidas por Duarte Nunes de Leão<sup>6</sup> para a formação do plural dos substantivos terminados em ditongo nasal.

A regra, que dá Duarte Nunes de Leão para conhecermos, quando havemos de dar aos nomes em *ão* um ou outro plural, é; que, como á nossa terminação em *ão* correspondem tres na Lingua Castelhana, a saber *ano*, *on*, e *an*; a primeira faz o plural em *ão*, a segunda em *õe*, e a terceira em *õe*, como *mano manos* em Castelhana, *mão mãos* em Portuguez, *oracion oraciones* em Castelhana, *oração orações* em Portuguez, *capitan capitanes* em Castelhana, *capitão capitães* em Portuguez.

Porém a não querer recorrer á origem Castelhana (o que nem todos podem fazer); o mais commum e ordinario ás terminações do singular em *ão* é mudarem este ditongo em *õe* no

---

<sup>6</sup> Consultada por Barbosa na edição de 1784, como deduz S. Coelho (2013: 696, n. 135) a partir da referencia a edição conjunta da *Orthographia* (1576) e da *Origem* (1606) (J. S. Barbosa 2013 [1822]: 558 [330]).

plural acrescentando- lhe o *s* final, como *acção acções, lição lições, tostão tostões*. Esta é a regra mais geral.

Della se podem exceptuar os nomes Portuguezes em *ão*, que em Castelhana acabam em *an*, que fazem no plural em *ães*, como *alemão alemães, capellão capellães, escrivão escrivães, tabellião tabelliães, pão pães, cão cães*, e poucos mais: e também os que em Castelhana acabam em *ano*, que fazem no plural em *ãos*, como *cristão cristãos, cortesão cortesãos, grão grãos, irmão irmãos, mão mãos, orfão orfãos, orgão orgãos*, e poucos mais. Os nomes *benção, cidadão, e villão*, podem fazer de ambos os modos: *benções*, ou *bençãos, cidadãos*, ou *cidadãos, villões*, ou *villãos* (Barbosa 2013 [1822]: 363-364 [135-136]).

Não obstante, a exposição de Barbosa introduz variações que a distinguem da de Leão, nomeadamente a possibilidade de limitações a esta proposta introduzidas pelas formas verbais “querer” e “poder”. À luz de uma tradição que denuncia certa predisposição negativa relativamente a assumir o castelhano como modelo, não se deve descartar, o facto de o verbo “querer” ser relativo aos falantes e à sua recusa consciente em não se guiar pelas regras do castelhano. Contudo, a redacção parece apontar noutro sentido, já que o verbo “poder” surge em contexto parentético, podendo ser lido como expressão de distância face ao contexto teórico e histórico político que suporta essa tradição, bem como explicação do segmento precedente. Nessa linha de leitura, o gramático teria em mente não a recusa dos falantes, mas sim a opção dos gramáticos que para aqueles escrevem sobre estas regras. Esta leitura parece mais consentânea com a distância que na época de Barbosa existia já face ao contexto teórico e histórico político que suporta a tradição antes referida.

Outra questão que importa pôr em evidência a partir do fragmento anterior é a solução que Barbosa oferece perante o reconhecimento dessas limitações, a saber, a generalização da transformação de <-ão> em <-ões> articulada com uma listagem de exceções.

Também em *Resumo de Grammatica e Orthographia da Lingua Portuguesa* (Lisboa 1824 [1811?]<sup>7</sup>) de Luís Gonçalves Coutinho encontramos recurso à estratégia em estudo, sendo que essa é mesmo a única referência ao castellano que se pode encontrar em todo o texto:

Os Nomes, que no nosso Idioma tem a terminação em *ão*, trazem certa origem do Hespanhol; e das terminações dos seus Nomes, que no Plural acabarem em *anes, anos, e ones*, he que no nosso Idioma perdendo o *n*, e levando por cima das duas Vogaes, que ficão, o til, se fôrmo as nossas terminações *ães, ãos, ões*, como: das palavras Hespanholas *Capitães, Cidadanos, Melones*; e nós diremos *Capitães, Cidadãos, Melões*, etc. (Coutinho 1824 [1811?]: 16, n. 8).

<sup>7</sup> Como se explica em Duarte (2017: 276), *Resumo orthographico da lingua portugueza* (Lisboa 1811) parece corresponder à primeira edição desta obra.

Note-se que, tal como está formulada esta passagem, ela recorda-nos a obra de Casimiro (1792: 11, n (d)). Com efeito, também aqui há referência à noção de *origem*, a qual, em Coutinho, aparece ainda associada explicitamente a processos de evolução histórica da língua (síncope de “n” e atribuição do traço de nasalidade), tornando-se mais clara a leitura que aqui assume o termo “origem”.

Jaulino Lopes Arneiro, na *Grammatica Portugueza em Analogia com as Linguas de que Toma Origem, principalmente Latina e Grega* (Lisboa 1827), continuará a fazer eco do recurso ao castelhano (“deducção do Hespanhol”), contudo, já não com a mesma sistematicidade que em autores anteriores, não contemplando sequer todas as terminações de plural para o referido ditongo.

Do mesmo modo fazem o Plural em –ães – os que tem deducção do Hespanhol acabados em –an – v.g.: de Capitan, Capitão, Capitãss [sic]: de Pan, Pão, Pães: de Can, Cão, Cães, [...] Outras vezes a deduzem de vocabulo Hespanhol acabado em –ano v.g.: de Ciudadano, Cidadão, Cidadãos (Arneiro 1827: 23-24).

Em *Compendio elementar da Grammatica Portugueza* (Porto 1841)<sup>8</sup> de Carlos Augusto de Figueiredo Vieira, a referência ao papel do castelhano no quadro das regras de formação do plural é mais uma vez a única referência a esta língua em toda a obra.

Para remover a dificuldade que apresenta a formação do plural dos nomes acabados em *ão*, recorrem nossos grammaticos ao latim e castelhano, estabelecendo as tres seguintes regras:

1.<sup>a</sup> Formam o plural em *ões* os nomes acabados em *ão*, e que se derivam de substantivos castelhanos terminados em *on* no singular, e *ones* no plural, ou de latinos em *o* no nominativo, *onem* no accusativo, e *one* no ablativo: ex. *sermão*, *sermões*; *oração*, *orações*.

2.<sup>a</sup> Formam o plural em *ãos* os nomes acabados em *ão*, e que se derivam de substantivos latinos terminados em *anus*, ou de castelhanos findos em *ano* no singular, e *anos* no plural: por exemplo: *mão* tem o plural em *ãos* por se derivar da palavra latina *manus*, e tambem no castelhano ter o vocabulo *mano* o plural em *anos*.

3.<sup>a</sup> Formam o plural em *ães* os nomes acabados em *ão*, e que se derivam de substantivos castelhanos terminados em *an* no singular, e *anes* no plural, ou latinos em *nis* em o nominativo, *nem* no accusativo, e *ne* no ablativo. sirva d’ exemplo a palavra *pão*, derivada de *panis*, e cujo plural é, segundo a regra, *pães*.

Taes são as regras de Barreto, Madureira, e Constancio; como porém muitos se não poderão utilizar dellas por ignorarem aquelles idiomas, propomos nós a seguinte, que redigimos á vista da grammatica de Moraes.

Os nomes acabados em *ão* fazem, pela maior parte, o plural em *ões*: por exemplo: *sermão*, *sermões*.

---

<sup>8</sup> Para este trabalho, contudo, não foi possível aceder a uma edição anterior à sexta, datada de 1854.

Exceptuam-se em primeiro lugar – por terem o plural em *ãos* – os nomes seguintes: *accordão, chão, christão, coimbrão, comarcão, grão, irmão, lodão, mão, orphão, orgão, oregão, pagão, rabão, são, sotão, soldão, temporão, vão, zangão* e também *alão, aldeão, anão, ancião, benção, castellão, cidadão, cortezão, villão*, aos quaes todavia alguns dão o plural em *ões*.

Exceptuam-se em segundo lugar *alemão, cão, capellão, catalão, deão, ermitão, escrivão, guardião, massapão, pão, sacristão. tabellião*, que tem o plural em *ães* (Vieira 1854 [1841]: 12, n. 4).

O autor sublinha o peso desta estratégia na tradição precedente, tal como acontece também com o recurso ao modelo latino (“nossos grammaticos”) concretizando alguns nomes (“Barreto, Madureira, e Constancio”), mas fá-lo de forma crítica, alinhando explicitamente com António de Morais Silva noutra estratégia (aprendizagem da regra geral e de uma lista de excepções), argumentando que o desconhecimento do latim e do castelhano pode constituir um obstáculo. Cabe observar que essa argumentação no se encontrou, contudo, em António de Morais Silva, mas sim em Jerónimo Soares Barbosa numa passagem já aqui transcrita (Barbosa 2013 [1822]: 363-364 [135-136]).

Finalmente, Francisco Andrade Júnior, em *Principios de Grammatica Portugueza* (Funchal 1844), também na única referência ao castelhano em toda a obra, retoma esta estratégia, aparentemente a partir da proposta de Duarte Nunes de Leão, que o autor apresenta em nota.

[...] Duarte Nunes de Leão, na sua “Orthographia da lingua protugueza [sic]”, no artigo que tracta dos diphtongos, serve-se de outro meio: compara os nomes portuguezes que terminão em *ão* com os seus correspondentes na lingua hispanhola; e d’ahi deduz para a formação dos pluraes de taes nomes as regras seguintes:

1.<sup>a</sup> Os nomes portuguezes que terminão em *ão*, tendo no hispanhol a terminação *an*, formão o plural em *ães*, porque o plural hispanhol é *anes*: vg. “*Capitão, gavião, alemão* fazem no plural *capitães gaviães, alemães*, porque os seus correspondentes hispanhoes *capitan, gavilan, aleman*, formão [sic] o plural *capitanes, gavilanes, alemanes*.”

2.<sup>a</sup> Sendo a terminativa *ão* correspondente da hispanhola *ano*, cujo plural é *anos*, a terminação plural portugueza será *ãos*: vg. “*Cidadão, aldeão, villão*, que em hispanhol são *ciudadano, aldeano, villano* com os pluraes *ciudadanos, aldeanos, villanos*, fazem no plural *cidadãos, aldeãos, villãos*.”

3.<sup>a</sup> Se porem a terminativa *ão* é correspondente da hispanhola *on*, que faz no plural *ones*, o plural portuguez será *ões*: vg. “*Sermão, opinião, coração* formão o plural *sermões, opiniões, corações*, porque seus correspondentes hispanhoes *sermon, opinion, coraçon* têm por plural *sermones, opiniones, coraçones* (Andrade Júnior 1844: 53; 53-54, n.b).

Contudo, o que se pode observar no corpo do texto, na proposta de Andrade Júnior é que não há, de facto, coincidência com a proposta de Leão,

já que substitui o castelhano pelo latim como referência didáctica para a consolidação das regras de formação do plural.

### 3. NOTAS CONCLUSIVAS

Considerados os dados expostos ao longo deste trabalho, podemos agora retirar algumas conclusões sobre a forma como a estratégia de recurso ao castelhano foi evoluindo até meados do século XIX, tanto quantitativa, como qualitativamente, e sobre como se distribui quer por época, quer por tipologia textual.

	Gramáticas		Ortografias		Total
	Autores	Total	Autores	Total	
<b>Século XVI</b>	-----	0	Leão (1576: 30r-30v)	1	1
<b>Século XVII</b>	-----	0	Vera (1631: 25v-26r) Barreto (1671: 100; 104-105; 192)	2	2
<b>Século XVIII</b>	Bacelar (1783: 27, n a) Casimiro (1792: 11, n. (d)).	2	Feijó (1734: 117-118) Carmelo (1767: 18; 19-20) Cunha (1769: 16)	3	5
<b>Século XIX (até 1848)</b>	Barbosa (1822: 363-364 [135-136].) Arneiro (1827: 23-24) Vieira (1854 [1841]: 12, n. 4). Andrade Júnior, 1844, pp. 53; 53-54, n.b).	4	Sousa (1807: 50, n. 93) Silva (1834: 122)	2	4
<b>Total</b>		6		8	14

TABELA 1: textos com referências ao castelhano no âmbito das regras de formação do plural de palavras terminadas em ditongo nasal.

A tabela 1 oferece uma visão panorâmica da presença desta estratégia e parece conduzir-nos a concluir que, até ao século XIX, se regista um aumento global dessas referências. Contudo, na verdade, considerando a proporção entre o número de textos identificados e o conjunto global da produção metalinguística com menções ao castelhano (sobre esta matéria ou

outras) impressa em cada período<sup>9</sup>, é nos séculos XVI e XVII que a alusão à estratégia em estudo se encontra mais generalizada.

No que concerne à distribuição por tipologias, globalmente, o número de textos ortográficos aqui analisados é superior ao total de textos gramaticográficos. Mais em detalhe, convém notar que, até ao século XVIII, apenas há informação a este respeito nos tratados ortográficos e é só no século XIX que a distribuição por tipologias se inverte, remetendo as regras de formação do plural para o âmbito do tratamento da morfologia, como seria expectável. Assim, também neste plano, há que destacar a importância da questão nos tratados ortográficos dos séculos XVI e XVII.

O facto de se observar um predomínio dos dados sobre esta matéria nesta tipologia e nesta época parece reforçar o que Sousa (2004: 317), na linha de Buescu (1983: 215-236) e Vázquez Corredoria (1998: 33), afirma sobre o relevo da ortografia nas relações linguísticas ibéricas durante esse período: “a escrita portuguesa mostrará, ao longo do período do prestígio literário (e social) do castelhano, uma relação forte com o parâmetro da escrita espanhola”. Muito particularmente, tais resultados parecem reforçar o que a autora afirma, numa passagem já citada no início deste trabalho, sobre o relevo do debate ortográfico em torno do ditongo nasal, pelo que o referido ditongo representa enquanto “característica saliente que diferencia a língua portuguesa no contexto ibérico” (Sousa 2004: 312).

Mas, no quadro da análise da estratégia de recurso contrastivo ao espanhol como suporte para interiorização das regras do plural, torna-se difícil separar a nota de diferenciação da nota de identificação, pois, se, por um lado, se colocam em evidência resultados divergentes, por outro, regista-se a alusão, ou mesmo fica implícito, que se trata de resultados de um processo histórico de evolução a partir de uma origem *comum* – o latim –, como se presente com mais clareza em Carmelo (1767, p. 19-20) e, sobretudo, em Casimiro (1792: 11, n. (d)) e Coutinho (1824 [1811?]: 16, n. 8).

É, portanto, difícil separar a apreciação e posicionamento assumidos a respeito da relação com o castelhano nestas passagens, mas no que toca ao que é de facto o objeto central deste estudo – a estratégia em si – a situação é mais clara. Na tabela n.º 2, recolhem-se as posições dos diferentes autores que a referem:

<sup>9</sup> De acordo com os dados recolhidos em Duarte (2017), os totais são os seguintes:

	Gramáticas	Ortografias	Total
séc. XVI	1	1	2
séc. XVII	0	3	3
séc. XVIII	5	7	12
séc. XIX	11	6	17

	Gramáticas		Ortografias	
	Recomenda ou admite em paralelo a outras soluções	Não recomenda de todo	Recomenda ou admite em paralelo a outras soluções	Não recomenda de todo
<b>Século XVI</b>	-----	-----	Leão (1576)	-----
<b>Século XVII</b>	-----	-----	Vera (1631) Barreto (1671)	-----
<b>Século XVIII</b>	Casimiro (1792).	Bacelar (1783)	Feijó (1734) Carmelo (1767)	Cunha (1769)
<b>Século XIX (até 1848)</b>	Barbosa (1822) Coutinho (1824 [1811?]) Arneiro (1827) Vieira (1854 [1841]) Andrade Júnior (1844)	-----	Sousa (1807) Silva (1834)	-----
<b>Total</b>	5	1	7	1

TABELA 2: posicionamento relativamente à estratégia de comparação com o castelhano.

Como se observa na referida tabela, apenas dois dos catorze autores aqui recolhidos não admitem, como estratégia possível, o paralelismo contrastivo com o paradigma das regras de plural em castelhano, sendo que fica, portanto, comprovado o elevado enraizamento desta estratégia na tradição portuguesa e também que tal acontece de forma equilibrada nas duas tipologias.

Nos casos em que tal recurso é rejeitado ou em que se admitem simultaneamente alternativas estratégicas com a mesma finalidade didática, as soluções apresentadas são as seguintes:

Alternativas	Gramáticas	Ortografias	Total autores
Memorização da regra geral + lista de exceções	Bacelar (1783) Barbosa (1822) Vieira (1854[1841])	Carmelo (1767) Silva (1834)	5
“Lição dos livros”	-----	Feijó (1734)	1
Modelo latino	Andrade Júnior (1844)	Carmelo (1767)	2
Uso	-----	Cunha (1769)	1
<b>Total autores</b>	4	4	

TABELA 3: alternativas ao modelo castelhano

Da tabela anterior, para além de as alternativas se distribuírem de forma equilibrada pelas diferentes tipologias, concluímos que é de longe a predominante é a memorização da regras e das suas exceções, logo seguida pelo recurso ao modelo latino para as regras do plural. Concluímos ainda que, não obstante uma ou outra alusão à indisposição para assumir o castelhano como referência, o obstáculo de maior peso na rejeição da proposta tradicional é o desconhecimento da língua, o que é coerente com o facto de os textos acima identificados, na tabela n.º 3, serem textos publicados a partir do século XVIII, momento em que, como já foi referido, se observa uma mudança no estatuto sociolinguístico do castelhano em Portugal e, consequentemente, uma mudança na situação de contacto com a língua e no conhecimento da mesma.

No termo deste trabalho, resta apenas sublinhar que o estudo da formação do plural em palavras terminadas em ditongo nasal, demonstrou, na esteira das conclusões retiradas num âmbito mais alargado em Duarte (2017), que o papel do castelhano na tradição metalinguística portuguesa não é de forma alguma inócuo. Pelo contrário, ele denuncia um quadro de relacionamento linguístico complexo e que, não obstante a sua evolução e atenuação ao longo do tempo, deixou marcas duradouras no processo de gramatização do português.

## REFERÊNCIAS

Andrade Júnior, F. de. 1844. *Principios de Grammatica Portugueza, coordenados por Francisco de Andrade Junior*. Funchal: na Typographia Nacional.

Arneiro, J. Lopes. 1827. *Grammatica Portugueza em Analogia com as Linguas de que Toma Origem, principalmente Latina e Grega*. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão.

Bacelar, B. de Lima e Melo (=Bernardo de Jesus Maria). 1783. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*. Lisboa: na Offic. de Simão Tadeu Ferreira.

Barbosa, J. Soares. 1822. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios de Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: na Typographia da Academia das Sciencias.

Barreto, J. Franco. 1671. *Ortografia da Lingua Portugueza*. Lisboa: na officina de Joam da Costa.

Buescu, M.<sup>a</sup> L. C. 1983. *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática e os Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Carmelo, L. do Monte. 1767. *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua Portugueza: accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos, das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se-devem introduzir em Discursos graves, ou sérios; e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes se devem corrigir ou evitar.* Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

Casimiro, J. J. 1792. *Methodo Grammatical Resumido da Lingua Portugueza.* Porto: na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.

Coutinho, L. Gonçalves. 1824[1811?]. *Resumo de Grammatica e Orthographia da Lingua Portugueza.* Lisboa: na Imp. da Rua dos Fanqueiros.

Daniel, Domingos Dionísio Duarte (= João Pinheiro Freire da Cunha). 1769. *Breve Tratado da Orthographia para os que não frequentáraõ os estudos. Ou diálogos sobre as mais principaes regras da Orthographia uteis para povo menos instruido, e para os que não tendo frequentado as Aulas se achão hoje empregados nos escritorios publicos, e desejaõ acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhes saõ faceis comprehender; e muito mais proveitozos aos meninos, que frequentaõ as escólas.* Lisboa: na Officina de José da Silva Nazareth.

Dias, A. C. 2012. *Entre Nós I. Método de Português para Hispanofalantes.* Lidel.

Duarte, S. 2015a. “A percepção do castelhano no *Antidoto da Língua Portugueza* [1710] de António de Melo da Fonseca”. *Revue ReCHERches, Culture et Histoire dans l’espace romains*. 14: 153-173.

Duarte, S. 2015b. “O Galego nos textos metalinguísticos portugueses (sécs. XVI-XIX)”. *Revista Galega de Filoloxia*. 16: 75-105.

Duarte, S. 2016. “El castellano en portugués (siglos XVI-XIX): una mirada a la gramaticografía y ortografía portuguesas desde el marco teórico de la cuestión de la lengua en Portugal”. In: A. Salvador Plans; C. Galán Rodríguez Ponce; F. Jiménez Calderón; E. Fernández de Molina; A. Sánchez Rufat (eds.). *La Historiografía Lingüística como paradigma de investigación*, Madrid: Visor Libros, 301-327.

Duarte, S. 2017. *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa: gramáticas y ortografías (siglos XVI - XIX)*. Tesis doctoral.

Departamento de Filologia Hispánica y Clásica. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de León.

Feijó, J. de Morais Madureira. 1734. *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues.

Fonseca, A. de Mello da (=José de Macedo), [1710]. *Antidoto da Língua Portuguesa*. Amsterdam: em casa de Miguel Diaz, impressor e mercader de libros.

Gonçalves, M.<sup>a</sup> F. 2003. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1794-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Gonçalves, M.<sup>a</sup> F. 2010. “Contrastes gramaticales entre el portugués y el español: A Comparative view of the Spanish and Portuguese languages (1831)”. In: C. Assunção; G. Fernandes, M. Loureiro (eds.). *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a XIX)*. I, Münster: Nodus Publikationen, 339-350.

Kemmler, R. 2001. “Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”. *Lusorama*. 47-48: 128-319.

Kemmler, R.. 2007. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes. Vida, Obras e Actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.

Leão, D. Nunes de. 1576. *Orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: per João de Barreira.

Nebrija, A. de. 2011[1492]. *Gramática sobre la lengua castellana*. Edición estudio y notas de Carmen Lozano. Barcelona: Real Academia Española; Círculo de Lectores; Galaxia Gutenberg.

Pereira, B. 1666. *Regras Gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portuguesa*. Lisboa: por Domingos Carneyro.

Silva, J. J. Ventura da. 1834. *Orthographia da Língua Portuguesa, reduzia a regras geraes e especiaes, etc. com um appendice, e um novo methodo de ensinar e aprender a ler o portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sousa, J. J. Caetano Pereira e. 1807. *Noções sobre a Orthografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: na Typografia Lacerdina.

Sousa, M.<sup>a</sup> C. P. de. 2004. *Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600*. Tese de doutoramento. Departamento de Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas.

Stegagno-Picchio, L. (ed.). 1959. “La questione della lingua in Portogallo”. In: *João de Barros. Diálogo em louvor da nossa Linguagem*. Modena: Soc. Tipográfica Modonese.

Vázquez Corredoira, F. 1998. *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano – o galego como exemplo a contrario*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

Venâncio, F. (2011). “O Indesejado ditongo -ão”. *Grial*, 192: 88-95.

Vera, A. Ferreira de. 1631. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*. Lisboa: per Mathias Rodriguez.

Vieira, C. A. de Figueiredo. 1854[1841]. *Compendio elementar da Grammatica Portugueza*. Porto: na Typographia de Sebastião José Pereira.



## ORGANIZADORES

### SÓNIA DUARTE

(S. João da Madeira 1973).

Professora de Espanhol nos ensinos básico e secundário. Desenvolve a sua investigação nos campos da historiografia linguística (com particular destaque para a gramaticografia luso-espanhola) e da didática do espanhol (LE). Licenciou-se, na Universidade do Porto, em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses e Ingleses (1995) e em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses e Espanhóis (2002). É mestre em Estudos Ibéricos (2008), pela Universidade de Évora, e doutorou-se em Filologia Hispânica e Clássica (2017), na Universidad de León, com a tese *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa – gramáticas y ortografías (siglos XVI a XIX)*.

### ROGELIO PONCE DE LEÓN

(Madrid 1968).

Licenciado em Filologia Clássica na Universidad Complutense de Madrid (1991) e doutor em Filologia na mesma Universidade (2001). Desde 1994, leciona, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (como Leitor [1994-2001], como Professor Auxiliar [2001-2014] e como Professor Associado [2014-]), nas áreas de didática do espanhol como língua estrangeira, tradução espanhol-português, linguística espanhola e historiografia gramatical. É autor de dezenas de estudos sobre historiografia linguística na Península Ibérica, história do ensino do espanhol em Portugal e do português em Espanha, didática do espanhol como língua estrangeira e linguística contrastiva português-espanhol.



A COLEÇÃO **FLUP e-DITA**, DESTINADA A PUBLICAÇÕES DE INICIATIVA DOS DOCENTES DAS VÁRIAS ÁREAS CIENTÍFICAS, É UMA NOVA LINHA EDITORIAL, A PAR DA **CAPFLUP**, **HOMENAGENS FLUP**, **ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA E ÚLTIMAS LIÇÕES**, CRIADA NO ÂMBITO DE UM PROJETO DE DINAMIZAÇÃO, INCENTIVO E PROMOÇÃO DA ATIVIDADE CIENTÍFICA, PEDAGÓGICA E CULTURAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

ISBN: 978-989-54291-8-9



**CLUP** Centro de  
Linguística da  
Universidade do  
Porto

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**U. PORTO**  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO